



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DAM – DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA

PPGA- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

GEORGE MICHAEL ALVES DE LIMA

OS BACAMARTEIROS DE CARUARU

Recife
2013

GEORGE MICHAEL ALVES DE LIMA



OS BACAMARTEIROS DE CARUARU

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lopes Nogueira.

Recife
2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4 -985.

L732b Lima, George Michael Alves de.
Os bacamarteiros de caruaru / George Michael Alves de Lima. -
Recife: O autor, 2013.
126 f., il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lopes Nogueira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Antropologia. 2. Cultura Popular – Caruaru (PE). 3. História oral. 4.
Performance. I. Nogueira, Maria Aparecida Lopes. (Orientadora). II.
Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2013-62)

GEORGE MICHAEL ALVES DE LIMA

OS BACAMARTEIROS DE CARUARU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 26/02/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lopes Nogueira (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

Prof.^o Dr.^o Antônio C. Motta Lima (Examinador Titular Interno)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Xavier de Almeida (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

A memória de Maria das Dores Alves de Lima, Dorinha, minha querida irmã. Cada página deste trabalho tem o seu toque, as palavras de incentivo desde as primeiras letras, a você expresso meu amor e minha gratidão.

Tenho razão de sentir saudade,
tenho razão de te acusar.
Houve um pacto implícito que rompestes
e sem te despedires foste embora.

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Oxum, Iansã, Xangô, São Sebastião, São Pedro, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, São Jorge, Santana, Dona Janaína, Espíritos de Luz, Encantados... Amém! Axé!

A todos os meus familiares que, com um gesto ou mesmo uma palavra, me incentivaram a persistir sempre na busca pela realização dos meus sonhos. *“Eu vi o mundo, ele começava em Caruaru”*.

Ao senhor Olímpio Alves de Lima, meu pai, pela grandeza do ser, por permitir e confiar nas minhas escolhas e decisões e a Dona Maria Joaquina, minha mãe, pelo amor, pela proteção, por não medir esforços para que eu sempre estivesse estudando. A vocês, o meu amor e a minha eterna gratidão.

Meus afetuosos irmãos: Dorinha (*in memoriam*), Sônia, João, Zé e Elisabete, meu muito obrigado pelo carinho e apoio incondicionais. A Geane e os sobrinhos: Pamella e Christopher, um beijo. Todos vocês são muito especiais em minha vida.

A todos os Bacamarteiros, homens e mulheres de fibra. Agradeço a gentileza com que me receberam. O respeito e seriedade que foram dados à pesquisa. Com um brilho no olhar e muita doçura, permitiram a minha entrada no universo do folguedo. Este trabalho é por vocês. Muito obrigado!

Um agradecimento especial a minha querida professora, orientadora e amiga Maria Aparecida Nogueira, ou Cida, pelos mais de sete anos de convívio, durante os quais construímos laços afetivos baseados no respeito e na admiração. A você expresso minha gratidão pelos ensinamentos que ultrapassam os muros da universidade, são lições que servirão para a minha vida como um todo.

Aos amigos Thiago Sales e Fabiana Lima que acompanharam bem de perto o trabalho que desenvolvi. Agradeço a vocês pelos comentários, críticas, apoio incondicional, pelo carinho, pela ajuda, pelas noites de risadas e cantorias regadas a vinhos chilenos, argentinos, portugueses... OREMOS!

Aos pesquisadores Olímpio Bonald Neto e Paula Bezerra que, com suas obras, contribuíram de forma incisiva para minha pesquisa. Também pela disponibilidade nas entrevistas. Obrigado!

Aos amigos da turma de Mestrado. Saúdo a todos! Em especial, aos queridos: Ana Sávia, Rodrigo Oliveira, Shirley Samico, Nilvânia Amorim, a vocês agradeço pela paciência, pelo convívio, por suportar minhas insanidades na “casa do saber” ou nos bares da vida. Sucesso pra nós! Cúmplices! Todo carinho e ternura.

Aos companheiros das reuniões de orientação na sala onde reina a ‘razão aberta’ do 13º andar do CFCH, lá onde aprendi que uma ciência “menos dura” é possível e que a poesia é uma fonte de conhecimento tão válida quanto à matemática. Dentre tantos frequentadores, destaco: Bárbara Luna, Luciana Gama, Lígia Gama, Graça Costa, Luciano Borges, Flavinha, Socorro Figueiredo, Sandrinha, Daniela Farias, Eduardo Romero. Quantas saudades!

Aos eternos companheiros da casa do estudante da UFPE: John Keven, Teodoro Neto, Gutemberg Souza, Erivaldo Souza, Aline Ribeiro, Clécio Santos, Hedgard Rodrigues, Raí Batista, Kiko Gouveia, Lela Aragão, Carlos André, Jetson Lopes, Suellen Mariz, Mário Filho, Leda Cristina, Sebastião Herculano, Solange Maria, Valkíria Dias, Marilene Almeida, Fravo Lima, Beta, Lau, Branca e os baianos: Roger, Dionísio e Jairo. Todos juntos e misturados. Em especial ao amigo Jadilson Miguel, parceiro na vida e nas ideias, obrigado pela amizade, o afeto e o apoio recebido. “*Um pé no mundo, outro no CEU*”.

Aos companheiros de estrada do curso de Ciências Sociais: Ricardo Santana, Helton Fernando, Joice Poliana, Thais Brayner, Juliana Lins, Juliana Cavalcanti, Ana Luiza, Mercês Santos, Kleiber Lira e tantos outros que de perto ou de longe dividem comigo momentos de alegria e prazer. Eu acho *é bunito!* Mai *minino!*

A Rohgi Toshio e Alessandra Pinheiro, pela amizade, cumplicidade, e os bons momentos juntos, regados a muita água de coco.

Quero agradecer ao Prof.º Antônio Mota e o Prof.º Carlos Sandroni, pelas observações e sugestões feitas ao meu trabalho ainda durante a qualificação, me ajudando a refletir sobre questões importantes da pesquisa.

À professora Roberta Campos, pela contribuição em minha formação desde o início do curso de Ciências Sociais. Obrigado!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, a todos os professores e funcionários.

Aos Estudantes da Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais 2004.2.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Por fim, a todos e todas que direta e indiretamente contribuíram com este trabalho e estiveram comigo na sala de aula, no laguinho, no Bigode e Cavanhaque, na Rua da Moeda, no Mercado da Boa Vista, no Central e no “Frontal”, em Olinda... Experimentando, sonhando, sorrindo, chorando, vivendo.

Namastê!

“Vivo efetivamente numa tensão permanente que constitui o tecido de minha vida”.

Edgar Morin

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo antropológico sobre os grupos de Bacamarteiros da cidade de Caruaru, agreste de Pernambuco, com o objetivo de compreender quais os significados que envolvem essa manifestação cultural e, ao mesmo tempo, a dinâmica sociocultural na qual se insere o folguedo. Neste sentido, o estudo busca identificar a história, quem são os bacamarteiros, como vivem, quais as ferramentas utilizadas na transmissão dessa tradição, a religiosidade, a arte e, sobretudo, as especificidades desta tradição centenária. Urge apontar que a escassa literatura acerca dos bacamarteiros sugeriu um diálogo constante com uma obra de caráter referencial, nomeadamente, *Bacamarte, Pólvora e Povo* (1965), do pesquisador Olímpio Bonald Neto, justamente por se tratar de um raro momento onde esses grupos foram devidamente contemplados numa pesquisa mais extensa. O folguedo consiste em uma apresentação cênico-performática de um grupo de 15 a 20 pessoas que - vestidos com calça e camisa de zuarde, lenço vermelho no pescoço, chapéu de palha ou couro adornado com uma rosa vermelha, alpercatas ou tênis, bisaco com munição e seu bacamarte - desfilam e fazem suas apresentações nas ruas, avenidas ou mesmo na zona rural da cidade, dando salvas de tiros em homenagem aos santos católicos reverenciados no mês de junho na região: Santo Antônio, São João e São Pedro. Segundo os dados coletados ao decorrer da pesquisa, a tradição se perpetua há aproximadamente cento e cinquenta anos. Dissertar sobre os bacamarteiros foi percorrer o universo da história oral, tendo em vista não haver documentos e tampouco referências em obras científicas sobre os mesmos, salvo breves momentos encontrados na literatura brasileira que foram contemplados no decorrer da dissertação. Quanto às origens, a versão mais difundida refere-se ao surgimento desses grupos após a Guerra do Paraguai (1865). Porém, diante dos dados coletados, somos levados a crer que o folguedo foi criado por pessoas da zona rural que, ao buscar homenagear a valentia do homem nordestino, acabaram por agregar diversos elementos culturais provenientes dos mitos da região.

Palavras-chaves: Bacamarteiros; Caruaru; História oral; Performance.

ABSTRACT

This dissertation presents an anthropological approach about the Bacamarteiros groups from Caruaru city, located in the Agreste region of Pernambuco, with the aim to understand the meanings that are related to this cultural demonstration and, at the same time, to understand where this demonstration is socially and culturally placed. In this way, this study aims to identify their history, who the bacarmateiros are indeed, the way they live their lives, which social mechanisms they use to broadcast their tradition, beliefs, arts and the specific features of this tradition that lasts more than a hundred years. It is important to say that because of the sparse studies about the *bacarmateiros*, we have done a very central reference to Olímpio Bonald Neto study, named *Bacamarte, Pólvora e Povo* (1965). It is one of the rare books about *bacamarteiros* groups. In this work these groups were largely analyzed. The *bacamarteiros* cultural phenomena is featured by a scenical performance made by a group of 15 to 20 people. These people wear blue pants and shirts, a red scarf in their necks, a leather or straw hat with a red rose tied on it, tennis shoes or sneakers, a bag with slingshots and the gun called *bacamarte* (a fire gun with a short and thick tube). They parade and do their demonstrations on the streets, avenues and at the countryside, giving strong shots with their guns in honor of catholic saints celebrated in the month of June in this region: Saint Antonio, Saint John and Saint Peter. According to data collected during the research, this traditions lasts approximately a hundred and fifty years. Write about the *Bacamarteiros* meant to go through the universe of oral history because of the lack of written documents and scientific articles about it. We have found few Brazilian scientific literature about this issue. Concerning to this tradition origin, the most acceptable version tell us about groups that were born after Paraguay War (1865). But, faced with the data we have collected, we believe that *bacamarteiros* tradition was created by people that lived at the countryside. They wanted to pay homage to the bravery of the man from Northeast Brazil region and to do that, they pieced together several cultural elements and myths from theirs region.

Keywords: Bacamarteiros; Caruaru; Oral History; Performance.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. Capítulo I – Os Bacamarteiros de Caruaru: reflexões sobre a manifestação cultural.....	16
2.1. Os caminhos percorridos até o ‘campo’.....	35
2.2. Estranhamento – o caminho de volta – entre o Recife e Caruaru.....	40
2.3. Bacamarte, pólvora e ribombos.....	41
2.4. Batalhões, bacamarteiras e capitães.....	49
3. Capítulo II – A arte.....	55
3.1. Performance nos batalhões do agreste.....	57
3.2. Bacamartismo: um jogo de risco.....	63
3.3. Por uma estética do ‘Bacamartismo’.....	66
4. Capítulo III – A Festa de Santana.....	72
4.1. O lugar: Sítio Cajazeiras.....	76
4.2. A herança do folguedo.....	82
4.3. Entre o sagrado e o profano.....	89
4.4. Tradição e Contemporaneidade.....	93
5. Considerações Finais.....	101
6. Referências Bibliográficas.....	103
7. Anexos.....	108

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta um estudo antropológico sobre os grupos de bacamarteiros da cidade de Caruaru, agreste de Pernambuco, com o objetivo de compreender quais os significados que envolvem essa manifestação cultural e, ao mesmo tempo, a dinâmica sociocultural na qual se insere o folguedo.

Neste sentido o estudo busca identificar a história, quem são os bacamarteiros, como vivem, quais as ferramentas utilizadas na transmissão dessa tradição, a religiosidade, a arte e, sobretudo, as especificidades desta tradição centenária. A escassa literatura acerca dos bacamarteiros sugeriu um diálogo constante com uma obra de caráter referencial, nomeadamente, *Bacamarte, Pólvora e Povo* (1965), do pesquisador Olímpio Bonald Neto, justamente por se tratar de um raro momento em que esses grupos foram devidamente contemplados numa pesquisa mais extensa.

O folguedo consiste em uma apresentação cênico-performática de um grupo de 15 a 20 pessoas que vestidos com calça e camisa de zuarde, lenço vermelho no pescoço, chapéu de palha ou couro adornado com uma rosa vermelha, alpercatas ou tênis, bisaco com munição e seu bacamarte, desfilam e fazem suas apresentações nas ruas, avenidas ou mesmo na zona rural da cidade, dando salvas de tiros em homenagem aos santos católicos reverenciados no mês de junho na região: Santo Antônio, São João e São Pedro.

A versão mais difundida sobre a origem dos batalhões de bacamarteiros é que a tradição teria surgido após a ocorrência da Guerra do Paraguai (1865). Porém, alguns pesquisadores afirmam que o uso do bacamarte, especificamente no estado, deu-se para saudar aos santos juninos, e teve início com a invasão holandesa em Pernambuco, enquanto que os folgazões afirmam que a origem é anterior a citada guerra, que a tradição surgiu quando do nascimento de São João Batista.

Bacamarte é uma arma de fogo de cano curto e largo, reforçada na coronha. Há controvérsias sobre sua origem e não se sabe com exatidão se é originalmente brasileira, tampouco como chegou à nossa região. O que sabemos é que ela foi modificada e se adaptou ao uso dos folgazões; antes era usada com o chumbo, mas atualmente é usada a pólvora, que produz mais barulho e fumaça.

Os bacamarteiros não são exclusivos da cidade de Caruaru. O folguedo é encontrado em outras cidades e regiões do estado de Pernambuco e do Nordeste. Contudo, o recorte deve-se ao grande número de grupos na cidade, assim como pela expressividade na cultura regional. A informação quanto ao número de bacamarteiros no município é de aproximadamente 150 brincantes divididos em 8 batalhões.

O meu interesse por bacamarteiros surgiu desde tenra idade. As apresentações feitas todos os anos no mês de junho na rua em que eu morava para homenagear um folgazão já falecido exercia sobre mim um fascínio. À época, era apenas um menino e o meu encantamento se dava também pelo barulho dos tiros dos bacamartes tinha muitas perguntas sobre o que era exatamente aquilo, e quando indagava algum adulto, a resposta era: “São as festas pra São João e São Pedro”. Passados alguns anos, o que sabemos sobre esta manifestação de forte tradição cultural arraigada em terras agrestes é pouco, resumindo-se a considerações feitas apenas pelo senso comum.

Portanto, tem-se a impressão, consultando bibliografias sobre manifestações das tradições ou cultura popular, que pouco se menciona a respeito dos bacamarteiros, uma lacuna que deve ser preenchida como forma de uma justa e merecida homenagem, bem como, reconhecimento ao trabalho dos folgazões mantenedores dessa tradição.

Os estudos sobre bacamarteiros são escassos. O que conhecemos sobre o tema são notícias veiculadas na imprensa, especificamente durante as festas juninas, pois, nem os livros de folclore da região fazem referência ao folguedo. Assim, mesmo considerando-se a importância dos trabalhos referenciados ao longo do texto, o presente estudo é a primeira análise antropológica sobre esta centenária manifestação cultural.

Neste sentido a contribuição do trabalho ora apresentado é de trazer, à luz de uma análise antropológica, os significados por trás do folguedo e fornecer subsídios para o debate teórico, em antropologia, acerca de como a tradição se atualiza, adapta-se e resiste na contemporaneidade.

A escrita está intimamente ligada ao desenvolvimento da ciência etnográfica, seguindo as orientações de James Clifford (2002) à medida que este trabalho foi desenvolvido na perspectiva de uma “etnografia polifônica”, segundo a qual, as impressões e “imagens” serão elencadas pelos brincantes e pelo pesquisador em um diálogo constante.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, apresento o lugar - a cidade de Caruaru - a manifestação cultural, os caminhos percorridos até o “campo”, e o meu estranhamento ao vislumbrar o folguedo como pesquisador em contraponto às impressões da infância, quando assistia as apresentações na cidade. Exponho a relevância do trabalho, as primeiras obras dedicadas ao tema, o que já foi produzido, as versões sobre a origem do folguedo e da arma, a presença das mulheres no folguedo e o método de pesquisa.

O segundo capítulo procura captar a expressividade artística que há no folguedo, pensando na aproximação de estudos entre a arte e a antropologia, tematizaremos a performance nas apresentações dos folgazões, a dança, as coreografias, como este “esporte sertanejo”¹ é um jogo de risco e a beleza plástica, a estética dos “soldados do agreste”.

Por fim, no terceiro capítulo, analiso a dinâmica sociocultural que há na Festa de Santana na zona rural do município, apresentando o lugar onde a festa, que reúne um grande número de batalhões de toda a região, se realiza. A casa é a sede do grupo mais antigo da região, o Batalhão nº 41. Também abordo as questões da herança do folguedo, a religiosidade, a festa, o sagrado e o profano e discussões de tradição e contemporaneidade.

Nas páginas a seguir estão os relatos, as ações, a festa, as minhas percepções. A forma como o texto está organizado foi a maneira que encontrei de mostrar um pouco sobre o universo dos bacamarteiros do agreste, o quão belo e intrigante é essa manifestação cultural.

¹ Termo usado no livro *Bacamarte, Pólvora e Povo* (2004). É uma maneira que o pesquisador Olímpio Bonald Neto se refere à manifestação cultural. “Dentro do complexo cultural nordestino, os bacamarteiros se apresentam menos como tradição do que como esporte de homem, violento e perigoso como é” (BONALD, p. 38).

2. CAPÍTULO I – OS BACAMARTEIROS DE CARUARU: REFLEXÕES SOBRE A MANIFESTAÇÃO CULTURAL.

O bacamarteiro² – aventurar-nos-ia a afirmar - seria a representação simbólica do cangaceiro, a figura sublimada do guerrilheiro das caatingas, com todo o seu conteúdo místico e aventureiro que se expande e se reafirma pacificamente, gastando as tendências agressivas de modo inofensivo, aplicando de forma artística, os excessos aguerridos, na figura folclórica do atirador espetaculoso. (BONALD NETO, 2004, p. 58).

A cidade de Caruaru destaca-se como o mais importante polo econômico, cultural e turístico do agreste pernambucano, sendo também famosa por sua tradicional feira livre, enaltecida nos versos do compositor Onildo Almeida e na voz do Rei do Baião, Luiz Gonzaga³. Nesta cidade se encontra ainda, o Alto do Moura, maior centro de artes figurativas da América Latina, título este concedido pela UNESCO como reconhecimento de um trabalho iniciado na década de 1940, por seu mais ilustre filho, Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino, ceramista que fez história por meio da criação dos bonecos de barro, arte perpetuada pelos seus familiares e por vários discípulos.

A “Capital do Agreste” ou “País de Caruaru”, parafraseando o escritor Nelson Barbalho (1974), é o celeiro do Bacamartismo⁴ no agreste do estado de Pernambuco. Esta manifestação cultural faz parte dos festejos juninos da cidade, um folguedo⁵ que se tornou símbolo de identidade⁶ do município, junto aos festejos do mês de junho, com o “Maior São João do Brasil” e da arte figurativa produzida pelos artesãos da cidade. Uma tradição⁷ que se perpetua há aproximadamente cento e cinquenta anos, segundo os dados coletados na pesquisa.

² Aquele que usa o bacamarte: S. m. 1. Arma de fogo, de cano curto e largo, reforçada na coronha. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda, 1975).

³ O baião do compositor Onildo Almeida, cantado por Luiz Gonzaga é um resumo interessante do que é a feira de Caruaru. É um dos mais famosos clássicos da música regional do Nordeste e que já foi gravada em 34 países, além de ter proporcionado ao seu mais ilustre intérprete a conquista do seu 1º “disco de ouro”.

⁴ Expressão utilizada pelo pesquisador Olímpio Bonald Neto, no livro: *Bacamarte, Pólvora e Povo* (2004), para designar a prática dos que usam o bacamarte, bacamarteiros.

⁵ A utilização do termo folguedo, para designar festas da cultura da tradição, tem o intuito de alternar com o termo bacamarteiro, modo pelo qual os meus interlocutores se definem.

⁶ Segundo Stuart Hall “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2006, p. 13). Entendo que na concepção de Stuart Hall a identidade não é dada, é aberta e construída social e historicamente.

⁷ “A tradição é a soma de saberes acumulados pela coletividade a partir de acontecimentos e princípios fundadores. Exprime uma visão de mundo e uma forma específica de presença no mundo”. (BALANDIER, 1997, p. 95).

O bacamarte, do francês *braquemart* é a arma, o instrumento que dá nome a manifestação cultural; é uma arma de fogo de cano curto e largo, reforçada na coronha, definição dada no dicionário Michaelis. Embora obsoleta para o uso militar, tem uma importância ímpar para os folgazões do agreste. Segundo o pesquisador Olímpio Bonald Neto (2004), “Bacamarte boca-de-sino, reiuna –reúna, riuna, granadeira ou simplesmente bacamarte são termos profundamente arraigados ao vocabulário regional do Nordeste”, justificando assim a popularização da arma no Nordeste brasileiro, citada em obras de escritores como Euclides da Cunha em “*Os Sertões*” (1902), e Mário Sette em “*A filha de Dona Sinhá*” (1923).

As armas estão atreladas à paisagem agreste. O verde dos roçados de milho e feijão na região, o gorjeio dos pássaros, contrastam com a legião de homens vestidos de azul e vermelho, com os ribombos dos bacamartes, numa profusão de cores e sons. O folguedo consiste em uma apresentação cênico-performática de grupos formados entre 15 e 20 pessoas (a maioria dos participantes são homens; as mulheres fazem parte, porém em menor quantidade, e em alguns grupos elas são impedidas de participar); vestem uma roupa característica e são guiados em fila indiana pelo seu “capitão”⁸ ao som de forró pé-de-serra⁹, dando salvas de tiros com suas armas – O bacamarte. Há grupos na cidade e na zona rural do município.

Os termos “capitão”, “batalhão” e “comandante” aparecem várias vezes ao longo do texto. São palavras proferidas pelos próprios bacamarteiros, estão na gênese do folguedo, porém, não são patentes militares concedidas aos folgazões; apenas dois homens receberam “simbolicamente” as honrarias das mãos dos militares da cidade na década de 1960: Emídio Ferreira da Silva, o Major Emídio do Ouro e Eliel Alves de Azevedo, Capitão Eliel. Para Gaston Bachelard, há uma riqueza do universo simbólico que existe nas imagens contidas na essência dos termos. “Quer ver o invisível, apalpa o grão das substâncias, valoriza extratos, tinturas. Vai ao fundo das coisas, como se aí devesse encontrar, numa imagem final, o repouso de imaginar”. (1991, p.10).

⁸ Os chefes dos Batalhões de Bacamarteiros são conhecidos pela patente de “capitão”, porém não é uma patente oficializada pelas forças armadas, mas, devido à hierarquia que há no folguedo e levando-se em consideração a sua relação com o militarismo, eles são tratados por todos desta forma. A única patente de “Major” foi concedida a um ilustre bacamarteiro de Caruaru referenciado neste trabalho, Emídio Ferreira da Silva, o “Major Emídio do Ouro”.

⁹ Estilo de forró, ritmado por sanfona, zabumba e triângulo, o que o diferencia do forró “estilizado” é a introdução de instrumentos eletrônicos pelas bandas de forró atuais.

Cada batalhão é identificado com um número, como por exemplo, os de nºs 41, 333, 27, 33, 40, 139. Soubemos que a escolha é aleatória e alguns capitães não sabem o porquê dessa escolha, o que levou os fundadores a escolher tais números de identificação. Dentre os interlocutores da pesquisa, dois capitães nos contam qual o motivo, é o capitão do batalhão nº 33, Bento Martins, e do nº 139, Pedro Galdino.

Olhe! cada batalhão que tem esse número é uma coisa que existia no Brasil, se tem o batalhão 21, porque é o batalhão 21? Por causa do dia 21 de abril. Então se tem um 15 é pela história de um Papa, teve um Papa XV; aí tem um batalhão 15, tem o batalhão 16 agora que é por causa do Papa Bento XVI e o nosso batalhão 33 é por causa da idade de Cristo, Jesus Cristo viveu 33 anos, então temos aquela eterna lembrança do nosso grupo ser o nº 33.

Esse número 139 foi uma homenagem ao Deputado José Liberato, que meu pai morou numa casa dele que tinha o número 139. Então, depois ele se candidatou e botou esse número da candidatura 1139, Meu pai pegou a centena 139 do Deputado José Liberato que é o pai do Dr. Roberto Liberato e Ricardo Liberato, aí por isso que ficou esse número.

A indumentária utilizada pelos bacamarteiros difere em muitos aspectos, e cada município tenta manter um traje característico para especificar este ou aquele batalhão como sendo daquela cidade. Pudemos constatar essa diferença nas apresentações observadas em Caruaru durante o período junino, especificamente no evento realizado no dia 24 do mês de junho, Dia Municipal do Bacamarteiro. A roupa que caracteriza os grupos de Caruaru é: Calça e camisa de zuar¹⁰ azul, chapéu de palha adornado com uma rosa artificial vermelha ou couro cravejado com estrelas de metal, lenço vermelho no pescoço e alpercatas de couro, botas ou tênis.

O capitão usa as mesmas roupas que os seus “soldados”, só alguns adereços podem ser diferentes, como o chapéu, o guarda-chuva no lugar do bacamarte (ou uma bengala), e o apito; outros ainda possuem um crachá com seu nome e a identificação de que é o capitão do batalhão.

Dentre os adereços usados pelo capitão, o apito possui uma utilidade, quem nos conta é Bento Martins, comandante do batalhão nº 33:

O bacamarteiro tem que fazer o que o apito manda. Tudo pelo apito, a gente usa o apito pra não tá gritando com o bacamarteiro, pelo apito ele sabe o que é pra fazer. Por isso eu faço uma reunião, para que no dia ele esteja tudo por dentro do que vai fazer. No festejo, no tiroteio também eu não grito pra dar o fogo (autorizar o disparo), eu tenho o apito, dou o 1º apito, ele se desloca da fila, no 2º apito já é pra detonar o bacamarte, eles atiram conforme o apito.

¹⁰ Tecido de algodão azul, preto ou vermelho. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 1999).

Intimamente ligados aos seus donos, alguns bacamartes possuem nomes, apelidos, como por exemplo: *Salvador*, *Assum preto*, *Pé- de- bode*, e quando dos disparos nas apresentações, os nomes são anunciados na contagem feita pelo capitão. O bacamarte faz parte do cenário, do ciclo da vida dos folgazões, não é algo episódico, mas um despertar constante, recorrente como uma estação do ano. É guardado cuidadosamente pelos bacamarteiros, longe do alcance das crianças e do olhar dos curiosos, limpo com frequência e com cuidado, alguns até têm o número do batalhão e o nome do bacamarteiro cravados.

A afetividade com a arma, o apego ao objeto, à relação sujeito/objeto, acontece com outros folguedos no estado, como, por exemplo, a bengala dos mestres do Maracatu de Baque Solto ou Maracatu Rural, que é guardada com carinho e protegida do alcance de todos. Como sugere o antropólogo Bruno Latour (1994), o objeto não é refém do sujeito, ele encarna uma espiritualidade, sendo também sujeito.

Observando a relação que o bacamarteiro tem com a arma, impossível não pensar nas ideias formuladas por Latour demonstrando que os objetos influenciam diretamente a nossa vida. Quando está com a arma nas mãos o seu espírito se modifica, há um “status”; o José Benedito com o bacamarte é outra pessoa, e como sugere o autor, os objetos estão em uma instância superior sendo denominados de “não humanos”. Nesse sentido vivemos em um “coletivo de humanos e não-humanos numa rede sociotécnica”.(LATOUR, 1994).

Há várias versões que tentam explicar a origem dos grupos de bacamarteiros: alguns pesquisadores afirmam que a tradição teria surgido após a Guerra do Paraguai (1865). A citada guerra foi o maior conflito armado ocorrido na América do Sul, travada entre o Paraguai e Brasil, Argentina e Uruguai e durou de 1864 a 1870, sendo o Paraguai derrotado pela tríplice aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) o que pôs fim ao conflito. Outros defendem que o uso do bacamarte, especificamente no estado, deu-se para saudar os santos juninos e teve início com a invasão holandesa em Pernambuco no século XVII. Tal versão é relacionada ao inventário das armas deixadas pelos combatentes que faz referência a “bacamarte de metal de ferro”, estes que teriam chegado às mãos dos “matutos”.

Durante a pesquisa de campo, o senhor João Saturnino Filho, 66 anos, aposentado, que hoje comanda o batalhão nº 333 nos revela:

A minha história com o bacamarte começou no século XIX, eu trago essa tradição do tempo dos meus avós, dos meus pais. Essa história começou muito antes da Guerra do Paraguai, quando a Guerra veio já fazia muitos anos que eles brincavam, certo? Meus bisavós, meus avós, meu pai contava que meus bisavós já brincavam com bacamarte [...] inclusive o bacamarte é muito importante, foi muito usado na 1ª Guerra Mundial de 1917.

Dentre as várias versões, destaco as que foram recorrentes durante a pesquisa, pois como preconiza Gilbert Durand (2001) devemos utilizar os elementos mais recorrentes nas narrativas para uma análise mais segura.

Em entrevista concedida ao pesquisador Olímpio Bonald Neto, quando de sua pesquisa na década de 1960, dois dos Capitães mais ilustres da cidade relatam a origem do folguedo: o capitão Eliel, do batalhão nº 333, afirma que “quando acabou a Guerra do Paraguai, os granadeiros voltaram às suas terras com as suas armas e os seus fardamentos e, ao chegarem ao meio dos povoados, na frente da igreja, anunciavam o fim da Grande Guerra, atirando em saudação ao Santo Padroeiro”. Já o Major Emídio do Ouro (que assume o comando do batalhão nº 333, pois o capitão Eliel vai morar em outra cidade) conta que “vem dos holandeses, os quais foram vencidos pelos bacamarteiros do sertão. [...] estes lutaram na Guerra de Canudos e ao lado do Padim Ciço do Juazeiro”.

Um dos interlocutores deste trabalho, o professor e historiador Josué Euzébio, traz considerações interessantes sobre a possível relação da manifestação cultural com a Guerra do Paraguai e quem foram esses “voluntários da pátria” que lutaram em defesa do país e voltaram às suas casas pelo interior do Nordeste:

Eu nunca encontrei uma explicação plausível sobre a origem dos bacamarteiros. Já existem alguns resumos, e até um livreto da Fundação de Cultura do Estado de Pernambuco [...] não sei se já existia FUNDARPE na época, acho que não, mas é aquela história, sempre, todo mundo diz que há e ninguém consegue mostrar que houve realmente essa ligação entre a origem dos bacamarteiros e a Guerra do Paraguai. Porque eu não vejo uma relação, mas se fosse possível entender[...] como voltou muita gente, lógico que não morreu todo mundo que foi e aqui da região agreste, foi muita gente pra Guerra do Paraguai. Agora ninguém fala é que foram muitos escravos, veja! O momento da Guerra do Paraguai, 1865, o que aconteceu, estava um processo [...] já um movimento contra a escravidão se proliferando pelo mundo afora; já era muito dispendioso, ter um escravo naquele momento, porque a agricultura, a cana de açúcar, estava em decadência. Poucos conhecem, mas aqui em Caruaru, tinha fazendeiro em 1860 que tinha 41 escravos, isso consta em ata no livro de atas da Câmara Municipal de Caruaru [...] quem é que foi pra Guerra do Paraguai daqui? os filhos dos coronéis? Os trabalhadores livres? Não! eram muitos escravos, com aquela esperança de que se voltasse vivo ganhava uma carta de alforria e ainda terra pra trabalhar, quer dizer o Governo, se realmente essa explicação da historiografia oficial é verdadeira, o governo utilizou-se dessa artimanha para incentivar, colocar os negros como bucha de canhão na guerra do Paraguai [...] isso, eles criaram, eu acho que os próprios moradores daqui como a musicalidade é uma coisa muito

forte e sempre os grupos de bacamarteiros acompanha um pequeno conjunto de música, um sanfoneiro, um triangulo e uma zabumba...e isso pra enfeitar neh! Os pais e os avós, não sabiam explicar... Muito menos esses jovens, esses jovens aí, agora é que está perdendo a referência de explicar como isso começou. Agora, isso foi colaborado. Acho que não houve nenhuma preocupação oficial, seja do governo do estado ou dos governos municipais de documentar essa manifestação de forma correta [...] aí não se explica, se apresenta somente, e aí fica na discussão da beleza, aí vem o mais sabido do lugar dizer que aquilo é a Guerra do Paraguai que ensinou isso aí, eu não vejo uma correlação, mas eu acho que as manobras, a ordem de comando, se isso tem haver com o universo militar sim, mas eu não sei se foi da Guerra do Paraguai, foi de outro lugar. A sabedoria popular [...] Não foi só os bacamarteiros, é muito antigo na história da humanidade a fabricação da pólvora caseira.

É comum o uso do bacamarte pelos nordestinos, há referências encontradas, por exemplo, na literatura; o escritor Euclides da Cunha foi encontrá-lo em Canudos, dentro das rústicas taperas de pau-a-pique. De acordo com Bonald Neto:

[...] Foi a arma predileta do cangaceiro, do jagunço, do capanga, antes que a *winchester*, o papo amarelo (modelo de arma), desse ao sertanejo fora da lei ou ao latifundiário prepotente, o rifle de repetição que os puseram no mesmo pé de igualdade com as tropas regulares da Polícia ou do Exército, nos começos deste século. (2004, p. 24).

Também o historiador caruaruense Nelson Barbalho, em artigo publicado no Jornal do Commercio do dia 30 de outubro de 1965, faz referência aos bacamarteiros na região desde o ano de 1817:

[...] recorda a tradição (recente) e dá notícia da existência, em Caruaru, desde pelo menos 1817, de bacamarte “usado para valer”. Diz como de arma o bacamarte passou a equipamento esportivo e o seu atirador, de capanga ou guerrilheiro (conforme estivesse a serviço dos “Coronéis” ou sob as ordens de chefes revolucionários) adquiriu as características dos bacamarteiros de hoje, Herói-Popular-Esportivo, atirando nas pedras do Morro de Bom Jesus, quando foi impedido de apagar as fogueiras pelo centro da cidade.

Nas referências ao uso das armas nas obras consultadas, elas estão nas mãos dos jagunços, capangas, cangaceiros, seria a sua arma predileta. Porém, os folgazões refutam a ideia de serem comparados com qualquer um deles, isso porque o imaginário social os coloca como “heróis”, homens de bem, diferentemente dos fora da lei representados pelos jagunços, cangaceiros, etc. Quando indagados sobre uma possível relação, são enfáticos ao afirmar “não, não tem relação não, às vezes a pessoa usa o chapéu de couro porque acha bonito, com aquelas estrelas”(Pedro Galdino, batalhão nº 139) e “não, eu acho que não tem nada a ver, o que acontece é que deve ser pela roupa, o chapéu, o lenço vermelho, a sandália de couro, mas bacamarteiro é bacamarteiro, cangaceiro não é bacamarteiro” (Everaldo, batalhão nº 40).

Recorremos à memória coletiva, à história oral, devido à falta de documentos históricos que possam comprovar as origens do bacamartismo. Segundo Maurice Halbwachs (2006): “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. Embora alguns interlocutores afirmem que havia a prática do bacamartismo antes da guerra, a maior parte dos entrevistados refere-se ao surgimento “oficial” desses grupos somente após a Guerra do Paraguai.

O bacamarteiro foi o seguinte, ele surgiu através da guerra do Paraguai, mas a gente sabe que antes já tinha algum bacamarteiro na região, mas oficialmente começou dali pra frente. Foi quando eles foram e que voltaram aí começou esse movimento, inclusive tem algumas armas antigas, da época da guerra, a do meu sogro, a que ele usa, participou da guerra do Paraguai. (Antônio Bezerra, batalhão nº 27).

A história dos bacamarteiros foi assim [...] eles foram pra Guerra do Paraguai e quando chegaram lá começaram atirando, aí faltou, não tinha lenço vermelho, aí eles colocaram uma flor no chapéu, aquele símbolo que tem no chapéu foi da Guerra do Paraguai, uma flor vermelha que eles colocaram todos eles tinha uma flor e quem não tinha um lenço, uma flor, aí pronto. Ficou tudo arrumadinho, até hoje eles usam essa flor. (Pedro Galdino, capitão do batalhão nº 139).

Eles são parentes, compadres, vizinhos, amigos, integrantes ou não do mesmo batalhão, e em nossas conversas demonstram o prazer e o orgulho em relação ao folguedo, inclusive pelo fato de outros membros da família participarem do mesmo grupo ou de grupo diverso. Há recorrência do mito de origem nos depoimentos, lembranças de cada indivíduo e também do grupo.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 2006, p. 45).

O comandante do batalhão nº 27, Sebastião Torres, confirma a versão trazida por outros folgões:

A turma fala, descreve isso aí que foi do tempo da Guerra do Paraguai, que o Brasil venceu o Paraguai com essas armas, e quando voltando de lá fizeram umas “festinhas” em cada morada fizeram uma “festinha”, aí começaram se visitando e fazendo festinha [...] matava criação, bebia, um licor, uma coisa e com isso começou aquilo ali. Aí fizeram uma fogueira, pegaram lenha e fizeram uma fogueira e dedicaram pra São João e depois São Pedro ficou aquela tradição, todo ano tem a fogueira e acontece tudo isso na região. (Sebastião Torres, batalhão nº 27).

A Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870. Foi o maior conflito armado ocorrido na América do Sul; o conflito teve início com a invasão da província brasileira de Mato Grosso pelo exército do Paraguai. O Brasil enviou cerca de 150 mil homens à guerra, mais de 50 mil não voltaram. A aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina derrotou o Paraguai após cinco anos de luta.

Dentre os relatos sobre o começo da guerra, existe a hipótese contada por João Saturnino, capitão do batalhão nº 333, em que o episódio causador do confronto foi o aprisionamento, pelo governo paraguaio, do navio brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864. A embarcação navegava pelo rio Paraguai, com destino a província de Mato Grosso.

Os “voluntários da pátria”, homens jovens e saudáveis, não tinham escolha, eram obrigados a deixar suas casas e defender o país na guerra contra Solano López, como descreve o Sr. João Saturnino, capitão do batalhão nº 333.

[...] na época, todo mundo tinha uma arma em casa. Esses homens tinham “riúna” em casa e usavam pra caçar, se alguém viesse fazer um mal feito eles estavam preparados. No São João, eles se juntavam, acendiam fogueira e iam atirar pra festejar os santos, mas quando teve a guerra, num tinha homem suficiente pra lutar, então como eles sabiam atirar foram levados, tudinho.

No início da guerra se instaurou no país um exacerbado sentimento patriótico e o governo resolveu tomar proveito e assegurar vantagens aos voluntários oferecendo prêmios de 300 mil réis, lotes de terra nas colônias militares, empregos públicos, patentes militares, liberdade aos escravos e assistência às viúvas e aos mutilados de guerra.

Sem se importar com a versão mais difundida, buscando a origem da manifestação, homens (cerca de 90% de cada batalhão), mulheres e crianças desfilam pelas ruas e avenidas da cidade, nas comunidades rurais, com o seu traje característico, marchando ao som do forró e, quando param, dão salvas de tiros que encantam os olhos dos espectadores pela beleza plástica das apresentações. O capitão do batalhão, como dito, distingue-se dos demais bacamarteiros, seja pelo uso do apito, que serve para orientar os comandos dirigidos ao grupo, seja pelo chapéu que pode ser ornamentado com algumas estrelas e também diferente dos demais; além disso, durante os desfiles, ocupa posição de destaque, pondo-se à frente na fila do seu Batalhão.

Nos desfiles, é comum ver alguns capitães usando um guarda-chuva preto longo ao invés do bacamarte. Isso ocorre devido à preocupação em observar os atiradores e verificar se a performance está sendo feita com segurança para os próprios integrantes do grupo e para a plateia que assiste às apresentações. Segundo o capitão do Batalhão nº 41:

É porque a gente não pode tá marcando aquele fogo pra eles e com o “riuno” na mão pra atirar que atrapalha, tem que ser a gente só com o apito, tem deles que tem aí, mas atrapalha a gente não pode tá carregando o bacamarte e prestando atenção a eles, tem que tá prestando atenção só ali àquela turma. (José Benedito, batalhão nº 41).

O guarda-chuva também serve para o capitão guiar os brincantes nas coreografias executadas pelo grupo; alguns capitães não atiram durante as apresentações, mas isso é uma decisão pessoal, eles estão livres para efetuar os disparos.

Ao se observar atentamente cada apresentação, em diferentes lugares do município (zona rural ou urbana), percebe-se de imediato uma relação com manobras e costumes que são próprios de grupos militares. Veja-se, por exemplo, o nome: *batalhão*, as patentes *capitão*, *comandante*, *major*, assim como a hierarquia, o fardamento, a organização em filas indianas, desfilam embalados por música.

Os bacamarteiros marcham ao som do trio de forró pé-de-serra, usando instrumentos percussivos: zabumba, triângulo e sanfona, ou bandas de pífanos, com pífano, prato e zabumba; seguem as instruções ou “ordens” do capitão que os guiam nas coreografias, com gestos e utilizando um apito. Supõe-se que todos esses rituais sejam a dramatização inconsciente de uma primeira festa da vitória promovida pelos sobreviventes de 1865 ao voltarem às suas vilas após a Guerra do Paraguai.

Essa suposição é evidenciada nas falas de alguns folgazões e nas obras *Bacamarte, Pólvora e Povo* (2004) e *Bacamarteiros: um tiro de guerra que fez arte* (2010). No entanto, ao longo do texto, mostramos também as opiniões em contrário de alguns interlocutores, inclusive dos próprios bacamarteiros afirmando que antes do referido conflito já havia o folguedo na região agreste de Pernambuco.

Alguns historiadores defendem a ideia de que o bacamarte é originário do clavinote holandês do século XVII ou da granadeira do sistema *Miniée* francês, de meados do século XIX. Porém, a granadeira ou riúna que serviram na Guerra do Paraguai em 1865, sofreram

mutilações que as adaptaram ao uso dos folgazões, assim como o tipo de munição foi modificado.

Todos os relatos referentes à história dos batalhões de bacamarteiros foram repassados pelas gerações que se sucederam no tempo.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como uma força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2007, p. 46).

Não há outra forma de tomar conhecimento deste folguedo que não seja através da história oral. Excetuam-se as duas obras referenciadas neste trabalho, algumas fotografias que registram a existência de alguns grupos no início do século XX, e referências de apresentações dos batalhões e de suas armas, em obras histórico-literárias que descrevem a vida do homem no Nordeste brasileiro.

O escritor Mário Sette registra em seu romance supracitado:

Todos os anos, no dia de São João, sobem ao serrote do Bom Jesus, duas centenas, talvez, de matutos, com os seus clavinotes e, até à tardinha, divertem-se em fazer disparos cerrados, dando vivas ao santo festejado. Escurecendo, descem agrupados, com seus chapéus de couro, armas a tira-colo, sacola de munições vazias, num vozear entusiástico, numa ruidosa alegria. (1952, p.70)

Não se sabe ao certo, como nasceu à tradição das celebrações especificamente no Morro Bom Jesus, área central da cidade. As informações é que teria começado com o batalhão nº 333, comandado pelo Major Emídio do Ouro. Devoto de Santa Luzia, no dia 13 de dezembro, data dedicada à santa no calendário litúrgico, este Major subia o morro com os folgazões para deflagrar os tiros e agradecer. Então todos os anos, vários batalhões sobem ao morro para atirar e saudar os santos, também em outras datas, como São João e São Pedro.

Os depoimentos denotam a grande emoção dos bacamarteiros ao lembrar o passado, suas histórias de vida e, sem esforço, as lembranças vão surgindo. De acordo com Zacarias Oliveira, integrante do batalhão nº 27: “Ah! bacamarteiro eu comecei com 20 anos, hoje estou com 85 anos, então são 65 anos de bacamarte, brincando, gozando a vida que é maravilhosa”. Mesmo com o fascínio exercido pelo folguedo, não podemos esquecer as

tensões que envolvem as manifestações culturais, cujas forças são medidas constantemente. Nessa “rede” de tensão, estão envolvidos os próprios folgazões, o poder público, os moradores da cidade e turistas.

Apresentaremos durante o trabalho os diferentes olhares sobre o folguedo, com repercussões que acabam influenciando diretamente na dinâmica da manifestação cultural.

De acordo com os relatos coletados na pesquisa com os capitães dos batalhões, especificamente: o Batalhão de nº 333 e o nº 41, eles constituem a 4ª geração de comandantes, e parte dessa história verbalizada pelos seus antepassados foi se perdendo e se reinventando com o tempo. Interessante ouvir uma versão trazida pelo comandante do Batalhão nº 41, do sítio Cajazeiras, zona rural do município. Conforme o senhor José Manoel dos Santos (Zé Benedito) “essa tradição existe desde o tempo de Nosso Senhor, esse batalhão foi fundado no ano de 1851, é o mais antigo dessa região todinha”.

Como não há nenhum registro escrito sobre as datas de fundação dos batalhões, dos acontecimentos mencionados por eles, as datas informadas pelos próprios interlocutores durante as entrevistas são divergentes, e algumas conversas aqui transcritas demonstrarão tal evidência. Por isso, como dito anteriormente, a história oral é a fonte dos dados, levando-se em consideração o que já foi escrito sobre o tema, que será devidamente referenciado. Como sugere Jean-Claude Carrière (2004): “Como se fossem feitas de alguma matéria sutil (as histórias), atravessam as muralhas invisíveis que nos separam uns dos outros, ignorando o tempo e o espaço, e simplesmente se perpetuam”.

As datas de fundação dos batalhões citados neste trabalho, conforme informado pelos respectivos capitães, são: batalhão nº 41, fundado no ano de 1851; batalhão nº 333, no ano de 1857; batalhão nº 27, no ano de 1908; batalhão nº 139, no ano de 1954; batalhão nº 40, no ano de 2009.

Há uma forte relação das comemorações de junho, das festas juninas em Caruaru com os bacamarteiros. Alguns relatos de moradores da cidade narram que os soldados sobreviventes da guerra da tríplice aliança chegaram as suas casas pelo interior do Nordeste no mês de junho e agradeciam aos santos católicos, Santo Antônio, São João e São Pedro, por estarem vivos, acendendo fogueiras e atirando com seus bacamartes.

Nesse sentido, confirmar-se-ia a versão de que os sobreviventes voltaram da guerra exatamente no mês de junho, e como há uma forte tradição na região Nordeste no período junino, explica-se o fato de os santos mais festejados serem estes. Como sugerem as obras produzidas até o momento sobre a manifestação cultural e no imaginário social da cidade, essa seria a explicação da relação do folguedo com os santos celebrados naquele mês.

Na cidade de Caruaru há uma forte tradição em festas juninas. São 30 dias de comemorações, como referido anteriormente, trata-se de um folguedo popular intrinsecamente ligado aos bacamarteiros, pois suas apresentações acontecem principalmente neste período, e vários grupos se apresentam reverenciando os santos neste mês por toda a cidade. Todavia, as apresentações não se restringem apenas ao ciclo junino. Em comemorações cívicas e políticas podem-se encontrar batalhões, embora não com a mesma intensidade do mês de junho.

Os bacamarteiros não são exclusivos da cidade de Caruaru. Esta manifestação cultural acontece em outras cidades e regiões de Pernambuco e do Nordeste, contudo, o recorte deve-se à expressividade da tradição na cidade, porque:

[...] Caruaru, como maior centro do agreste pernambucano, com a fama de sua riqueza comercial, catalisa todas as personalidades mais atuantes dentre os artesãos, os aventureiros e os artistas e, do meio destes, os atradores das redondezas [...] Veem nela a diversão prestigiada, com os grupos que ganham aplausos e a proteção das autoridades. (BONALD NETO, 1965, p. 16).

Existe atualmente em Caruaru cerca de 150 bacamarteiros divididos em 8 batalhões e registrados pela associação que os representa. A Associação dos Bacamarteiros de Caruaru foi criada em 2002, segundo informações do presidente, Bento Martins dos Santos, 61 anos, agricultor que reside na cidade de São Caetano. No entanto, há dúvidas quanto a estes dados, pois a Associação não faz um controle de todos os grupos existentes; carecendo de uma sede própria e de um aparato burocrático que lhe permita organizar os dados, eles não se mostram exatos.

Durante a pesquisa não tivemos acesso a nenhum documento da Associação dos Bacamarteiros. Fomos informados pelo seu atual presidente que até o mês de março do ano 2011 estava sob a responsabilidade da Fundação de Cultura-Prefeitura Municipal de Caruaru. Porém, houve uma articulação de alguns bacamarteiros e com o apoio do

regimento militar do município – Tiro de Guerra –, que cedeu uma sala em suas dependências para funcionar como sede, a associação deixa a tutela da Fundação de Cultura e começa a se organizar para legalização junto aos órgãos competentes.

A Fundação de Cultura da cidade foi um dos primeiros lugares visitados quando iniciamos a pesquisa de campo, isso porque em conversas informais com o Secretário de Cultura do município, José Pereira, fomos convidados a comparecer à instituição para conversarmos sobre o folgado, e inclusive o tema era de interesse da política cultural desenvolvida pela fundação. Porém, depois de várias tentativas por intermédio de e-mail e ligações telefônicas, as quais restaram infrutíferas, com o fim precípua de que fosse agendado um encontro, decidimos tentar conversar com algum funcionário que pudesse fornecer informações sobre os bacamarteiros, ou mesmo se existia por parte do executivo municipal alguma política cultural que contemplasse os grupos.

A conversa foi com Djair Vasconcelos, diretor de ações culturais da Fundação de Cultura, e Rosa Silva, assistente administrativa responsável por manter contato e articular a apresentação dos batalhões de bacamarteiros durante o mês de junho e nos eventos promovidos pela prefeitura. A intenção era de verificar como se dá a relação ou qual a política desenvolvida pela prefeitura no que tange especificamente ao folgado no município:

A gente tem eventos específicos, por exemplo: o período de São João, o período da semana santa e aí nesse período a gente abre espaço para que haja apresentação dos grupos de bacamarteiros, de outra forma não há mais um apoio incisivo, existe uma associação, mas a gente não tem ajudado essa associação a ir atrás de recursos, o que a gente poderia fazer? qual seria o papel mais definitivo que talvez desse sustentabilidade a esse processo ou a esse fazer cultural? essa manifestação, a gente teria que dar cursos de formação e de informação pra que eles saibam onde há recursos, seja do governo estadual, do governo federal, seja das entidades privadas, ou até mesmo das públicas, esse processo do associativismo para que haja uma associação que seja atuante, que tenha um espaço para atuar, por que a gente percebe que alguns fazeres, algumas manifestações culturais estão ficando esquecidas por falta de espaço, então não há um interesse do prosseguimento daquilo ali porque o espaço que é dado para que haja essas apresentações, para que se sinta a vontade de se fazer, isso dá dificuldade porque só acontece nos eventos e a gente não tem um recurso direcionado pra isso.

Interessante observar na fala transcrita da entrevista com o diretor de cultura, como se ele não fosse um agente do poder público municipal que deveria propor ações de fomento para a manifestação cultural, e que a atuação deveria ser através de cursos

ministrados para “ensinar” a associação a buscar recursos em editais específicos para a área cultural. Como se a atuação da associação tivesse apenas esse fim. Mesmo expondo que não há uma política “incisiva” direcionada aos grupos, em outro momento da entrevista relata:

[...] o poder público tem que cuidar disso, por que é o poder público que vai fazer com que essas manifestações se perpetuem ou pelo menos que durem pelo um longo tempo, que haja registro disso. Porque posteriormente vamos supor que isso deixe de existir, mas havendo um registro pelo menos alguém vai saber neh! O registro áudio visual, alguém vai saber. Agora como é que a gente faz pra criar um documentário? Aí é onde tem que ter o recurso, tem que chegar nessa associação, pra que essa associação se prevaleça disso e consiga manter essa manifestação viva.

Após nossa conversa com o diretor de cultura, ele nos indica para procurar Rosa Ferreira, que seria uma pessoa mais “ligada” aos grupos de bacamarteiros e teria informações interessantes para nos dar. Logo no início de nossa conversa pergunto sobre a Associação e ela nos diz que não há possibilidade de verificar a documentação porque ela precisa falar com um advogado da fundação que está com o material para análise e nos conta:

Essa associação hoje agrupa pessoas de vertentes, tacaimbó, Taquaritinga, São Caetano, então todos eles, como não tem uma associação por lá, eles vem pra cá, e ficou melhor pra cá, porque a gente faz uma festa no dia 24 que compõe 800 homens, é a coisa mais linda [...] tem toda uma articulação que é feita pela fundação, tudo isso tem que ser feito pela fundação. Nós temos um pessoal da polícia de Recife que vem todo ano aqui e conversa comigo, procura se informar como é que tá o pessoal, eu assino documentação, o tenente (Bandeira, designado no regimento do exército da cidade para acompanhar os grupos) assina documentação, tudo sobre os bacamarteiros, é muito delicado esse negócio de bacamarteiro. Antigamente eles não brincavam pela fundação recebendo neh! Eles brincavam porque era uma tradição deles, hoje não, hoje nós temos quase 11 batalhões participando do São João de Caruaru, recebendo uma pequena verba (não informada), certo! Onde pode ajudar no fardamento, que a gente exige um fardamento que é aquele o azul com o vermelho , o chapéu de palha, entendeu! Então esse dinheiro já serve pra alguma coisa deles, o salitre é dado pela fundação de cultura, desde que eu tô aqui o Salitre é comprado por aqui, tem uma ajuda de custo pra transporte pra vir pra cá pra festa, o almoço que é dado é pela fundação de cultura, então a fundação fornece o almoço, o transporte, [...] os batalhões que trabalham aqui no São João, tudo isso é pela fundação de cultura e eu espero estar viva pra continuar esse trabalho por muito e muito tempo.

Fomos informados pelos bacamarteiros que a Associação funcionava apenas no “papel”, que não havia nenhum tipo de ajuda ou articulação por parte da Fundação de Cultura junto aos seus sócios e diretores, levando-se em consideração que são pessoas

semianalfabetas e sem instrução e que necessitavam desse apoio logístico. Mesmo assim, a diretoria é escolhida em assembleia e em reuniões convocadas pela Fundação e pelo Exército e todos os folgazões podem se candidatar, o processo é democrático.

Bento Martins dos Santos, capitão do batalhão nº 33 e atual presidente da Associação, faz algumas considerações sobre a Associação e atuação da prefeitura:

Olhe, a Fundação de Cultura, não está nem aí pra gente, cultura de Bacamarteiros, não quis mais saber de assumir esse compromisso, então através de mim e do tenente, eu assumi com ele pra gente criar essa associação, então o tenente Arlindo (militar que havia sido responsável pelos grupos no Regimento do Exército na cidade, até o ano de 2011) nos ofereceu o local aqui (no Tiro de Guerra) pra ser a sede da Associação. Não é esse local que nós estamos, é um local aqui por trás, muito bacana o ambiente. Já fizemos várias reunião lá e lá vai ser a sede da associação, espero que seja bem melhor do que onde a gente estaria.

A pesquisa também foi reveladora das insatisfações de alguns bacamarteiros com as ações promovidas e desenvolvidas pela entidade da prefeitura que é a responsável pelas políticas culturais no município. Críticas contra a Fundação foram tecidas com o gravador ligado ou desligado, e faz-se pertinente transcrever algumas falas dos interlocutores, como a do capitão do Batalhão nº 139, Pedro Galdino.

Olhe! Eles não dão apoio nenhum [...]: O que precisava era que cada chefe tivesse contato com o ministro da cultura, porque aí iria receber uma verba em mão, não ia ser passado pra fulano, nem pra beltrano. Cada apresentação é R\$ 500,00. Isso não existe, antigamente a gente recebia algum cachê mas não pagava nada, não pagava ordem do exército, não pagava nada, hoje você paga R\$ 20,00 reais no quartel e todo canto que você vai tem despesa, tem o carro, tem o telefone, os bacamarteiros não moram tudo perto da minha casa, tem que se deslocar, tem que ter transporte. A Fundação não dá o transporte, quando dá um transporte é pra levar da Fundação pra Recife, mas daqui até chegar lá, a gente tem que pagar do bolso da gente e não sabe nem quando vai receber. A gente se apresenta, tem R\$ 2.000,00 pra receber na FUNDARPE. Faz dois anos que eu me apresentei na praça do Malakoff e até hoje nunca recebi. Agora quando ele chamar eu não vou neh! Pra não receber, não adianta. A gente faz festa de graça também, se você precisar [...] qualquer um a gente vai, dando o carro, dando o material, agora a gente não pode pagar a despesa da gente sem ter retorno.

O valor de R\$ 20,00 (vinte reais) a que se refere Pedro Galdino, é o valor da taxa paga ao exército pela guia de tráfego. É um valor pago por apresentação e na guia consta a data, a hora e o local em que haverá apresentações. No final do trabalho, nos anexos, há um modelo da guia. Nos relatos percebemos que o apoio da Fundação de Cultura é bem

pontual, e ocorre especificamente no mês de junho com a comemoração do dia do bacamarteiro, que consta como data oficial de comemoração na cidade, o dia 24 de junho.

Na fala da assistente administrativa da Fundação, percebemos um cuidado e uma atenção devotada aos grupos. No entanto, esse “cuidado” é contestado. Pedro Galdino também nos fala sobre a festa promovida no dia dos bacamarteiros:

Esse almoço é oferecido pela prefeitura, que eles dizem que gasta R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e eu disse a eles se é de vocês gastar esse dinheiro todo, devia fazer assim, você tem quantos chefes? Você disse que tem 30 chefes, você dá R\$ 1.000,00 (um mil reais) a cada um, vai gastar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), quanto sobrou? Se é R\$ 70.000,00 vai ficar com R\$ 40.000,00 (quarenta mil), você comprava de chapéu e roupa para os bacamarteiros, ele disse não, eu disse você num disse que gasta R\$ 70.000,00 num almoço, porque um almoço daquele que a gente come lá é R\$ 5,00 real, ai nos vai ficar empacado o dia todinho em cima de R\$ 5,00 real, a medalha que ganha é R\$ 4,80, que é o valor da medalha que eu fui saber na livraria estudantil, é R\$ 4,80 com aquela fitinha azul, então R\$ 4,80 com R\$ 5,00 dá R\$ 9,80, aí o cara empata um dia com R\$ 9,80. Agora a gente gosta da brincadeira, mas eles deviam pelo menos fazer uma coisa que agradasse aos bacamarteiros, aí o que é que eles fazem, eles fazem aquelas fotos bonita neh! Quando acabar manda pro Governador, com a cultura da gente, vende a imagem da gente lá fora e a gente fica só lá embaixo, com uma chinela rasgada e uma calça furada na bunda.

Alguns bacamarteiros, ao contrário, acham importante o apoio do poder público, que no passado tinham mais despesas com o folguedo e hoje isso mudou, como nos diz Zacarias do Batalhão 27:

Esse negócio da Fundação ele é um contrato que tem sabe? Quer dizer, é uma boa ajuda para os bacamarteiros que o chefe lá faz o contrato. Nós tem obrigação de se apresentar nos horários que eles pedem e aquilo ali quando ele termina os festejos, sai uma verba para cada chefe neh! Agora aquilo ali o chefe num dá nada pra ninguém. Aqui antigamente, no dia de São Pedro, o bacamarteiro já ia com o dinheirinho no bolso pra pagar o sanfoneiro e não tinha caminhão pra andar, tem as cotas dos bacamarteiros e tem que pagar o sanfoneiro, hoje não, ai vem tudo da fundação, quer dizer que nesse ponto a gente num paga nada neh! É por isso que inventaram isso, foi uma boa. Naquele tempo a gente gastava dinheiro, hoje nós estamos brincando sem gastar, gasta quase nada, uma festinha em casa, uma bicada, uma comida, por ai pronto! Mas esse negocio de carro, pra sair e cota isso aí ninguém paga mais não.

O que conseguimos averiguar, atestado inclusive na fala do diretor de cultura da Fundação, é que o apoio se dá em ações específicas, no mês de junho, ações que fazem parte da política cultural do município de “vender” a festa de São João da cidade para atrair turistas.

A lei municipal nº 2.536 de 21 de maio de 1979 institui o Dia do Bacamarteiro no último domingo do mês de junho de cada ano, na administração do então Prefeito Drayton Nejaim. Não obstante, a lei nº 3.926 de 05 de julho de 1999, apresentada na administração do Prefeito João Lyra Neto, dá nova redação ao artigo 1º que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado, em Caruaru, o Dia do Bacamarteiro Antônio José do Nascimento, que será comemorado no dia 24 de junho de cada ano, concomitantemente com o Dia de São João.

Antônio José do Nascimento, bacamarteiro que deu nome ao feriado do dia 24 de junho, era integrante do Batalhão nº 41 do Sítio Murici, distrito de Caruaru. A homenagem veio um ano após a sua morte, em 1999, pelo amigo e vereador Lula Torres. O homenageado é pai do também vereador José Ailton, atualmente um político que tem apoiado os batalhões na cidade.

Neste dia, os batalhões de Caruaru e de alguns municípios do entorno - São Caetano, Altinho, Agrestina, Bonito e Lajedo - juntam-se a partir das 9h da manhã na sede do Serviço Social do Comércio (SESC) da cidade para apresentações, que se prolongam até o meio dia, quando é servido um almoço oferecido pela Prefeitura Municipal de Caruaru e organizado pela Fundação de Cultura do município. Após o almoço, todos os grupos saem organizados em um grande cortejo desfilando pelas principais ruas do centro da cidade até o largo da coletoria, onde são recebidos pelo Prefeito de Caruaru e demais autoridades, sendo homenageados com a entrega de troféus e medalhas.

Também em relação a esta comemoração, os folgazões têm opiniões contrárias à maneira como a festa é planejada. Como relata Dona Ângela, do Batalhão nº 27 do Sítio Serra dos Cavalos:

[...] é assim, a fundação, por um lado é bom, entendeu? apoia, ajuda a divulgar. Agora, eu particularmente, sei lá, eu acho que eles terminam explorando, tá entendendo? Por exemplo, eles marcam, três, quatro apresentações pra gente, ai vamos, é um dinheirinho bom, ajuda, tá certo, mas aí exploram demais também, porque a gente sai daqui com fome, as vezes cansado. Lá no SESC é outra porcaria (risos) eu sei que é nosso dia, Caruaru tá pegando fogo, é muito turista, é uma coisa boa, mas... Se eles fizessem um dia sem compromisso, ter uma noite de sono, por exemplo neh! Hoje nós não saímos ontem, não festejamos nada, hoje é o almoço, o desfile dos bacamarteiros, ia tá todo mundo de cara bonita todo mundo animado, menino, você já foi aquele desfile no SESC? É todo mundo dormindo pelos cantos, ninguém aguenta, eu mesmo tô parecendo uma

catraia (risos) você tá entendendo, é muito bonito, mas fica lá vai esperar um tempão na fila do almoço, todo mundo dormindo pelas calçadas, menino, sinceramente aquilo é humilhante. Quando foi o ano passado, quando eu penso que nós ia pra fila, chega um cara lá correndo da fundação, vamo, vamo que tá ao vivo, tá em cima da hora, acho que era quase meio dia, subimos no caminhão, pra estação (largo da coletoria no centro da cidade, onde é montada uma estrutura para as apresentações de grupos em junho), pra fazer uma filmagem pra Record News, menino! (risos) é uma coisa fora de programação, entendeu, a fundação devia pensar em tudo isso, porque geralmente os Bacamarteiros já não são tão jovens, hoje tem umas crianças, tem muita criança neh! Eu acho bonitinho, mas aquilo, a maioria são senhores, são pessoas já de idade, não aguenta mais aquele “rojão”, resumindo, perdemos o almoço, nós chegamos dessa filmagem duas e pouca da tarde, não desfilamos, porque o desfile já tinha ido embora, por causa dessa gravação da Globo News, da Record News, menino ... Aí o cara chegou aí disse se anime minha senhora, mas aí eu chutei o pau da barraca...se anime o que? Eu tô morrendo de fome, já é horrível vir pra cá comer a gororoba do prefeito e vocês ainda tiram a gente [...] calma que eu vou arrumar um lanchinho pra senhora (risos) então a fundação, quer dizer, eu acho que ela devia, sei lá...isso é minha opinião, porque eles terminam judiando da gente. Aquele almoço do prefeito devia ser num dia neutro, que tivesse todo mundo de cara bonita, no dia de São João tá todo mundo acabado menino, nem desfilam mais, aquele percurso aquilo é uma eternidade. Tá todo mundo de cara feia, ninguém dá uma risada (risos) todo mundo amarelo, os cabelos assanhado, mas o que eu acho da fundação é isso, ela ajuda muito neh! Mas a gente brinca hoje, através da fundação que ela dá muito apoio, num vou mentir que ela num dá apoio, mas ela devia também melhorar o lado da gente viu. No lado humano viu, eles exploram e é cansativo. Devia olhar mais pro lado do bacamarteiro, por exemplo: dar um transporte mais confortável neh! Já pensou a gente dias e dias, em cima de um caminhão da tábua dura, tem uns que é coberto, tem outros que vai à chuva mesmo, menino. Isso é péssimo.

Na pesquisa pudemos constatar as insatisfações elencadas por D. Ângela. O que existe é uma atuação específica por parte da prefeitura, no período junino e que atende as demandas de uma “indústria cultural”, um apelo midiático que “vende” a maior festa da cidade, que chama a atenção de turistas e, conseqüentemente, movimenta a economia do município. Isso acaba por enfraquecer o folguedo, por que mesmo com toda a força própria dos bacamarteiros em manter viva a tradição, é essencial que agências de fomento, que no caso seria a prefeitura, incentivem através de patrocínio contínuo, pensando na manutenção dos grupos culturais.

Na conversa que tivemos com Everaldo Silva - capitão do Batalhão nº 40, que apresenta os mais jovens bacamarteiros da cidade, com uma faixa etária de 20 a 40 anos - mostra-se desanimado e expressa a vontade de parar de desfilar. Mesmo com um batalhão jovem, apenas 13 anos de fundação, se diz cansado pelo não reconhecimento do trabalho dos grupos em defesa da cultura da tradição local.

Poucas coisas conseguem reunir os homens do agreste, espalhados pelos brejos e pelo subúrbio da cidade, com diferentes ocupações, como pedreiro, agricultor, auxiliar de cozinha. É o amor às tradições, e especificamente ao folguedo, que consegue reuni-los. É no inverno, na época da fatura, do verde do milho dos roçados, que incide o maior número de apresentações e que os homens de poucas falas, introvertidos, aparecem para brincar, se divertir como que num passe de mágica pelas terras agrestes.

Para Georges Balandier (1997) “o imaginário, a simbólica, o rito impõem sua marca nos lugares”. Assim, os bacamarteiros impuseram suas marcas no município, através da apropriação dos espaços onde as apresentações acontecem, como por exemplo: Morro Bom Jesus, Largo do Convento de São Francisco, Feira de Caruaru, Alto do Moura, Largo da Coletoria, sede do SESC, zona rural, festas de bairros e no grande palco de apresentações, o Pátio de Eventos Luiz Lua Gonzaga. Espaços que fazem parte da tradição e são cenários onde os folgazões imprimem suas marcas.

Os palcos são elementos indispensáveis para a festa do bacamartismo, e com os holofotes para o “Maior São João do Brasil”, passa a ser alvo da cultura de massa. O antropólogo Edgar Morin observa que alguns temas folclóricos são absorvidos por essa cultura, no entanto, não são destruídos, mas desintegrados e novamente integrados, em um processo reestruturante. A cultura de massa ressuscita e transforma o universo das festas.

A cultura de massa quebra a unidade da cultura arcaica na qual num mesmo lugar todos participavam ao mesmo tempo como atores e espectadores da festa, do rito, da cerimônia. Ela separa fisicamente espectadores e atores. Do mesmo modo, a “festa”, momento supremo da cultura folclórica, na qual todos participam do jogo e do rito, tende a desaparecer em benefício do espetáculo. Ao homem da festa sucede o que chamamos de “público”, “audiência”, “espectadores”. O elo imediato e concreto se torna uma teleparticipação mental. (MORIN, 2005, p. 63).

Os grupos esperam ansiosos por este momento e, por algumas horas, o José agricultor, Pedro o Pedreiro e Ângela, a agricultora, são os artistas - os bacamarteiros que com suas coreografias, marchando no ritmo do forró e os sons ensurdecadores dos tiros do bacamarte - encantam a todos, sendo o barulho dos disparos interrompido apenas pelos aplausos do público.

2.1. Os caminhos percorridos até o ‘campo’.

O poeta Antônio Machado diz: “Caminhante não há caminho, o caminho é feito ao caminhar”. Este belo verso é uma excelente metáfora para discorrer sobre o método de pesquisa. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que “no trabalho do cientista social não haveria fórmulas, leis, receitas, e sim *métodos*, no sentido original grego da palavra: via, caminho, rota para se chegar a um fim” (MILLS, 2009, p. 13).

A metodologia trata das formas de fazer ciência, um conjunto de métodos e técnicas que servem de base a qualquer pesquisador para “capturar” o objeto de pesquisa em questão. Também podemos entendê-la como epistemologia, na construção do conhecimento, para entender a relação sujeito e objeto.

As nossas expectativas nos guiam no processo do conhecer, nossa curiosidade, a sede por respostas nos faz observar o mundo, questionar, criticar, pois o que vemos, depende de quem somos e do que procuramos, e esse objeto observado é construído por nós, um processo ativo e seletivo de quem observa.

Há diversas maneiras de construir o mundo e a ciência é uma delas. Quando problematizamos, construímos um problema no campo das ciências humanas, isso tem a ver com a nossa reflexão crítica; refletir criticamente não é “acabar” com as ideologias que somos contrários, pois elas dizem respeito ao modo como justificamos posições, interesses, motivações, pois a ideologia está “intrínseca” às ciências humanas porque faz parte do objeto e da forma como a percebemos e observamos.

Precisamos nos perguntar: Quais os fatores internos e externos que interferem na pesquisa? O que produziu as fontes que estamos trabalhando e em que contexto? Nossa reflexão deve começar pensando a relação entre objetivismo e subjetivismo. Daí decorrem alguns conceitos, como por exemplo: Realismo-Idealismo, Positivismo-Hermenêutica, Estrutura-Interacionismo. Com isso surgem diferentes escolas, valores, escalas, macro-micro, ordem, ruptura.

Importante destacar as ideias formuladas por um clássico das ciências sociais: Max Weber que foi um dos responsáveis para a adoção de uma metodologia própria que leva em conta, sobretudo, o objeto particular das ciências sociais: a ação humana. O método compreensivo não busca apenas a compreensão do fenômeno observado, mas a

compreensão do seu sentido profundo. Claro está que para Weber chegar a essa compreensão se fez necessária uma análise da realidade a partir dos tipos ideais, esquemas conceituais que permitem a comparação com a realidade empírica de maneira mais objetiva e científica. Em sua análise, o outro chama a atenção também para o “distanciamento” do pesquisador, deixando de lado seus valores morais. Porém entendo que essa separação não pode ser total, uma vez que seria impossível a total imparcialidade diante dos fenômenos sociais da vida.

No rol dos procedimentos metodológicos está disponível um leque de possibilidades as quais o pesquisador poderá se filiar para empreender em suas pesquisas. Não há uma metodologia “certa” ou “errada”, no entanto, o que existem são tipos de pesquisas que mais se ajustam a esta ou aquela metodologia. Neste sentido, não há uma técnica que possa ser utilizada da mesma maneira em diferentes grupos culturais, é no percurso, ao longo do trabalho, que o pesquisador será tocado pelo objeto de estudo, pois “o campo fala”. Todavia, não excluí a elaboração de estratégias que auxiliaram o processo de investigação.

Neste trabalho, utilizo-me de instrumentos de pesquisa que “visam explicar o real, mas não podem o substituir, pois este, em termos científicos, só pode ser, segundo a expressão de Bachelard, *aproximado*” (LAPLANTINE, 2007, p. 110).

A etnografia é por excelência o método antropológico para a coleta de dados. Dito isto, impossível não lembrar Bronislaw Malinowski (1978) que revolucionou a antropologia ao propor seu método de *observação participante*, a sutura entre trabalho de campo e pesquisador. Porém, trata-se de uma “observação direta” da manifestação cultural, pois em nenhum momento da pesquisa me atrevi a segurar o bacamarte e atirar, por medo e também por eles serem criteriosos e não entregarem a arma a qualquer pessoa; para ser bacamarteiro você precisa possuir o seu próprio bacamarte ou, se for fazer parte do grupo, e por motivos financeiros não o possa adquirir, a arma será fornecida pelo capitão em caráter de empréstimo, já que ele possui mais de uma arma.

Na introdução do clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922) o autor expõe suas angústias do “fazer antropológico” quando afirma:

Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desespero e desalento após inúmeras tentativas obstinadas, mas inúteis para tentar estabelecer contato real com os nativos e

deles conseguir material para a minha pesquisa. Passei por fases de grande desânimo, quando então me entregava à leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical, se entrega à bebida. (MALINOWSKI, 1922, p. 19).

Ainda que tenha, eu mesmo, sentido angústias no processo do trabalho, não comparo às sentidas por ele. Ao contrário, a inserção no “campo” foi prazerosa e sem maiores complicações. Em todas as visitas, pude estabelecer contato com os meus interlocutores, que para além das formalidades, abriram as portas de suas casas para que eu pudesse entrar e compartilhar de momentos íntimos da família, a exemplo de um café da manhã oferecido gentilmente no Sítio Serra dos Cavalos pelo senhor Zacarias Soares de Oliveira, 85 anos, agricultor, folgazão mais antigo do Batalhão nº 27.

Após o café da manhã, fomos para a varanda de sua casa em uma manhã de sol, foi quando pude entrevista-lo e também, Ângela, sua filha, 50 anos, agricultora, casada e com três filhos, bacamarteira, integrante do mesmo batalhão. Ao longo da pesquisa, percebemos que a conversa com os folgazões da zona rural é mais reveladora, suscitando evidências de uma possível origem do folguedo pelos homens do campo, isso pela propriedade com que eles relatam os fatos, com convicção de que reproduzem a “verdade” sobre o folguedo que ouviram dos mais velhos, diferentemente dos folgazões urbanos que não possuem origem rural.

Quando a nossa conversa acabou, de imediato fui convidado a voltar: “Fique pra almoçar com a gente [...] vamos comer uma galinha. Quando você, de outra vez vier, a gente prepara tudinho [...] faz uma festa bem bonita pra você ver como é preparando a pólvora aqui no sítio, na rua (cidade) é muita gente”. Interessante perceber na fala do Sr. Zacarias, a distinção entre uma festa preparada no sítio e as apresentações na cidade, lá realmente poderíamos ver como a “pólvora” é preparada.

Antes mesmo da companhia agradável de seu Zacarias e sua família, devo voltar no tempo, um ano antes, quando havia acabado o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco e, na ocasião, a vontade era de estudar. Pensei nas várias possibilidades de temas que poderia apresentar como proposta de estudo para o mestrado. Porém, um tema em especial me despertou o interesse: Bacamarteiros, como uma manifestação tão expressiva na minha cidade, que povoava as minhas lembranças, visualizando os grupos, o som dos tiros, as danças, as cores e ao mesmo tempo, eu não

sabia muito sobre ela, perguntava e não obtinha respostas que me deixassem satisfeito. Quem são eles? Porque fazem? Por que em junho? Os porquês invadiram minhas ideias e eis que decidi, envolvido também por um “sabor” de emoção, que este tema seria o objeto de análise de meu estudo.

Então, o trabalho devia ser iniciado com a pesquisa bibliográfica, o que já foi escrito sobre o folguedo; vídeos, reportagens, etc. E para a minha surpresa, quase não existia pesquisas sobre os grupos. Minha ansiedade se deu por enxergar uma importância significativa dessa manifestação para a cultura da tradição do Nordeste. Pensei inicialmente que iria me deparar com uma grande quantidade de estudos. Porém, havia apenas alguns trabalhos escritos, reportagens veiculadas no noticiário local ou nacional, especificamente se referindo ao São João no Nordeste, e algumas produções de audiovisual no estado.

A pesquisa começou com uma análise documental nas instituições da cidade de Caruaru, tais como Biblioteca Pública, Casa da Cultura José Condé e Fundação de Cultura do município. Estas entidades apresentaram cópias datilografadas de alguns artigos publicados por Bonald Neto na década de 1960, e o exemplar do livro *Bacamarte, Pólvora e Povo* (2004), não existindo outra fonte de consulta. No Recife a pesquisa foi feita na FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco, que possui material semelhante ao já obtido para análise, em bibliotecas da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, e também um levantamento de jornais, revistas e em sites da internet, destacando o portal da Capes.

Devido à quantidade de grupos existentes no município, foi necessário fazer um recorte, onde o critério utilizado para a escolha privilegiou os grupos mais antigos em atividade, e os personagens e festas mais referenciadas. São o Batalhão nº 333(urbano), comandado pelo Senhor João Saturnino Filho e o Batalhão nº 41(rural) que tem como capitão o Senhor José Manoel dos Santos (Zé Benedito), além da Festa de Santana, realizada há mais de 65 anos no Sítio Cajazeiras, sede do batalhão 41, reunindo um grande número de folgazões de toda a região.

O acesso aos grupos aconteceu mediante a apresentação do pesquisador por parte de um sanfoneiro já contatado em um levantamento preliminar ao campo, tocador do Batalhão nº 333, bem como, em conversas informais com moradores da cidade que mantinham contato com integrantes do folguedo.

Como estratégia de análise, foi usado o caderno de campo, parceiro fiel, em tardes de chuva e noites inteiras de observação; as conversas informais e observações feitas foram devidamente anotadas, método imprescindível para a análise dos dados e escrita do trabalho. Houve observação direta das apresentações com um registro fotográfico dos brincantes, captando-se mais ou menos 400 fotografias. Além de entrevistas com os capitães dos batalhões, objeto de análise deste estudo, bem como de seus integrantes, como os músicos que não atiram e seguem os batalhões (três, precisamente), com os instrumentos: sanfona, zabumba e triângulo, e ainda espectadores e folgazões pertencentes a outros grupos. Também o professor e historiador Josué Euzébio, uma banda de Pop-Rock chamada Zabumba-Bacamarte, que tem os batalhões da cidade como fonte de inspiração para o repertório e para o nome da banda no início da formação do grupo.

A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de junho e julho do ano de 2011 e maio, junho e julho de 2012. No total foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas, e como dito, observação direta das apresentações, conversas informais com os bacamarteiros e com os espectadores e visitas às casas de alguns capitães. No projeto de pesquisa anunciei a possibilidade de um registro audiovisual (vídeo de 15 a 20 minutos); infelizmente, devido a contratempos durante a pesquisa, não foi possível à realização do mesmo.

O conhecimento científico é apenas um tipo de conhecimento que o homem faz uso para a compreensão da realidade social que o cerca. Reconheço as limitações metodológicas inerentes a todo trabalho científico, portanto, convém destacar a premissa apontada por Gaston Bachelard acerca de um conhecimento “sempre aproximado”.

É preciso estar atento também para uma dialogia constante e nunca superior entre o saber erudito e popular, tal como aponta Edgar Morin no método III – O conhecimento do conhecimento:

Da percepção ao pensamento consciente, uma dialógica cognitiva associa diversamente processos analógicos/miméticos e processos analíticos/lógicos; dois tipos de inteligibilidade, um compreensivo, o outro explicativo, estão contidos um no outro, embora opostos e complementares (yin-yang). Atuam nos dois grandes sistemas de pensamento, saídos da mesma fonte, contidos um no outro, opostos e complementares: o pensamento simbólico/mitológico/mágico e o pensamento empírico/lógico/racional. (Morin, 1999, p. 167).

Nesse sentido, ficamos atentos para combinações não previstas de elementos, evitando normas e procedimentos rígidos que levem a um “fetichismo do método e da técnica” (MILSS, 2009, p. 15).

2.2 Estranhamentos – o caminho de volta – entre Recife e Caruaru.

Dada a aproximação continuamente estabelecida com os grupos desde a infância e ouvindo o som ensurdecedor dos disparos dos bacamartes, é inevitável não me deixar seduzir pela emoção e também porque não dizer “estranhamento” diante do que via como expectador ainda vivendo na cidade, em contraponto ao que agora vejo como pesquisador, e passo a enxergar de outra forma a manifestação cultural. Tentarei em minha escrita administrar a subjetividade, não me deixando seduzir por completo, fazendo com que a subjetividade dialogue com a objetividade científica.

A distância entre o Recife e Caruaru é de 136 km, em pouco mais de duas horas estou em “casa”, de volta à terrinha, desfrutando do carinho de todos da família e degustando as delícias preparadas por minha mãe, tomando um leite quente que logo cedo foi pego no curral próximo. Mas o que pretendo dizer falando em distâncias são as aproximações ou afastamentos de quem cresceu vendo e ouvindo os grupos de bacamarteiros e que volta após alguns anos e percebe que o sentimento de outrora não é o mesmo. “Não é possível entrar duas vezes no mesmo rio” porque não serão as mesmas águas, nem seremos os mesmos. (Heráclito, 2002).

O meu interesse pela manifestação cultural surgiu muito antes de ingressar no PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, nível mestrado, da Universidade Federal de Pernambuco. Desde tenra idade, as manifestações culturais estavam presentes em minha vida, na minha cidade natal, Caruaru. Também vislumbro minha terra natal por ocasião das visitas aos sábados à feira, onde podia comprar bonecos de “Vitalino” para brincar e ouvir bandas de pífanos num “vai e vêm” frenético, por entre os corredores estreitos das bancas de frutas, verduras, roupas, artesanato; isso me enchia de alegria e curiosidade.

Mas, um fato especificamente me chamava à atenção: no mês de junho a cidade estava em festa, é São João! E o dia 29 desse mês, no calendário litúrgico, é o dia de São Pedro; em frente à casa dos meus pais, todos os anos, por volta das oito horas da manhã, era acordado ao som de um trio de forró pé-de-serra. Encantado pela música, como na

fábula do flautista mágico, corria para a calçada para observar homens e mulheres fazendo suas coreografias, desfilando, alegres e com uma enorme arma nos ombros, o bacamarte, para homenagear um antigo integrante do batalhão, já falecido, que morava na mesma rua. Durante a pesquisa, soube que o bacamarteiro homenageado, conhecido como “Biu”, era integrante do Batalhão nº 333.

À época, era apenas um menino e o meu encantamento se dava também pelo barulho dos tiros dos bacamartes, a beleza de vê-los desfilando ao som do forró, as cores. As pessoas na rua assistindo, alguns vizinhos emocionados, e todos os anos ficava na expectativa de poder observar o folgado bem de perto, da janela ou da calçada de minha casa. Passados esses anos, a população do município sabe pouco sobre a origem dos “soldados” que desfilam pela cidade durante o mês de junho.

Portanto, tem-se a impressão, consultando bibliografia sobre manifestações culturais ou cultura da tradição, que pouco se menciona a respeito dos bacamarteiros, uma lacuna que este trabalho pretende preencher como forma de uma justa e merecida homenagem e reconhecimento ao trabalho de grupos mantenedores dessa tradição.

Este trabalho possibilitou realizar um estudo sobre esta manifestação cultural que vai além das apresentações dos grupos no mês de junho, inserindo a vida dessas personagens anônimas em cada página escrita. Também o folgado agrega diversos elementos ampliando a compreensão do universo sociocultural dos entrevistados.

2.3 Bacamartes, pólvora e ribombos.

Teoricamente, este estudo situa-se em três eixos: a literatura sociológica e antropológica sobre cultura, tradição, memória e história oral, a literatura sobre os bacamarteiros e o trabalho etnográfico. A literatura cujos dados basilares foram depurados em face do trabalho do pesquisador Olímpio Bonald Neto, uma enciclopédia sobre o universo dos bacamarteiros, pois seu estudo etnográfico minucioso nos mostra o quão belo e interessante é este “esporte sertanejo” (BONALD NETO, 1965), uma obra clássica sobre o tema e fonte de pesquisa singular para o presente estudo. Porém, não excluo a discordância em alguns pontos tratados pelo pesquisador em seu trabalho, levando-se em consideração os mais de 40 anos que separam sua análise desta pesquisa. Ademais, reconheço a existência de objetivos e perspectivas distintas.

Olímpio Bonald da Cunha Pedrosa Neto, nasceu em Olinda-PE, em 17 de outubro de 1932. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1957 e pós-graduado em Jornalismo Político pela UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco. Artista plástico, poeta, também é membro da Academia Pernambucana de Letras, onde ocupa a cadeira nº 1, da qual é patrono Bento Teixeira. É portador de comendas, e recebeu vários prêmios literários por sua obra.

Foi o pesquisador referido, que na década de 1960, vinculado ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, iniciou um trabalho inédito sobre esta tradição do Nordeste Brasileiro. Pesquisa quase que exclusivamente solitária, publicando na época: *Os Bacamarteiros* (1965) e *Bacamarte, Pólvora e Povo* (s/d), este reeditado no ano de 2004, além de publicar alguns artigos em periódicos de Pernambuco.

A pesquisa inicialmente intitulada “Os Bacamarteiros”, foi publicada em Recife, pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no boletim nº 12 e feita uma separata em 1965. Em seguida, foi publicado na revista O Cruzeiro de 23 de janeiro de 1965, com o título “Cada trovão é um tiro”. O texto original publicado em edição nacional “Bacamarte, pólvora e povo” (s/d) ganhou o prêmio Geraldo de Andrade, da Academia Pernambucana de Letras.

Em seu livro *Os Bacamarteiros*, o pesquisador informa que já no ano de 1960 a tradição da cidade era divulgada inclusive em revistas do sudeste do País: “O costume é registrado, até em revistas do sul, em 1960, a revista INTER BRASIL, do Rio de Janeiro, publica uma rápida notícia sobre a tradição e o folclore do Nordeste e, exibindo fotografias de atiradores comandados pelo Major Emídio.” Um trecho da reportagem:

Em Caruaru, por exemplo, é comum, nas épocas juninas, as comemorações de bacamarte, isto é, grupos de homens, mulheres e rapazes alegres que procuram comemorar o S. João de forma diferente, com detonações de pólvora seca, em antigos bacamartes usados nos tempos idos.

É inegável a importância e grande contribuição que a obra do pesquisador tem, primeiramente pelo ineditismo, mas também por trazer uma descrição de uma importante manifestação cultural com uma grande representatividade nos festejos juninos pelo interior do Nordeste, e especificamente, no agreste pernambucano até então quase desconhecida por muitos na década de 1960.

Mesmo sem ter formação em antropologia, apresenta-se como um exímio pesquisador da área cultural. Sua obra, inclusive, serviu para que as apresentações e, quiçá a tradição, não fosse extinta ou proibida no município por ações precipitadas do poder público. No primeiro caso, as armas foram apreendidas das mãos dos agricultores depois do Golpe Militar de 1964, com a alegação que estes seriam a milícia dos “guerrilheiros camponeses” de Miguel Arraes, e depois sua obra contribuiu para embasar a defesa da Comissão Pernambucana de Folclore, frente à Lei do desarmamento, no sentido de que as armas dos atiradores eram obsoletas e utilizadas apenas nos períodos de festa pelos grupos tradicionais do Nordeste.

O livro “registra e interpreta as repercussões das memórias ancestrais dos “voluntários da Pátria” da “Grande Guerra” da Tríplice Aliança, (a lendária Guerra do Paraguai) trazidas pelos sobreviventes dos batalhões nordestinos para seus torrões natais” (BONALD, 2004). Parece-nos que dentre as interpretações do autor, destaca-se a de que há uma identificação ao longo dos anos com o ciclo do cangaço, mas que a manifestação cultural seria das “mais expressivas do Ciclo Folclórico da Guerra do Paraguai”, atestando a relação da tradição com a citada guerra.

Além dos estudos do pesquisador referido, a Universidade Federal de Pernambuco, por intermédio da TV Universitária, e com o apoio de algumas prefeituras do interior do estado onde há uma forte tradição do folguedo, realizou a gravação de um vídeo documentário intitulado: *Bacamarteiros de Pernambuco* (1998), apresentado em eventos culturais e pela TV Educativa do Canal Brasil, em rede nacional. A afiliada da Rede Globo Nordeste, TV Asa Branca, produziu um programa São João - Terra da gente, dedicado ao folguedo no ano de 2007. E, recentemente, o livro-reportagem da jornalista caruaruense Paula Bezerra, ainda em fase de edição, intitulado: *Bacamarteiros: um tiro de guerra que se fez arte*. Porém, mesmo com a importância dos trabalhos retrocitados, o presente estudo é pioneiro em fazer uma análise antropológica da manifestação cultural.

A jornalista, Paula Bezerra da Silva, nasceu em Caruaru-PE. Graduada em Jornalismo pela Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP, atualmente, trabalha como assessora de imprensa e reside na cidade de Paulista-PE. A monografia produzida sobre os Bacamarteiros para a finalização do curso de jornalismo foi “passional”, nas palavras da autora, porque ela é de uma família de folgazões, todos ligados ao Batalhão nº 27 do Sítio

Serra dos Cavalos, neta do senhor Zacarias, filha do senhor Antônio e sobrinha de D. Ângela, todos interlocutores desta pesquisa.

Segundo a autora, o objetivo principal de sua pesquisa foi chamar a atenção da sociedade para o folguedo, pois percebeu que há uma dúvida sobre quem são estes homens que ainda são confundidos com cangaceiros, bem como, a manifestação cultural não é valorizada pelas pessoas da cidade nem pelas autoridades locais. O referencial teórico do seu trabalho também foi o livro *Bacamarte, Pólvora e Povo* (2004); houve uma intensa pesquisa de campo e a autora afirma que passou quatro anos pesquisando, participando das atividades dos grupos.

Apesar de o livro não ter sido editado para a venda, infelizmente por falta de recursos, o trabalho junta-se ao desenvolvido pelo pesquisador Bonald Neto como referência de pesquisa para o tema, mostrando um pouco do universo dos “soldados” do agreste, nas palavras da autora. Também em sua análise, aponta para uma possível origem do folguedo a partir da Guerra do Paraguai.

A indiferença a esta tradição soa como se fora algo inexpressivo, a despeito da força com que a manifestação cultural se mantém naquela cidade, formando uma complexa teia de imagens e significados.

Como explicitado anteriormente, esta tradição acontece em outras cidades e regiões do estado de Pernambuco e do Nordeste, bem como, ouvi na entrevista concedida por Bonald Neto, “há relatos de grupos de bacamarteiros no Rio Grande do Sul, isso bem recente, coisa de um ano” (Olimpio Bonald Neto, junho/2011). Acredita-se que esses grupos são formados por moradores do interior que, mudando de cidade, levam consigo as tradições locais. O recorte deve-se pelo curto período que se dispõe no mestrado para desenvolvermos a pesquisa, questões metodológicas e pela força da tradição na cidade.

Apesar de argumentos defendidos pelas obras referenciadas, sobre a importância desta cultura da tradição, os batalhões de bacamarteiros permanecem quase que invisíveis aos olhos dos estudiosos e do poder público municipal. Os museus da cidade não expõem objetos ou peças que digam respeito aos grupos, como armas, indumentárias, tampouco lhes dedicam espaços para exposições fotográficas, a despeito de sua importância e expressividade na cultura regional, resumindo-se a uma ou duas fotografias nos museus, em instituições públicas e na sede da Fundação de Cultura da cidade.

Essa invisibilidade aos olhos do poder público foi motivo de reclamações dos capitães, pois atestam que há recursos na fundação que beneficiam alguns grupos tradicionais do município, como as bandas de pífano. Como relata Pedro Galdino, batalhão nº 139.

[...] os da banda de pífano ganha as roupa e ganha os chapéu, os trios de pé-de-serra também ganha, porque os bacamarteiros não? Se vem dinheiro pra comprar pra uns, devia vir pra comprar pra todos, tá faltando organização. Aí, a fundação diz que nós temos o ano todinho pra comprar, como? Se não tem dinheiro.

Nesse contexto, percebemos o discurso político nas falas dos entrevistados, reconhecendo a falta de ações efetivas do poder público para o folguedo, chamando os companheiros a lutar pelos seus direitos, como ficou evidente no interesse em reestruturar a Associação dos Bacamarteiros, que poderá ser um órgão de representatividade dos grupos.

De acordo com os moldes formulados pelo antropólogo Edgard de Assis Carvalho:

A bricolagem é um processo que se define basicamente pela ausência de um projeto que ajuste, de modo linear e causal, meios e fins. Nela se desfazem as dualidades entre arte e ciência, ciência e mito, razão e desrazão. Seu papel é criar signos e significados valendo-se de resíduos culturais acabados, imprimindo-lhes rearranjos e reorganizações. (2003, p. 09).

Neste trabalho, o que faço é “juntar pedaços”, pensando a cultura enquanto um “sistema aberto e dinâmico”, que se utiliza dos avanços tecnológicos e científicos com o intuito de resistir e preservar sua tradição. Para tanto, sigo os caminhos da Antropologia da Complexidade, como preconiza Morin:

O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. (2002, p. 38).

Para Georges Balandier, “As sociedades da tradição dispõem de uma cartografia da ordem e da desordem (...) elas se engajam na história imediata”. (1988, p. 49). Nesse sentido, os grupos de bacamarteiros não estão fora do contexto de seu tempo, fazendo adaptações, rearranjos, como por exemplo, o uso do tênis, mais confortável, no lugar das alpercatas de couro, cobrando pagamento pelas entrevistas concedidas às emissoras de

televisão, ou mesmo inserindo outros instrumentos percussivos nos cortejos, como o cavaquinho, experiência feita pelo Batalhão nº 33, conforme nos relata o senhor Bento Martins.

[...] meu conjunto é um conjunto alegre com sanfoneiro, artistas de qualidade, cantores com cavaquinho, animando nossa cultura é muito bacana meu grupo. É um grande cantor meu menino no cavaquinho, no ano passado, nós abafemos a cidade de bonito, por onde nós andamos, aqui mesmo em Caruaru, foi muito bacana.

Os capitães desempenham um papel fundamental na transmissão do bacamartismo, herança dos seus ancestrais. São os sábios da tradição, aqueles que detêm o conhecimento que é transmitido:

A tradição não se dissocia daquilo que lhe é contrário. Governa os indivíduos e a coletividade, mas só alguns a conhecem inteiramente. Na superfície do conhecimento banal, aqueles que a prática utiliza, encontra-se escondido o conhecimento iniciático. A tradição é ao mesmo tempo exotérica e esotérica, vulgarizada em graus variáveis segundo as condições sociais e, em sua totalidade, reservada à guarda de sábios. (BALANDIER, 1997 p. 94).

Importante ressaltar que a tradição do bacamartismo é repassada através da história oral. Segundo Jacques Turgot (In: LARAIA, 2005 p. 26),

Possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas ideias, [...] comunica-las para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes como uma herança sempre crescente.

E assim se mantém ao longo dos anos o bacamartismo na região agreste de Pernambuco, um conhecimento construído na experiência, repassado pela tradição oral.

Na complexa teia de símbolos, significados e sentidos que envolvem os bacamarteiros, há uma “índole mística”, segundo Bonald Neto:

A índole mística do nordestino marca profundamente esta diversão a que chamamos esporte [...] treino de jagunços e cangaceiros, simbolicamente representados nos atiradores das festas joaninas [...] impossível dissociar desses homens que se reúnem às portas das igrejas, nos meses de junho para rezarem e festejarem com tiros a data dos Santos padroeiros, a lembrança daqueles fanáticos da Serra do Rodeador, de Bonito, que, a tiros de armas de fogo, anunciavam o fim do ritual semibárbaro de iniciação, ou dos sertanejos rebelados (jagunços, cangaceiros e místicos) que tiveram as epopeias trágicas de Canudos, do Contestado ou de Caldeirão, morrendo e matando, apegado às suas armas como se delas fossem parte integrante. (BONALD NETO, 1965 p. 20).

Mesmo fazendo referência que os folgazões do agreste seriam a representação simbólica dos jagunços e cangaceiros, ou dos fanáticos de movimentos messiânicos e do sebastianismo no Nordeste, e especificamente a fatos históricos ocorridos em Pernambuco, sua afirmação é que o folguedo tem origens na grande guerra.

Assim, envolvidos por esta “índole mística” defendida pelo pesquisador, somos guiados pelos caminhos do imaginário, nos moldes formulados por Gilbert Durand (2001) que definiu imaginário como “uma espécie de museu de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”. E através desse “museu de imagens” apresenta-se o universo, a dinâmica sociocultural que envolve os bacamarteiros.

Na “constelação de imagens” da cidade, os folgazões são confundidos com cangaceiros por grande parte da população, porém essa associação é refutada de imediato, como dissemos, pelos entrevistados, pois veem no cangaceiro, o “fora da lei”, o “assassino”, o “bandido dos sertões”; e os bacamarteiros são “homens de bem”, “defensores da pátria” que possuem um status de homens de boa índole na comunidade.

Em entrevista concedida à jornalista Paula Bezerra em 2009, o historiador Urbano Silva, caruaruense, estudioso do cangaço, faz uma análise sobre a possível relação entre *bacamarteiros* e *cangaceiros*, segundo ele, as pessoas ainda confundem as duas manifestações, pelo fato de que o cangaço nordestino continua muito vivo no imaginário popular, mesmo 74 anos após a morte de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. A primeira diferença entre eles é que os cangaceiros nunca usaram bacamarte. Essa arma é de origem europeia.

Segundo o historiador, o bacamarte foi usado em 1600 quando começou o movimento dos Bandeirantes e na Guerra do Paraguai em 1864, muito antes do movimento dos cangaceiros que teve início no século XIX. Os cangaceiros utilizavam fuzis e espingardas, armas que podem dar mais de um tiro por vez e com um único projétil, sendo diferente do bacamarte que precisa ser recarregado a cada disparo.

Ainda sobre a arma, as pessoas imaginam que o bacamarte só teria a “boca” maior, para dar um grande disparo, porém isso não é verdade. Sabemos que ele possui esse formato, pois o volume da munição recebida é grande. A “boca” daquela largura ajuda no barulho da explosão e como o som se propaga no ar o estrondo assusta o inimigo.

De acordo com informações coletadas na internet, sobre as armas utilizadas na Guerra, localizamos uma explicação para o tamanho da “boca” da arma.

Uma arma de fogo desenvolvida especificamente para uso a bordo era o chamado Bacamarte de Amurada. Era de grande calibre, pois seu objetivo era espalhar uma carga de chumbo grosso (de 20 a 40 balins de cerca de 10 mm de diâmetro) contra massas de tropas. Devido a esta poderosa carga, era uma arma muito pesada, havendo exemplares com 15 quilos ou mais de peso. Por causa desse peso a arma chamava-se “de amurada”, pois tinha um espigão central, sobre o qual ela era colocada na amurada de navios, em furos existentes, pois o seu disparo do ombro do atirador era impossível. Apesar da lenda popular atribuir o fato da boca alargada do bacamarte se destinar a espalhar o tiro, isso é incorreto, pois a abertura maior ou menor da boca não fazia diferença na dispersão do fogo. Na verdade, a boca mais larga destinava-se a facilitar o carregamento da arma nas gáveas de um navio, locais problemáticos levando-se em conta o balanço do navio e a tensão do combate. Os manuais da Marinha Brasileira ainda determinavam, em 1857, que cada navio, dependendo da classe, fosse equipado com bacamartes, indo de 8 para cada nau até dois nas barcas. Seu uso continuou até a década de 1870, sendo que posteriormente foram substituídos pelas metralhadoras na mesma função.

O professor Josué Euzébio, historiador caruaruense, comunga da opinião de Urbano Silva, que de acordo com os dados históricos não haveria relação entre cangaceiros e bacamarteiros. Além de os próprios folgazões negarem veementemente uma possível comparação.

Os bacamarteiros de Caruaru trazem como marca a força de uma existência. As mudanças e permanências, relações com outros folguedos são próprios desta emblemática representação da cultura da tradição.

Ela (a tradição) está dissociada da mera conformidade, da simples continuidade por invariância ou reprodução estrita das formas sociais e culturais; a tradição só age enquanto portadora de dinamismo que lhe permite a adaptação, dando-lhe a capacidade de tratar o acontecimento e de explorar algumas potencialidades alternativas. (BALANDIER, 1997, p. 38).

Nessa “constelação de imagens”, nos reportamos às ideias formuladas por Lévi-Strauss “só o mito é verdadeiro em qualquer época: a verdade da história está no mito, e não o inverso” (1997, p. 92). O folguedo está imerso num mundo imagético, universo simbólico, forjado pelas lembranças do passado e vivências do tempo atual, uma grande teia de significados que sobrevivem ao tempo.

2.4 Batalhões, bacamarteiras e capitães.

Quando da criação da Lei n. 9.437/97, que regula a posse e o uso de armas de fogo, houve uma preocupação por parte da Comissão Pernambucana de Folclore, através do seu Presidente Sr. Roberto Benjamim, que a interpretação restritiva do texto da lei, pudesse ser interpretada por autoridades locais que desconhecem a importância da manifestação cultural dos “bacamarteiros”, prejudicando suas apresentações.

Para tanto foi enviado um ofício ao vice-presidente da República, Marco Maciel, solicitando que o mesmo intercedesse junto aos órgãos do governo para que a tradição pudesse ser preservada, e que no texto da regulamentação da Lei, houvesse a garantia de sua sobrevivência. Conforme solicitado, no Decreto nº 2.222, de 08 de maio de 1997, que “institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM” em seu Capítulo II – Do Registro, lê-se:

Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente, excetuadas as consideradas obsoletas.

§ 2º São também consideradas obsoletas as réplicas históricas de comprovada ineficácia para o tiro, decorrente da ação do tempo, de dano irreparável, ou de qualquer outro fator que impossibilite seu funcionamento eficaz, e usadas apenas em atividades folclóricas ou como peças de coleção.

Também a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, estabelece em seu artigo 24 que o controle da posse e do tráfego dessas armas será feito pelo Exército Brasileiro:

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

Mesmo antes da aprovação das referidas Leis, o Exército já exercia controle sobre os batalhões, uma “relação íntima” de soldados oficiais com os “soldados folgazões”. No início da pesquisa, em junho de 2011, vimos seis ou sete soldados do regimento da cidade observando atentos as apresentações no dia 24 de junho. Porém, esse controle “presencial” não ocorre durante as apresentações nos demais espaços da cidade ou da zona rural, onde é necessário apenas que o folgazão esteja com a guia de tráfego, documento emitido pelo

Ministério do Exército que não é válido como porte de arma, apenas autoriza ao portador se locomover com a arma para a apresentação.

Assim, o senhor José Manoel dos Santos, ou Zé Benedito, capitão do Batalhão nº 41, pode sair de sua casa, no Sítio Cajazeiras em Caruaru, para as apresentações na cidade e por toda a região. O Batalhão nº 41 ostenta o título de ser o mais antigo de todo o agreste, fundado no ano de 1851, conforme relatos. Mesmo não havendo documentos que comprovem a data da fundação, a informação é confirmada por todos os entrevistados durante a pesquisa.

O segundo batalhão mais antigo da cidade é o Batalhão nº 333, fundado em 1857 pelo capitão João Barbosa. Em 1929, após sua morte, o neto Eliel Alves de Azevedo, recebia o comando dos atiradores. Eliel, durante os seus 59 anos de idade, comandou o batalhão por 32 anos ininterruptos. Interessante observar a data da fundação do batalhão informada pelos interlocutores, 1857, ou seja, oito anos antes do início da Guerra do Paraguai.

A patente de capitão oferecida ao senhor Eliel Alves, que era comerciante e residia na Rua Sergipe, nº 105, aos pés do Morro Bom Jesus, foi recebida em almoço ofertado pelo Cel. Eptácio Braga, que em 1945 era o comandante do regimento militar na cidade, de acordo com informações do pesquisador Olímpio Bonald Neto.

De acordo com a pesquisa de campo, nas falas dos interlocutores, não há exatidão quanto às informações referentes às patentes concedidas aos chefes dos batalhões de bacamarteiros de Caruaru.

Um fato curioso sobre as patentes militares “concedidas” aos bacamarteiros é que o único que recebeu a honraria de Major foi Emídio Ferreira da Silva ou Major Emídio do Ouro, como era conhecido. Conta-se que era um homem de personalidade forte, benquisto pelas autoridades militares da cidade na época e que exercia a função de Comandante Geral dos folgazões do município. Inclusive era o único que tinha autorização para transportar o salitre do Chile, matéria-prima no preparo da munição, por isso teria sido agraciado com a honraria. Ainda hoje a família guarda com carinho o distintivo que ele usava em eventos oficiais.

O folguedo é um “esporte” essencialmente masculino. No entanto, a presença feminina é cada vez maior em atividades antes exclusivamente masculinas; com os bacamarteiros não é diferente. Mesmo em número bem inferior aos homens, elas participam do folguedo, e já na década de 1960 tem-se registro da participação feminina nos grupos, inclusive em obra citada, pudemos ver fotografias de bacamarteiras desfilando durante os festejos de junho na cidade.

A inserção das mulheres no folguedo deu-se basicamente à medida que seus pais, irmãos ou maridos bacamarteiros iam morrendo e não havia homens na família para manter a tradição. Hoje, para além de atender a essa “necessidade” de continuar a participação da família no batalhão, elas também ingressam por prazer, e muitas acompanham seus maridos, irmãos e filhos. É o caso de Ângela Maria de Oliveira Souza, 50 anos, agricultora e integrante do Batalhão nº 27, há 20 anos.

O perigo da brincadeira, o peso da arma e da cartucheira (em média um bacamarte pode pesar mais de cinco quilos), os trajés com cortes masculinos, as viagens em caminhões de pau-de-arara e as noites de sono perdidas, não as intimida. Durante as apresentações na cidade ou pelos sítios elas se destacam. Em meio a tantos homens suados esbanjando “virilidade”, surgem rostos maquiados, unhas pintadas, cabelos longos soltos ou mesmo trançados, roubando a cena, esbanjando “feminilidade” e arrancando aplausos dos espectadores.

Entre alguns companheiros dos batalhões, elas são muito bem-vindas e não aceitam receber um tratamento diferenciado, conforme relata D. Ângela:

Eu sou sempre tratada do mesmo jeito, por que, assim é como eu falei [...] eu saio como um homem, [...] quando eu comecei era só eu, agora imagina, 30 homens e eu no meio, então num tem esse negocio não, ah! Em cima do caminhão no escuro eu sou mulher, não, não, eu tô alí eu sou homem, eu sou homem, tá entendendo, eu não sei se já fui eu que já botei minhas regras, então eu me adaptei a esse negocio de andar com homem, tanto é que eu sempre converso aí com os meninos que faz anos que já tá comigo, a gente, além de ser uma brincadeira muito boa [...] nossa! Nós somos uma família, se alguém algum dia ainda veio com alguma gracinha, eu já tirei de letra e pah! Continuamos a brincadeira e eu me dou muito bem com eles, nossa senhora é muito boa a brincadeira e ninguém nunca veio assim...me tratou diferente porque eu sou mulher, porque eu também não admito não, não, entendeu? Se é pra subir num caminhão eu subo[...] aí de primeiro eu brincava na frente, neh! Sebastião, o chefe, sempre falava, mulher na frente, alguns anos atrás, mas hoje.

No que diz respeito aos trajes, elas usam os mesmos que os homens. Quando perguntamos a D. Ângela se ela teria vontade de usar algo mais feminino, referindo-me ao possível uso da saia, ela responde:

Olha! Assim, na minha opinião, já que é uma brincadeira de homem e nós entramos de penetra neh! Eu acho que não fica legal de saia, e porque [...] isso é a minha opinião. Porque, assim... a gente fica igual a homem neh! Eu mesmo no meu caso particularmente, quando eu saio de casa nos dias de festa ou numa viagem, já viajamos muito já, eu faço o papel de um homem, ali [...] tá entendendo, como fala, subir em caminhão, depois das brincadeiras, beber uma caninha, eu tô lá no meio dos homens, o que os homens fizer eu tô fazendo, atiro, atiro muito bem...eu não preciso, por exemplo de alguém catuchar meu riune pra eu não sujar minhas mãos, não! Eu mesmo faço o meu trabalho, é o serviço que o home faz eu faço, então sei lá [...] se veste saia já fica uma coisa, ah! Ela é mulher, não! Eu acho que, na minha opinião pra encarar essa brincadeira, como se fala, é como se eu interpretasse, tá entendendo...é como se explica, é como se eu recebesse, me transformasse num homem, na brincadeira eu sou um homem.

Antes mesmo de ser bacamarteira, Ângela é filha, esposa, mãe, e desde pequena acompanha o pai nas apresentações. Em sua casa apenas ela participa do folguedo, o marido e os filhos apenas vão observar as apresentações. É uma mulher risonha, de fala mansa, trabalha como agricultora, além de cuidar da casa. Ao ouvir seu depoimento “é como se eu recebesse, me transformasse”, ou “é como se eu interpretasse”. Percebemos que ao sair de casa ela “incorpora”, evoca um *status* de homem e não quer ser tratada de forma diferente, assume um papel e deixa de ser a dona de casa para experimentar por algumas horas o fascínio de ser bacamarteira.

Mesmo com essa abertura para as mulheres nos batalhões, há algumas opiniões em contrário, inclusive de mulheres, que não concordam, e muitos capitães não as aceitam em seus grupos, como por exemplo, o Batalhão nº 41 que não aceita a participação feminina. Segundo o capitão José Benedito: “Olhe eu não acho interessante não, meu pai nunca quis e eu também não quero, uma mulher se prostrar a ficar num monte de homem desse, não presta não senhor”. Dona Helena Severina dos Santos, 67 anos, agricultora, irmã do Sr. José Benedito e uma das organizadoras da Festa de Santana do Sítio Cajazeiras fala sobre a participação feminina nos batalhões:

Não, mulher num atira no batalhão não, meu pai nunca quis e nem meu irmão quer, quer não. Aqui já tem vindo batalhão com várias mulher, tudo muito bem trajada, atirando e tudo, mas no dele não participa não[...]Porque num é decente. Tem muita festa decente que só é competente se tiver mulher, porque toda festa, uma festa sem mulher e sem comer e sem beber... Isso é festa? É não meu fio, festa é que tem mulher pra dançar, tenha mulher pra dançar quadrilha, tudo... Mas um batalhão de 40, 50, 35, 30 homens com 4 ou 5 mulher no meio é ridículo

praquele homem, ai eles num querem, meu pai nunca quis e nem Dedé (José Benedito) quer e eu concordo que não queira, agora quando eles vão assim, que nem dia de São Pedro que vem um rapaz de lajedo do cedro e vem um caminhão e manda buscar o batalhão ai tudo quanto é de mulher vai pra riba, no caminhão pra lajedo do cedro e lá faz a festa de São Pedro já no dia, depois que sai daqui, vai pra Nossa senhora das candeias, vai cheio de mulher. Mas pra desfilar na troça, eles num querem não, querem não (risos) de jeito nenhum.

Já Antônio Bezerra, integrante do Batalhão nº 27, defende a presença feminina nos grupos.

Olha a presença feminina fortalece, hoje ela é indispensável, qualquer entidade pelo menos 30% tem de mulheres, isso é uma regra. Alguns chefes não querem, mas sinceramente eu sou contra, deve ter mulher, no nosso mesmo tem 3, já teve mais, mas casou [...] mas tem outros batalhões que tem mais, tem umas 04 ou 05. Tem em Peladas, no de Pedro, o Batalhão nº 139 tem muitas mulheres.

Ressalto que a participação feminina insere novos significados e valores ao folguedo, possibilitando uma discussão sobre a igualdade de gênero. Mesmo que algumas sejam impelidas a “ocupar” o lugar do homem na manifestação cultural, implicitamente essa postura torna-se um posicionamento político, são instrumentos de transformação. As bacamarteiras provocam mudança, causam conflitos e contradições, um movimento que causa tensão na manifestação cultural.

A inserção da mulher no folguedo rompe a hierarquia estabelecida pelos folgazões, havendo uma inversão de papéis, talvez essa inversão seja o que causa receio em alguns grupos que não permitem a presença feminina.

A mais importante inversão é a dos papéis femininos e masculinos, que tem como característica ridicularizar ou suprimir a sociedade masculina durante o tempo de sua realização. As mulheres ocupam a cena social, todas se portam ao avesso das regras que regem seu comportamento comum, algumas dentre elas fazem o papel dos homens encapando signos e símbolos da masculinidade e da virilidade. (BALANDIER, 1997, p. 133).

Também a presença de crianças nas apresentações é algo expressivo, inclusive há um batalhão formado só de crianças no município de Altinho, são filhos, netos dos folgazões mais velhos que acompanham os desfiles, todos vestidos com a mesma roupa dos adultos e com suas armas, réplicas dos bacamartes. É uma forma de perpetuar a tradição, algo que preocupa os bacamarteiros mais velhos. De acordo com os dados da pesquisa a maioria dos bacamarteiros são homens, semianalfabetos, aposentados, agricultores e com uma faixa etária acima de 45 anos de idade.

Durante a pesquisa tentei *aproximar-me* ao máximo dos bacamarteiros. Porém, com a convicção que jamais teria o conhecimento total sobre o folguedo, porque:

A trajetória da pesquisa revela um conhecimento em espiral, no sentido que Edgar Morin empresta ao termo, uma teia infinita de associações, simbioses, retroações e relações que não se apreendem linearmente, porque constituem um conjunto de ‘variáveis ocultas não locais’, sincronidades nem sempre explícitas. (NOGUEIRA, 2002, p. 28).

Após a apresentação da manifestação cultural, neste segundo capítulo abordaremos a temática da arte, a expressividade artística contida no folguedo.

3. CAPÍTULO II – A ARTE

Vistas nas escalas dos milênios, as paixões humanas se confundem. O tempo não acrescenta nem subtrai coisa alguma aos amores e aos ódios sentidos pelos homens, nem aos seus compromissos, suas lutas e suas esperanças: ontem e hoje, são sempre os mesmos. Suprimir ao acaso dez ou vinte séculos de história não afetaria de modo sensível nosso conhecimento da natureza humana. A única perda insubstituível seria a das obras de arte que tais séculos teriam visto nascer. Pois os homens não diferem, e nem existem, senão por suas obras. (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 139).

A arte bacamarteira pode ser percebida como estética/sensível ou funcional/utilitária. Nesse sentido as interpretações sobre o folguedo são as mais diversas possíveis. Alguns se contentam com o efeito e a beleza, o aspecto estético que as apresentações proporcionam, sem se preocupar com o seu significado, outros buscam o sentido das apresentações, da indumentária e não são sensíveis aos seus aspectos estéticos.

Percebemos que para os bacamarteiros a apresentação cênico-performática é ao mesmo tempo funcional e sensível, tem uma função religiosa, estabelece o contato com os deuses, é o laço entre os vivos e os ancestrais, os folgazões já falecidos. As apresentações garantem que a tradição permaneça viva, portanto, a realização do ritual da dança, das coreografias, dos tiros, é significativa para seus membros.

Em seu livro *Olhar, escutar, Ler*, Lévi-Strauss faz uma análise sobre as artes e o pensamento antropológico, e estabelece uma reflexão sobre o entendimento das variadas expressões artísticas e sua influência na cultura. Segundo o autor a arte pressupõe um saber e uma reflexão (1997).

A arte está presente no folguedo, os bacamarteiros são artistas, neles é a “ideia do todo que domina”, a arma, a roupa, os adereços, as coreografias, formam um todo que dão o tom artístico peculiar aos folgazões, expressos no prazer da execução durante as apresentações.

O ritmo decorativo, de onde vem a beleza da vestimenta, é da mesma natureza que o ritmo dos passos na dança, nos gestos repetitivos no decorrer de uma atividade técnica; e, de modo mais geral, da mesma natureza que o ritmo regular dos hábitos motores (como o balanço dos braços quando andamos). (LEVI-STRAUSS, 1997, p. 1125).

De acordo com os relatos dos interlocutores, não sabemos ao certo o porquê da cor da roupa ser o azul, o lenço vermelho, a flor no chapéu; “é porque sempre foi assim”, nos diz, Zacarias Oliveira, 85 anos, do Batalhão nº 27. Nas obras consultadas a informação é de que essa roupa de zuarte é a roupa do homem do interior, do homem do campo, o que contrasta com o preço do tecido informado por Pedro Galdino do Batalhão nº139, levando-se em consideração a situação financeira da grande maioria dos folgazões. Há uma versão sobre o uso da flor no chapéu, contada por Pedro Galdino.

[...] na guerra, não tinha lenço pra todo mundo, na fronteira neh! Na chegada tinha uma pessoa que recebia quem ia chegando, os soldados. Aí, ia dando lenço, só que acabou o lenço, então tinha um plantio de flor perto, que eu não sei o nome dela, o que eles fizeram, era pegando a flor, que era da mesma cor do lenço encarnado e um colocou, quando um colocou aí os outros invadiram, tudinho colocou, então ficou a tradição da flor.

Além da estética da indumentária do folguedo, as coreografias desempenham um papel fundamental na arte bacamarteira. Com ou sem ensaios, todos os grupos fazem evoluções, de forma que o corpo é percebido como uma categoria de representação simbólica. A virilidade do folgazão está expressa também na dureza dos movimentos, na expressão do olhar, nas mãos calejadas pelo trabalho duro no campo, nos passos firmes ritmados ao som do forró. Nesse sentido “O rito age sobre os homens por sua capacidade de emocionar; o rito coloca-os em movimento, corpo e espírito [...] Apela à função imagética. [...] Conjuga linguagens: a sua própria, mas também a música, a dança, os gestos”. (BALANDIER, 1997, p. 31).

O pensamento bachelardiano busca na ciência e na poesia a relação entre o Homem e o Mundo, e dessa forma, estabelece as tramas entre o *homem diurno* e suas constituições racionais, e o *homem noturno* e a imaginação criadora (DURAND, 2001). Esse entrecruzamento está presente nos brincantes e emociona aos espectadores. “É a emoção estética provocada por um espetáculo bem feito que valida retroativamente a crença em sua origem”. (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 137).

3.1 Performance nos batalhões do agreste.

A palavra performance pode significar: atuação, ação, espetáculo, desempenho, feito acrobático, um ritual¹¹ ou cerimônia. Para Glusberg (1986), “Linguagem artística que articula diferentes expressões artísticas tais como a Dança, a Música, o Teatro. Na performance há um esforço de dirigir a criação artística às relações sociais, à natureza e a realidade urbana.”

Os batalhões de bacamarteiros do agreste são performáticos. As coreografias e as danças são um espetáculo bonito de se ver durante as apresentações, um ritual praticado por todos os grupos, seja na cidade ou na zona rural, com ou sem público, marcado ao som da batida da zabumba, do tilintar do triângulo e do resfolego da sanfona. O tempo máximo de cada apresentação, incluindo os disparos dos bacamartes, é de aproximadamente três horas.

De acordo com Johan Huizinga, sentindo a música, somos também capazes de sentir o ritual. Os batalhões de bacamarteiros são acompanhados por trios de forró pé-de-serra, mas no passado o ritmo não era o mesmo. Os instrumentos tocados para ritmar a marcha dos “soldados” era uma gaita de boca, uma zabumba e um reco-reco. A gaita de boca foi substituída pela sanfona de oito baixos, depois pela sanfona concertina e foi introduzido o triângulo. Também há relatos de que a rabeca é introduzida em alguns grupos e como dissemos, um cavaquinho.

Os músicos que acompanham os batalhões, em sua maioria, não são bacamarteiros. Um sanfoneiro da região, vizinho ou conhecido é “contratado” pelo capitão e traz consigo o tocador de triângulo e o zabumbeiro para acompanhar o grupo nas apresentações; são os únicos que recebem um cachê que é pago pelo capitão. Se o grupo receber algum pagamento ou auxílio da prefeitura o dinheiro é destinado a pagar os músicos, caso contrário, o responsável pelo batalhão efetua o pagamento do próprio bolso. Eles usam

¹¹ O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em três sentidos: 1) no sentido pelo qual dizer é também fazer alguma coisa como um ato convencional [como quando se diz “sim” à pergunta do padre no casamento]; 2) no sentido pelo qual os participantes experimentam intensamente uma performance que utiliza vários meios de comunicação [um exemplo seria o nosso carnaval] e 3), finalmente, no sentido de valores sendo inferidos e criados pelos atores durante a performance [por exemplo, quando identificamos como “Brasil” o time de futebol campeão do mundo]. (PEIRANO, 2003, p. 11).

uma roupa diferente da “farda” utilizada nos grupos, geralmente camisas com estampa xadrez e chapéus de palha.

Nesse sentido, é pertinente observar qual o significado que damos ao ser bacamarteiro, ou o que é dado pelos próprios folgazões. O trio de músicos é contratado apenas para tocar nas apresentações, eles não possuem armas e conseqüentemente não atiram nas apresentações. Em alguns grupos, como é o caso do Batalhão nº 40 do bairro São Francisco, eles se vestem como os bacamarteiros, mas segundo Everaldo, o capitão, é apenas para “ficar tudo igualzinho, fica bonito, com a roupa igual”, inclusive quando os capitães informam a quantidade de integrantes do grupo, eles não fazem parte da lista. Com isso para ser bacamarteiro é preciso ter um bacamarte e atirar.

O senhor Zacarias Oliveira, do batalhão nº 27, conta-nos que a música é extremamente importante nos grupos, sem ela não há alegria:

Olhe! Se chegar um batalhão na festa, numa casa, festa ou representação, sem sanfona, o dono da casa fecha as portas. (risos) Porque a alegria é aquilo. Veja! sem aquilo ali, o sanfoneiro, o zabumbeiro, o triangueiro [...] aquilo ali é o que faz a gente fazer a instrução (coreografia), quando o chefe lá já está com o apito na boca, através das ordens dele é que a gente marcha. Quando vamos fazer instrução, cruzar as armas, levantar, tudinho [...] pronto! sem aquilo a gente não faz isso, não tem graça, aquele silêncio.

Cada batalhão faz a sua coreografia, que consiste basicamente em levantar as armas, colocá-las no chão e passar marchando por entre elas, fazer um corredor com as armas em punho e de um por um os bacamarteiros vão passando por baixo, algumas são parecidas com as das quadrilhas juninas. São poucos os grupos que ensaiam, eles quase não se encontram para tratar das questões relativas ao batalhão, só quando são chamados pela Fundação de Cultura ou no mês de maio, na preparação para o São João, mesmo assim todos fazem, como disse Seu Zacarias, suas ‘instruções’.

A padronização do folgado parece-nos ser algo de maior interesse do poder público, os folgazões em si, reunidos com seus capitães, estão preocupados nos festejos, na celebração, em sua arte, isso fica evidente em suas falas, as regras básicas seriam as de segurança, já que a brincadeira mexe com fogo.

[...] Essas instruções é pra ver se a turma tá bem engatilhada mesmo neh! (risos). Eu mesmo tenho umas instruções que no canto que eu chego é muito importante. É um trabalho muito importante que o povo gosta de ver, assistir. Uma coisa que

eu não gosto de fazer é, como meus pais faziam, jogar o bacamarte um pro outro, porque eu já vi aqui mesmo, o cabra jogou o bacamarte e o outro errou a pegada do bacamarte e foi na cara dele, aí acidentou-se, então esse tipo de brincadeira eu não faço, eu faço outros tipos de instrução. As instrução não são iguais, algumas sim, agora tem muitas também que é muita diferença, eu mesmo de instrução, faço o coração, eu faço o coração dos bacamarteiros, única pessoa, faço o cruzeiro também, no canto que eu chego eu formo o cruzeiro, formo a minha fila bem feitinha, aprumadinha, de frente ao cruzeiro, quando eu chego de frente ao cruzeiro os últimos que vem atrás já estão certos, três pessoas e três pessoas, eu abro os braços aí já sabe que é o cruzeiro que eu vou fazer, aí se desloca 3 vem pelo um lado e 3 pelo outro, quando chega próximo ao primeiro batuqueiro a gente faz aquela filazinha de 3 e o restante do conjunto comigo tá na frente, e o restante dos bacamarteiros fica pra trás, fica uma cruz. Se você ver assim, você fica abismado! como é que se faz uma cruz daquela, aliás, eles se ajoelham, todo mundo fica ajoelhado, nós se benze com nossos bacamartes, se levanta, eu saio, arroteio assim, o primeiro derradeiro que sai da fila, quando eu passo é o primeiro que vai, quando ele passa o derradeiro, nós desmancha aquele cruzeiro que ninguém vê como é. Depois eu faço o coração, divido meus bacamarteiros, faço duas filas, o mestre e o contramestre, aí a gente sai de pareia assim [...] quando chega na frente aí eu dou o sinal, é muito bonito. Eu ensaio, nós temos a reunião pra fazer isso, tá entendendo neh. Nós faz a pareia, depois eu faço assim[...] a roda dos bacamarteiros, deita os bacamartes, alí dentro do bacamarte eu fico com minha turma, aí a gente pega nas mãos e vamos rodar como quem tá fazendo uma ciranda, aí eu vou e digo: Linda rosa, a linda rosa, todo mundo pegado nas mãos, Rosa linda, todo mundo com as mãos aqui...aí eu vou girar esse pessoal, pego de um em um e girando, um em um e girando, você nunca viu a minha instrução aí em Caruaru não neh? Nunca viu? Essa instrução é muito importante, o povo gosta de ver, aplaude, por que só quem faz esse tipo de instrução sou eu. Depois tem a instrução da cobrinha, de levantar o bacamarte do primeiro até o derradeiro e que o final seja eu, então tudo isso, faz a cobrinha, um passando por dentro do outro, tudo isso é uma coisa que a gente faz, dentro daquela tradição de instrução, porque outra coisa não tem pra fazer.(Bento Martins, Batalhão nº 33).

O ritmo que embala as performances dos brincantes é o forró, após as apresentações é comum vê-los procurando uma parceira para ir dançar no salão. Um fato curioso, contado por Zacarias Oliveira, do Batalhão nº 27 é que antigamente os folgazões dançavam sozinhos, não havia dança de par, pois as mulheres eram proibidas de dançar. Então, em determinado momento da festa, o comandante lançava mão do apito e ordenava que os bacamarteiros parassem de dançar e abrissem o salão para que as mulheres dançassem, entre elas, não era permitida a dança entre homem e mulher. Ele nos diz: “Não era forró, era uma festa religiosa e homem não podia dançar com mulher, tinha que ter respeito”.

Ainda de acordo com relatos, a proibição durou até meados da década de 1960, depois foi permitido que os casais dançassem livremente nas casas onde os folgazões se apresentavam. “As festas com mulher são mais bonitas”, conta-nos com animação seu Zacarias, que aos 85 anos não dispensa um bom forró depois da apresentação.

Fomos informados que os instrumentos tocados no passado para ritmar a marcha dos folgazões era uma gaita de boca, uma zabumba e um reco-reco. Os músicos que tocavam gaita, após uma noite inteira animando os bacamarteiros, chegavam a ferir os lábios de tanto tocar. Após a gaita, veio a sanfona de oito baixos, depois a concertina, então foi introduzido o triângulo e a zabumba, dando a formação do trio de forró pé-de-serra que temos hoje.

De acordo com a afirmação de Mariza Peirano “Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais” (2003, p. 07). Não seria diferente com os “soldados” do agreste. Contudo, a ideia de ritual percebida nos grupos não é a de “Liminaridade” de Victor Turner (1974). Mas, uma conceituação de ritual a partir do que sugere Peirano.

A compreensão do que é ritual não pode ser antecipada. Ela precisa ser etnográfica, isto é, apreendida pelo pesquisador em campo junto ao grupo que ele observa. [...] o pesquisador deve, portanto, desenvolver a capacidade de apreender o que os nativos estão indicando como sendo único, excepcional, crítico, diferente. (2003, p. 09).

Os bacamarteiros não saem de casa juntos para as apresentações, geralmente todos se encontram no horário marcado pelo comandante no local onde haverá a apresentação. Então nas entrevistas com os capitães ou mesmo com os integrantes dos grupos, uma das perguntas foi sobre o ritual, se havia algum e qual era praticado. Todos disseram que ao sair de casa pediam a proteção divina, e rezavam a oração do Pai Nosso e uma Ave Maria para que tudo desse certo.

A guia de tráfego emitida pelo Exército brasileiro permite com que os bacamarteiros saiam com as armas de casa. Como é emitida apenas uma guia para o grupo, o capitão faz cópia e entrega a cada um antes da apresentação, pois se no trajeto de casa até o local forem parados por alguma *blitz* policial e não possuírem a guia poderão ser presos.

Nas apresentações o ritual praticado é basicamente o mesmo, desfilar em fila indiana, ficam perfilados, fazem um círculo e começam a executar as coreografias, como dito, sempre ao som do forró. Devido à grande quantidade de espectadores, os folgazões nem sempre atiram com os bacamartes em determinados lugares em Caruaru, é necessário espaço para efetuar os disparos.

Quando os grupos estão na zona rural e vão visitar as casas de alguns bacamarteiros, o ritual é diferente, pudemos constatar na sede do Batalhão nº 41, no Sítio Cajazeiras, quem conta é José Benedito, o comandante do grupo.

Tem umas coisa que nos faz. Quando eu junto os bacamarteiros na minha casa, eu faço aquela festa, aquele negocio na mesa, tem comida, bebida, nós reza um Pai Nosso, uma Ave Maria e sai. Quando é no outro dia a gente almoça, reza o Pai Nosso pra senhor São João e continua a brincadeira até o fim.

O lugar onde pudemos ver estes rituais é na Festa de Santana que é promovida pela família de José Benedito, iremos tratar mais detalhadamente deste assunto no terceiro capítulo.

Interessante observar que o que despertou minha curiosidade quando criança, as visitas feitas por um batalhão à minha rua no dia de São Pedro em homenagem a um brincante já falecido, quase não acontece mais na cidade, esse costume se perdeu com o tempo. João Saturnino, do batalhão nº 333 conta-nos que ainda acontece:

É muito bonito, tem gente ainda aqui na cidade que faz isso, recebe, oferece um café, um almoço, uma bebida, tem gente que gosta de fazer isso. Passe aqui pra fazer uma homenagem ao bacamarteiro, a viúva chama pra gente fazer uma dança, aí a gente vai na frente da casa, saudar os mortos, os bacamarteiros muito antigo. A gente entra, faz uma festa, tem comida, bebida, tem gente que chora, aí eles dizem para o ano venha novamente. Eu digo se eu tiver vivo, se Deus quiser.

Já Pedro Galdino, relata que não é mais possível fazer isso, pois existem muitos compromissos durante o mês de junho, alguns bacamarteiros moram longe do centro da cidade.

É o seguinte, a obrigação do chefe é fazer a casa dos bacamarteiros, dia de São João, ele sai de casa em casa, toda casa de bacamarteiro ele vai lá, chega naquele alí e faz a visita. Quem tem condição bota uma bebida melhor, quem não tem bota uma garrafa de cana, limão, o que tiver. Então a gente entra, dá uma salva de tiros, comparece na casa de cada bacamarteiro, mas hoje a gente não faz mais isso por causa do almoço, porque tem um almoço no SESC, a gente vai pra o SESC no dia 24 de 9 horas da manhã quando vai ser liberado é 5 horas da tarde, quando recebe a medalha lá na estação, no Polo (O polo a que ele se refere é o largo da coleria, onde fica o polo das quadrilhas) então não dá mais tempo.

Durante a pesquisa ficou constatado que a presença de batalhões desfilando pelos bairros da cidade diminuiu consideravelmente, os locais onde podemos encontra-los é no

centro da cidade e nos ambientes mencionados no texto, demarcados pela própria tradição do folguedo.

Muitas vezes, é no improvisado que a performance do folguedo é representada, sem ensaiar, alguns batalhões realizam suas coreografias “na hora que nem caldo de cana, a gente olha pro chefe, o que ele fizer, o gesto que ele disser a gente faz também, as vezes dá certo, as vezes dá errado, mas no final fica bonito” Ângela Oliveira, Batalhão nº 27.

A improvisação marca as apresentações dos grupos, contudo não há prejuízo para a beleza da encenação.

[...] acreditavam que uma obra só teria valor “na medida em que fosse improvisada (horas, minutos, segundos), e não exaustivamente preparada (meses, anos, séculos)”. Essa era a única maneira de apreender os confusos “fragmentos de eventos interligados” que se encontram na vida cotidiana, os quais [...] seriam muito superiores a quaisquer tentativas de encenação. (GOLDBERG, 2006, p. 18).¹²

No desfile promovido pela Fundação de Cultura, no Dia Municipal do Bacamarteiro, em 2012, pela primeira vez houve a inclusão de um carro alegórico. Decorado com bandeiras e imagens de São João, Santo Antônio e São Pedro, o carro seguiu o cortejo levando algumas crianças, o capitão do Batalhão nº 33, Bento Martins que é o presidente da associação dos bacamarteiros e o ‘maior bacamarte do mundo’, um bacamarte feito por artesãos da cidade, que mede em torno de cinco metros.

A confecção do bacamarte gigante foi uma solicitação de Bento Martins a Fundação de Cultura, conta-nos que: “Caruaru num tem a maior pamonha do mundo, o maior pé-de-moleque, o maior cuscuz, então estava faltando ter o maior bacamarte, agora nós temos, pra desfilar com ele todo ano, fica bonito”. Há preocupação com a estética do desfile e também inserir o folguedo na disputa pelo recorde, o ‘maior do mundo’ que paira na cidade durante os festejos juninos.

¹² Manifesto do teatro futurista sintético de 1915. A ideia era explicada de modo bem claro: “Sintético. Isto é, muito breve. Condensar em poucos minutos, em poucos gestos e palavras, inúmeras situações, sensibilidades, ideias, sensações, fatos e símbolos”. Uma ideia de “simultaneidade”: “nasce da improvisação, da intuição velocíssima, da realidade sugestiva e reveladora”. (GOLDBERG, 2006, p. 16).

3.2 Bacamartismo: um jogo de risco.

O Bacamartismo no agreste foi chamado pelo pesquisador Olimpio Bonald Neto de “esporte sertanejo” e afirma que dentro do complexo cultural nordestino, os bacamarteiros se apresentam menos como tradição do que como esporte de homem, violento e perigoso como é. (BONALD NETO, 2004, p. 38). No livro, há comparações dos bacamarteiros com os passistas de frevo, que são chamados de “agressores sublimados”, também percebemos no maracatu de baque solto, ou rural, uma brincadeira que mexe com o perigo, um “jogo” perigoso. Para tanto, as tendências agressivas do HUMANO aparecem nas manifestações culturais, liberando-os das adversidades do dia a dia.

No passado havia competição entre os grupos, mas não há rivalidade e sim uma disputa apenas para ver quem daria o maior tiro, o mais bonito. Pedro Galdino, vencedor de um desses concursos, mostra o troféu com orgulho e nos conta:

Não, não tem rivalidade, a rivalidade é feita na hora que vai atirar. Olhe, já teve até concurso, eu ganhei R\$ 500,00 reais e Joao Lyra Neto (prefeito do município na época) me deu aquela taça que tá lá dentro, aquele troféu foi ele quem me deu, eu dei o maior tiro, mas cai de cima do palanque, foi um tiro violento, aí eles acabaram...porque ia terminar machucando gente por que cada um ia querer dar um tiro maior.

E de acordo com Huizinga (2008, p. 59):

[...] A competição não se estabelece apenas “por” alguma coisa, mas também “em” e “com” alguma coisa. Os homens entram em competição para serem os primeiros “em” força ou destreza, em conhecimentos ou riqueza, em esplendor [...] competem “com” a força do corpo ou das armas, com a razão ou com os punhos, defrontando-se uns aos outros com demonstrações extravagantes.

O “jogo” dos bacamarteiros do agreste pernambucano dá aquele que põe mais pólvora, e conseqüentemente fará maior barulho com sua explosão, um sentimento de prazer, pois se destaca no grupo e a satisfação aumenta com os aplausos dos espectadores, manifestando sua superioridade, ganhando o jogo. O que se ganha é estima, honrarias que são estendidas também ao grupo a que o bacamarteiro pertence, e o desejo de ser o primeiro sendo festejado pelos companheiros e pela comunidade por isso.

Um fato interessante é o critério utilizado pelos capitães para permitir o ingresso nos batalhões, tem que ser um “cabra bom”, não havendo uma regra, a maioria dos

participantes de cada grupo é formada por parentes, vizinhos, compadres ou mesmo amigos do chefe do batalhão, e este é quem decide. Mas o que vem acontecendo nos últimos anos é que o regimento do exército, representado pelo Ten. Ribamar Juvino Bandeira, pede que os capitães levem uma cópia do cadastro de pessoa física - CPF e do registro geral - RG com o intuito de saber se não há antecedentes criminais no registro do interessado.

De acordo com o capitão do Batalhão nº 139 estas são as regras para ingressar em seu grupo, porém, como dito não se aplicam a todos.

Pra entrar no batalhão, tem que ter a ficha limpa, não pode ser bandido e nem ter matado gente, tem que ter CPF e Identidade, aí eu levo para o quartel, o tenente vai “caçar”, vai ver a ficha da pessoa, se ele tem alguma coisa criminal, se tem alguma coisa na polícia pra poder me dar uma carteira, pra eu passar pra ele, ele passa 2 anos atirando, depois de dois anos é que ele passa a possuir um bacamarte pra ele, ele atira com meu bacamarte dois anos, depois de dois anos aí ele passa a comprar um pra ele, porque se ele tiver condições de continuar eu digo o tenente que ele vai comprar o bacamarte dele porque ele se comportou e se ele não se comportar duas ou três vez eu já tô tangendo ele, cartão vermelho.

O “cabra bom” que os capitães fazem alusão são os homens trabalhadores, pais de família, bem relacionados na comunidade, que não entram em confusão, conforme relato de seu Pedro Galdino, que também defende em sua fala a disciplina militar, a hierarquia, para que haja a ordem.

O “cabra bom” é ele respeitar o chefe dele, atender às normas, num beber antes da hora, não fumar quando tiver carregando um bacamarte (por causa do risco com a pólvora), se ele tiver que beber alguma coisa, qualquer tipo de bebida ele bebe depois da festa, mas antes não pode. Porque você vai fazer uma entrevista qualquer coisa e aí tá catiando a cachaça, o cara vai dizer isso é um monte de bebo, não pode. Tem que ser o negócio tudo certinho, aquilo alí é como um quartel, tudo organizado, se não tiver organizado você não tem chefe e ele tem que atender ao chefe dele neh! Porque se ele não atender o chefe ele vai atender a quem.

Há também o “risco” ou “jogo perigoso” em outras manifestações culturais do estado, como por exemplo, o maracatu de baque solto, rural e a capoeira, porém nesses casos tem-se um enfrentamento homem a homem, em que os participantes correm risco de morte. Sabe-se que no passado alguns caboclos perderam a vida nos engenhos de cana de açúcar da mata sul pernambucana em disputas sangrentas com suas lanças afiadas. Isso não ocorre no caso dos valentes “soldados” do agreste.

O perigo é causado pela explosão, já que não há um projétil na arma, só a pólvora seca. Então os riscos são de o próprio atirador perder a mão na explosão, ou mesmo de estilhaços o atingirem e também os observadores que se encontram próximos, por isso é aconselhável que o público mantenha uma distância de 10 metros do Bacamarteiro que efetua o disparo. O barulho provocado é ensurdecedor e assusta, é ouvido a quilômetros de distância.

Durante a pesquisa não houve relatos de acidentes, na verdade, são poucas ocorrências visto que acidentes usualmente acontecem quando o bacamarteiro coloca uma quantidade de pólvora maior do que a arma pode suportar, prática que é evitada pelos folgazões. Soubemos que em 2011, no início da pesquisa, um bacamarteiro que estava alcoolizado foi preso por estar atirando com o bacamarte na rua em que morava, esse foi o único incidente que pudemos constatar.

O jogo lúdico do bacamarteiro é com um instrumento pesado, cada bacamarte pesa em média cinco quilos e não há um padrão de arma, eles são feitos com exclusividade, segundo o historiador Josué Euzébio:

[...] As pessoas que fabricam a arma, os armeiros, ferreiros neh! não tem um padrão, não são fabricados do mesmo jeito, cada bacamarte, tem um detalhe. São vários enfeites que tem em um e não tem no outro. Então cada peça é única, os bacamarteiros, quer dizer [...] aqueles que percebem isso valorizam muito, aí o bacamarte é de fulano de tal, as características da arma passam a ser conhecidas, identificando seu dono, o jeito do bacamarte é de fulano de tal.

Os fabricantes de bacamarte praticamente não existem mais, isso ficou constatado nos relatos dos interlocutores da pesquisa. Os ferreiros e armeiros que possuem o saber desta arte estão morrendo sem deixar sucessores. Na região agreste ainda há uma pessoa responsável por fabricar e fazer os reparos necessários nos bacamartes dos grupos de Caruaru e da região é Edmilson José da Silva, residente na cidade de Belém de Maria, distante 47 km de Caruaru.

É necessária uma autorização do exército para a fabricação ou o conserto das armas, o bacamarteiro deve se dirigir até o regimento militar de Caruaru e solicitar para que o ferreiro ou armeiro, já identificado pelo exército, possa fabricar o bacamarte. Se for conserto, a solicitação deve discriminar na autorização quantas armas são. Bento Martins

informa outro profissional que trabalha em São Caetano e explica o procedimento seguido para a fabricação de um bacamarte.

Olhe, antes não era preciso autorização. Hoje em dia sim, depois que vem essa segurança, das normas das leis. Nós temos armeiro, o armeiro é aquele que faz a arma tudo [...] tem um em Belém de Maria, lá tem um fabricante, certo que eu não me desloco daqui pra lá não. Eu tenho o meu armeiro pra fazer o bacamarte, consertar, é um senhor de idade, vai fazer 82 anos já, é do município de São Caetano, ele trabalha pra 6 grupos de São Caetano, 5 de Tacaimbó e 1 de Cachoeirinha. A gente vem aqui no quartel, tira a licença pra ele trabalhar no período de 30 dias, 40 ou 60 dias, como o ano passado mesmo eu só peguei 30 dias, esse ano eu vou pegar uns dois mês, porque é o tempo suficiente de ele consertar as reformas dos bacamartes. Então nós tira a licença, ele tem aquela licença e cada um chefe de Batalhão que tiver pra conserto, ele vem aqui no quartel e tira a licença com o tenente. É assim: eu tenho 10 bacamarte pra conserto, então aquela licença sai pra 10, não pode levar 11 não, tá entendendo não tá? Pode levar 9, mas se ele deu a quantidade de 10, ele leva os 10, tem 10 bacamarte pra conserto, então ele tira aquela guia, paga [...] pode sair da cidade com o bacamarte, levar pro armeiro, aí ele tá autorizado em conduzir aquelas armas. Então não tem problema de apreensão, porque tá autorizado, temos nossos direitos em nossas mãos e daí portanto a gente continua com esse trabalho.

3.3 Por uma estética do ‘Bacamartismo’.

Há uma importância no elemento estético no folguedo dos “soldados do agreste”. Nessa dinâmica da espetacularização, conforme sugere Edgar Morin, o mundo imaginário deixa de ser consumido sob a forma de ritos, festas sagradas ou cultos de mitos religiosos, mas é apreendido também sob a forma dos espetáculos que enaltecem as relações estéticas: “todo um setor das trocas entre o real e o imaginário, nas sociedades modernas, se efetua no modo estético, através das artes, dos espetáculos, dos romances, das obras ditas de imaginação”. (MORIN, 2005, p. 79).

A beleza das cores, o tamanho das armas, o homem rústico e viril com uma flor vermelha em seu chapéu, apresentam-se como elementos que chamam a atenção, que encantam. Alguns comandantes preocupam-se com a organização e a beleza da indumentária de seu grupo. Nas apresentações, moradores e turistas ficam extasiados, fotografando e filmando as evoluções feitas, sempre acompanhadas pelo ritmo do forró.

No desfile do dia 24 de junho, acompanho o cortejo junto aos bacamarteiros e vejo uma senhora que assiste a tudo emocionada, é Dona Ângela, 55 anos, professora. Pergunto o porquê de estar chorando, ela nos diz que: “aquilo (os bacamarteiros desfilando) é a coisa mais bela que possa ter em Caruaru, eu acho lindo, é da nossa cultura”. Algumas horas

depois, um grupo se prepara para deflagrar os disparos e vejo uma mãe, pondo as mãos no ouvido do filho e se afasta, é Renata, 28 anos, auxiliar administrativa, vou ao seu encontro e pergunto se está com medo, “Eu não gosto disso, é horrível esses tiros, ele (o filho de 12 anos) tem medo e eu também, é perigoso, não sei pra que eles vivem dando esses tiros, todo ano é isso”.

O espetáculo dos folgazões também assusta. Como dissemos, o barulho provocado pode ser ouvido a grandes distâncias, e a fumaça toma conta do ambiente, um cheiro de pólvora seca é sentido no ar por alguns minutos. Apesar de sua ancestralidade e visibilidade, o folguedo é pouco conhecido pela população da cidade, não há um conhecimento sobre o que eles estão fazendo. Os bacamarteiros chamam a atenção em suas apresentações também pelo “exótico” de sua estética singular, de suas armas, das performances, não existe um conhecimento histórico sobre a manifestação cultural. De forma diversa do que acontece com a arte figurativa, a estética do barro produzido no bairro do Alto do Moura, cuja história é amplamente conhecida pelos caruaruenses.

A construção de uma identidade bacamarteira também passa pela sua estética. Os brincantes do agreste são conhecidos em todos os lugares como sendo da cidade de Caruaru. Existe uma valoração maior e uma preocupação em construir ou difundir uma identidade da cidade através do artesão de barro, que tem seu ícone no Mestre Vitalino, em detrimento de outras manifestações culturais expressivas na cidade como as bandas de pífano e os batalhões de bacamarteiros.

A matéria prima das roupas dos folgazões é o zuarte, um tecido de algodão, rústico, com fios brancos e azuis mesclados. Dele são confeccionadas as camisas e as calças, o calçado antigamente era um sapato na cor preta preferencialmente, no entanto alguns folgazões usam alpercatas de couro e até mesmo o tênis, o chapéu da maioria é de palha com a aba virada, todos são adornados com uma rosa vermelha artificial, comprada facilmente na feira da cidade; alguns usam o chapéu de couro que são cravejados com estrelas, típicos chapéus com uma “estética do cangaço”.

Segundo Pedro Galdino, do batalhão nº 139, a roupa custa caro e não são todos os bacamarteiros que podem comprar.

Tem bacamarteiro que só compra uma calça quando a outra tá rasgada, quando é pra vir pra uma festa, tem que comprar uma roupinha pra ele que ele não tem dinheiro, o cara trabalha na roça, quando recebe já tá devendo. Não pode

comprar uma roupa, se ele comprar uma roupa, sabe quanto é a roupa? Veja: 3mts de tecido a R\$ 23,00 = R\$ 69,00 , isso com R\$ 40,00 da costureira, e ainda tem o chapéu que custa R\$ 5,00 o de palha, mas se for o de couro custa uns R\$ 25,00, quer dizer ele gasta uns R\$ 130,00.

Fomos informados por outros capitães que alguns bacamarteiros não têm condições financeiras de comprar as roupas para desfilar e também não possuem o bacamarte. Nesses casos, o comandante do batalhão fornece o material necessário para que ele participe da festa com o grupo. Durante a pesquisa percebemos que o brincante que necessita desse apoio não é visto com bons olhos pelos demais, há certo preconceito e se estabelece uma distinção dentro do próprio brinquedo.

A célebre frase de Euclides da Cunha, “O sertanejo é antes de tudo um forte”, (2005, p.146) é reveladora da personalidade dos nordestinos, que embora pareçam fracos e desprovidos de forças para ultrapassar as barreiras cotidianas, surpreendem a todos enfrentando os obstáculos diários. Nesse sentido, a expressão artística, as festas têm uma importância para a vida do homem, elas são revigorantes e exprimem uma concepção de mundo.

A estética bacamarteira chamou a atenção de uma banda da cidade. Surgiu em 1998 a Zabumba Bacamarte, de acordo com Alexandre Morais, vocalista, o grupo recebeu influências do *Pop Rock*, *Heavy Metal*, *Rock and Roll*, no entanto, houve a necessidade de “despertar para a música regional”.

A nossa proposta tinha que ser algo que fosse latente aqui em Caruaru. Aconteceu também uma coisa, eu estava passeando no pátio de eventos aqui, numa tarde, num período junino [...] Assim num momento de reflexão, inspiração, eu me deparei com um batalhão de bacamarteiros, fazendo uma execução, uma preparação, uma exibição com seus bacamartes dando aqueles tiros imensos e eu vinha muito centrado no projeto da banda e de repente eu fui surpreendido por um estrondo, um tiro descomunal, assim, uma coisa totalmente *heavy metal* [...] Bommmmm! Ai eu me voltei praquilo e fiquei pensando, isso aqui é uma coisa pouco explorada. Então, a partir daí, ficou o nome bacamarte na minha cabeça, fui pra internet, procurei literaturas a respeito, até pra entender melhor, porque a origem desses grupos, a origem mesmo temática, a história, vem da história do Brasil neh! Guerra do Paraguai, voluntários da Pátria, lutaram naquela guerra de fronteira que envolveu o Uruguai, Paraguai, Argentina, e que tem muitas controvérsias nessa questão política, histórica que a gente não se focou nisso, o principal da gente era justamente pegar aquela magia que restou e que é representada hoje de uma forma alegre, de uma forma que representa a bravura dos que lutaram naquele conflito e foi o ponto de partida.

Então, na busca de uma “estética regional”, Alexandre uniu os dois termos: Zabumba – Bacamarte. Relata que sonhou, acordou pensando em um refrão: “zabumba-

bacamarte, um tiro de guerra que se transformou em arte”, e escreveu a música, que está no primeiro cd gravado pela banda, *Zabumba Bacamarte- No Tabuleiro do Mundo*.

No início, a banda fez algumas apresentações com alguns adereços que lembravam os folgazões - uma camisa azul, lenço vermelho, e chapéu de palha. Porém, no percurso das apresentações artísticas, os integrantes da banda sentiram a necessidade de mudar o figurino, bem como fazer sons experimentais, tendo influências de outras manifestações como a banda de pífanos de Caruaru e o movimento *Mangue Beat* de Recife.

Alexandre relata que não houve uma pesquisa que permitisse entrar no universo do folguedo, com informações mais precisas, foi feito apenas uma busca do que era necessário dentro da proposta de trabalho da banda, que era fazer uma homenagem aos bacamarteiros. Além das composições de Alexandre Moraes sobre o folguedo no disco da banda Zabumba Bacamarte, existe a composição *Bacamarteiro* de Rafa da Rabeca e Frank Sóstenes no cd *Na Caixinha* da banda recifense Forró de Cana, e uma composição do compositor caruaruense Janduhy Finizola, *os bacamarteiros*, gravada por Luiz Gonzaga na década de 1970.

Chegou São João
É tempo de baque
Do baque do bacamarte
Que o bacarmateiro

Vê quantos guerreiros, granadeiros
A riúna e a columbrina
Aglutina o batalhão
Cobrem-se de cor do infinito
São vistosos, revoltosos
Do começo da Nação

Salvas nas ressalvas do passado
Chega o cheiro da fumaça
Descompassa o seu sofrer
Dança e a descança na lembrança
Do que foi a grande guerra
Ao lutar no Paraguai

Segure a arma, o bacamarte é esta arte
De saber fazer um tiro
De ilusão e tradição
Bacarmateiro, eu quero o coíçe deste tiro
Só assim eu sei que tiro
Tanta dor do meu viver

Um passo à frente que a mistura apura o grito
 Carrega o fogo, que tem fogo pra brincar
 Bacarmateiro, vê se acerta o meu destino
 Este tino em desatino
 Este tino em desatino
 Sem calibre pra atirar

A letra também faz referência aos “soldados” vitoriosos que voltaram da Guerra do Paraguai. Percebemos que a ideia de origem do folguedo disseminada pelo senso comum é a Guerra do Paraguai. Na apresentação feita no Pátio de Eventos, no início da formação, a banda Zabumba Bacamate cantou esta canção em homenagem aos bacarmateiros. O vocalista revela que foi um momento de grande emoção ao homenagear os brincantes. No cd do grupo, há uma participação de Pedro Galdino, ele faz a abertura na gravação da música *Bacarmateiro*, cantando um verso:

Olhe esse ano todo mundo tem que ver bacarmateiro descer pra Guerra do Paraguai
 Tantas mulheres chorando pelos maridos, o filho dizer mamãe aonde anda papai
 É sete padres, sete cordas, sete sinos, sete cordão de meninos e sete anjos no altar
 Foi quando eu vi com a ordem do divino, quando Deus era menino um bacarmateiro atirar.
 Viva Senhora Santana!

A beleza das vestes forja uma estética original. Vale ressaltar que “vivenciar a estética do belo não é só uma necessidade da indústria cultural contemporânea. É um desejo humano, uma forma de identificar-se com algo [...] de perceber-se envolto nessa estética” (COSTA, 2009, p. 154).

Ressalto que a estética está presente também nas armas, o bacamate é exclusivo, feito por encomenda e possui detalhes específicos que os identificam com seus donos, o individualizam. Verificamos nos bacarmates vistos durante as entrevistas, mostrados com orgulho pelos folgazões, como o de João Saturnino, do Batalhão nº 333, que tem cravado o seu nome, o número do batalhão e um detalhe em aço no cabo que o diferencia dos outros.

As cores, a roupa, a flor, a arte. “[...] o mito coloca no mesmo plano dois aspectos, um funcional e decorativo”. A arte está presente e é carregada de sentido. A farda do fundador da Festa de Santana, pendurada em um cabide na sala da casa diz muito sobre os sentidos atribuídos ao folguedo. “Sempre estamos diante dessa escolha entre romper com o

passado, mesmo recente, ou conservar – mas até quando? – velhas roupas e velhas coisas que ocuparam um lugar em nossa existência e são para nós como amigos defuntos”. (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 133).

4. CAPÍTULO III – A FESTA DE SANTANA

As atividades de jogo, de festas, de ritos, não são apenas pausas antes de retomar a vida prática ou o trabalho; as crenças nos deuses e nas ideias não podem ser reduzidas a ilusões ou superstições: possuem raízes que mergulham nas profundezas antropológicas; referem-se ao ser humano em sua natureza. (MORIN, 2002, p.59).

As dificuldades financeiras não impedem que a Festa de Santana se realize todos os anos, a mais de 65 anos. Os bacamarteiros não se renderam às cruéis limitações impostas pela lógica da exclusão. Os folgazões vivem a alegria de compartilhar as saudações a São João e Santana através do folguedo. Assim, a festa representa uma oportunidade de fortalecimento, um exercício de sociabilidade. Vários pensadores reconhecem a importância da festa para a vida do homem. Mikhail Bakhtin (2008) observa que as festividades são uma forma primordial e marcante na civilização humana, qualquer que seja a manifestação.

A possibilidade de convivência torna a festa um instrumento de realização pessoal e coletiva, um momento de fortalecimento individual e grupal que acontece também durante os preparativos, como no caso da família do capitão Zé Benedito, que se reúne para decidir sobre a comida que será servida aos bacamarteiros, a decoração com bandeiras, a fogueira, a articulação com a prefeitura do município, se haverá apoio ou não naquele ano. Zé Benedito fala com orgulho da grande fogueira erguida no terreiro todos os anos “Tem ano que nós faz uma fogueira de 3 metros de vara, às vezes de 4 metros, o ano passado nós fizemos um fogo de 6 metros, queimou até tarde, é um fogo bonito, pra Nosso Senhor São João Batista”.

Interessante observar, que mesmo com a falta de recursos para organizar uma festa desta grandeza, faz-se presente também o excesso. A fartura no dia da festa garante que todos os folgazões participem do banquete, os organizadores não medem esforços em realizar a festa de agradecimento e celebração aos santos. Também há o compromisso assumido com o pai, Manoel Benedito dos Santos, que em seu leito de morte pediu para que a festa não acabasse.

É a tradição do meu pai [...] Ele pediu. Ele tava alí naquele quarto, ele dormia ali e pediu. Me chamou disse assim: Lena, venha cá [...] eu vi muita gente chorar nessa hora por meu pai, eu disse o que é pai? Ele disse: olhe, eu vou morrer, mas você não vai ficar só, porque quem fica com Deus não fica só. Agora eu acho que não vai chegar mais gente aqui não, mas se chegar uma pessoa na minha casa, que agora vai ser sua, você não deixa sair sem uma xícara de café. Mas num dê na calçada não, chame a pessoa pra mesa e bote na mesa, faça que nem a gente fazia. Eu digo tá certo pai eu boto e num deixo não, só se não quiserem ir mesmo, que num vai apulso, mas vai pra mesa do meu pai, e vai tudinho, tem ano que nós damos refeição a 14 batalhão. (Helena Santos, batalhão nº 41)

Para Zé Benedito, os irmãos deveriam ser mais unidos, pois nem sempre ele recebe ajuda: “Minha irmã organiza aquelas barraca, a gente vai organizar, ela desmancha, recebe dinheiro, faz um forró lá ela mais meu filho, recebe dinheiro, mas não dão dez centavos pra ajudar, eu sou quem faço tudo, é tudo por minha conta”. Percebemos nas falas dos organizadores, um desentendimento em relação à logística da festa, bem como, uma disputa por ‘poder’, para decidir quem tem a palavra final, no entanto esses desentendimentos não prejudicam o evento, são constitutivos da festa e contribuem sua configuração.

Segundo Dona Helena, depois da missa ou da recitação do terço, de soltar os fogos em homenagem aos santos, os bacamarteiros “podem dançar a noite todinha que o combustível eu garanto”, fazendo referência à comida e a bebida oferecidas durante a festa. Pudemos conferir que até às seis horas da manhã havia reposição de alimento e bebida na mesa “Eu agora vou lá dentro tomar um pequeno (café) pra subir no caminhão e partir” (Pedro Galdino, Batalhão nº 139).

O transporte que leva os folgazões à festa é o pau de arara¹³. Homens, mulheres, crianças, amontoam-se sobre os caminhões sem qualquer conforto e seguem viagem até o Sítio Cajazeiras, vindos de algum distrito ou municípios próximos da cidade de Caruaru. Neste dia especificamente, 26 de junho de 2011, como chovia muito, alguns caminhões não conseguiram chegar até a casa, devido às dificuldades nas estradas. Muitos bacamarteiros acompanhados de suas esposas e filhos andaram sob a forte chuva por mais de um quilometro. Pois, a vontade de celebrar, de festejar é maior.

¹³ Meio de transporte irregular, usado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar caminhões para o transporte de passageiros. (nota do autor)

O milho é a base da culinária junina por todo o Nordeste, no preparo de iguarias como a pamonha, a canjica, o bolo de milho. Na festa, além das comidas típicas, também é servida carne de porco, frango, pães, bolachas acompanhados de café, refrigerantes e aguardente de cana que os brincantes não dispensam. À frente das delícias servidas aos convidados, Dona Helena relata que:

É todo ano uma só (as comidas), pamonha, canjica, meu irmão compra porco, carne de boi, compra galinha, quando num dá pra comprar uma coisa, nós compra outras. Aí eu faço pra tudo, porque se tiver pra eu botar pros bacamarteiros de meu irmão e não der pra botar pra os outros, eu não faço. Os bacamarteiros vai pra mesa do meu pai, porque pra eu dar a uns e a outros não, não dá certo, do jeito que nós faz, faz igual. Começa de 8 horas da noite e dá 1:30 da madrugada e eu fazendo umas mesada com as meninas me ajudando, fazendo a mesada aquele batalhão saí, outro entra, aquele saí, o outro entra. Assim nós damos refeição a 14 batalhão que chega todo ano por senhora Santana, todo ano que é a tradição do meu pai.

Georges Balandier observa que: “Com a festa, o desmoronamento da ordem das coisas acontece na efervescência coletiva. É a esbórnica graças à qual se manifesta, como um parêntese colocado no interior do cotidiano, um mundo inteiramente diferente”. (1997, p.128). Nesse sentido, a festa é também um momento de partilhar imagens ou mesmo “objetos imagéticos”.

É inegável a força e o valor que tais momentos têm para a vida social desses grupos. De acordo com Edgar Morin:

No nível antropológico, a sociedade vive para o indivíduo, o qual vive para a sociedade; a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e a sociedade. Cada um desses termos é ao mesmo tempo meio e fim; é a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre os indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade. (2002, p. 54).

Assim, Dona Helena e Zé Benedito recebem os folgazões para celebrar a vida, rezam, dançam e atiram. Contam suas histórias “lembranças que animam a existência e dão significados à condição humana”. Um legado dos antepassados que é necessário dar continuidade. Homens mulheres e crianças no terreiro assistem, extasiados, as performances e se encantam com o barulho ensurdecer dos disparos em homenagem a Santana e São João.

Durante a festa nos encontramos com um grupo de pessoas que trabalham com arte e vídeo em Caruaru e que haviam produzido um curta-metragem [independente] sobre a família de Zé Benedito e seus irmãos, um pouco da história, mostrando o sítio, a relação com o bacamarte. O vídeo foi exibido na sala, em um momento de pausa do forró, momento de muita emoção para todos. Também se encontrava à festa, Sávio Marques, fotógrafo, produtor [independente] que fez captação de imagens com o intuito de buscar recursos junto a agências de fomento cultural para produção de um vídeo-documentário sobre a festa.

Vê-se que há um interesse sobre a festa do Sítio Cajazeiras, pelos bacamarteiros do Batalhão nº 41. No que diz respeito à “cadeia produtiva da cultura”, não sabemos até que ponto os folgazões são beneficiados, se há um retorno financeiro dessas produções independentes ou se eles ficam à mercê da lógica de uma indústria cultural orquestrada pelo poder público e por produtores independentes (produtores que não estão vinculados a empresas privadas e agências de fomento na área cultural). Existe uma teia de relações:

Em Pernambuco, caracterizado pela riqueza de folguedos, pode-se acompanhar, no decorrer dos anos, uma crescente associação entre personagens das manifestações populares e a região nas quais se desenvolvem, numa perspectiva de afirmação de identidade. Os *Papangus* de Bezerros, os *Caboclos de Lança* de Nazaré da Mata, os *Bacamarteiros* de Caruaru, os *Bonecos Gigantes* de Olinda, os *Caretas* de Triunfo, são apenas alguns exemplos. A escolha desses personagens tradicionais se dá pela força que as brincadeiras têm e pela visibilidade que elas possibilitam, respaldando assim os objetivos distintos dos envolvidos no processo de construção identitária: a indústria cultural e de turismo, o poder institucional, comerciantes, moradores e os próprios brincantes. (COSTA, 2009, p. 160).

Envoltos nessa teia de relações, é importante ressaltar que na indústria cultural, tudo se torna negócio, com uma lógica mercadológica e o no caso dos bens culturais, ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes. Assim, o folguedo torna-se um instrumento de consumo. Parece-nos pertinente apontar que essa é a política que a prefeitura do município vem praticando nos últimos anos, isso fica evidenciado nas queixas dos próprios bacamarteiros¹⁴.

¹⁴ As reflexões do filósofo Theodor Adorno sobre a indústria cultural são relevantes para pensarmos as tensões, a “tutela” do estado sobre as manifestações culturais. Em *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, há um capítulo dedicado ao tema.

4.1 O lugar: Sítio Cajazeiras.

Uma das festividades mais importantes para os bacamarteiros da região, após o período junino, é a festa de Santana, realizada pelo Batalhão nº 41 no Sítio Cajazeiras, no dia 26 do mês de julho.

A distância entre o centro da cidade de Caruaru e o Sítio Cajazeiras é de aproximadamente dez quilômetros. A localidade está situada na divisa entre os municípios de Caruaru e São Caetano. Para chegar ao sítio, sede do Batalhão nº 41, passamos pelos bairros: São Francisco, Vila-Kennedy e Alto do Moura; neste nos deparamos com uma escultura em tamanho natural de um bacamarteiro, na frente do Ateliê de um artesão da localidade. Seguimos então pela estrada de terra, e nas poucas casas encontradas pelo caminho, perguntamos onde fica a casa do Sr. Manoel Benedito, fomos guiados pelos moradores, pois todos o conhecem, apesar de já ter falecido a mais de dez anos. Eis que surge, por entre as árvores de algaroba, o telhado da casa que se situa sobre um morro com uma bela vista para os roçados de milho, feijão e mandioca.

Na busca por informações, pudemos perceber a importância através das lembranças daqueles que ainda vivem, as marcas deixadas pelo folguedo. De acordo com Walter Benjamin: “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.” (1994, p. 37).

Manoel Benedito dos Santos, pai do atual capitão do Batalhão nº 41, José Manoel dos Santos, (Zé Benedito), foi o fundador da Festa de Santana. A história dos bacamarteiros se confunde com a história da família, é no terreiro de chão batido em frente à casa erguida pelo senhor Manoel Benedito, que a festa acontece para celebrar Santa Ana, mãe da Virgem Maria, que no calendário litúrgico ocorre no dia 26 do mês de julho, porém, se o dia 26 for um dia útil, a comemoração fica marcada para um final de semana próximo, geralmente no sábado.

O senhor Zé Benedito, em nossas conversas, começa a contar a história de sua família e a relação com a tradição do bacamarte:

Essa festa começou em 45 (1945), faz 67 anos. Eu sei contar tudinho do começo ao fim. Nós faz ela sempre no dia de Sant' Ana, agora se o dia cai no meio da semana nós deixa pra fazer do sábado pro domingo porque dá pros bacamarteiros vir tudinho. Olhe, a gente morava lá perto de São Caetano, na Cruz de João

Guilherme, é um sítio, esse nome é por causa desse João Guilherme que foi assassinado lá e ainda tem a cruz até hoje. Aí, pois é, tinha um rapaz muito amigo do meu pai que disse: Ô seu Mané, depois que passar a festa de São João, vamos fazer a de Santana pra lembrar os festejo...aí foram fazendo. Aí, depois nós viemos morar aqui em Cajazeiras, ai rezava o terço, tinha uns brinquedos de roda, tinha muita moça e muito rapaz, era...aí eles se danavam a brincar, era jovem e velho, aí amanheciam o dia. Depois de um tempo meu irmão disse: Ô Pai, porque o senhor não chama os batalhão, com os atirador tudo trajado como no São João e um tocador pra animar...aí com a graça de Nosso Senhor (retira o chapéu da cabeça e olha pro céu) está aí do jeito que o senhor tá vendo hoje.

Desde então todos os anos a festa é realizada, com ou sem a ajuda da Prefeitura. É a segunda oportunidade que os batalhões de toda a região têm para se reunir durante o ano, a primeira é o dia 24 do mês de junho, Dia do Bacamarteiro, realizado no SESC – Serviço Social do Comércio de Caruaru.

O sítio localiza-se em uma área limítrofe entre os municípios de Caruaru e São Caetano, fomos informados que em algumas festas as duas Prefeituras ajudam financeiramente, a Prefeitura de Caruaru fornece um valor em espécie a Zé Benedito e a Prefeitura de São Caetano envia uma banda da cidade para animar a festa, porém, esse apoio não acontece todos os anos. Inclusive quando de nossa presença na festa, não houve apresentação da banda, apenas o som dos trios de forró e o aparelho de som.

Ao chegar no sítio fomos recepcionados por D. Helena Severina dos Santos, 67 anos, agricultora, irmã do capitão do Batalhão nº 41, pois todos estavam ocupados com os preparativos para as festividades. No terreiro havia uma grande movimentação de pessoas, montando barracas, carregando *freezers*, grades de cervejas, etc. Na sala, um trio de forró pé-de-serra tocava ensaiando, a capela que fica ao lado da casa estava toda enfeitada com flores do campo e velas acesas. O clima era de preparativos na cozinha, podíamos sentir o cheiro da comida, todos mobilizados para deixar tudo organizado. Pedimos licença e começamos a fotografar e observar o que acontecia.

O comércio informal que funciona no terreiro da casa é de moradores próximos, comerciantes do bairro do Alto do Moura e uma integrante da família de Dona Helena. Eles montam as suas barracas e passam a noite comercializando bebidas e comidas aos frequentadores, pois o que é servido por Dona Helena na casa é basicamente para os batalhões e pessoas mais próximas à família, tendo em vista que a festa cresceu e reúne uma grande quantidade de pessoas de localidades próximas, em média 300 participantes.

Fomos informados que os comerciantes pagavam uma “contribuição” aos donos da casa, especificamente a Dona Helena, de acordo com depoimento de Zé Benedito. Esta informação foi confirmada pelas pessoas que comercializam na festa, inclusive garantindo um lugar estratégico de comercialização no espaço, pois os espaços são demarcados com antecedência.

Por volta das 17h começam a organizar a sala e montam um altar. Em uma mesa com toalha branca, põem-se a imagem de Santa Ana, flores e velas. Com algum atraso, por causa da chuva que dificultou o acesso de todos ao local, chega o padre Bosco, conhecido da família, sempre solicitado a celebrar missas na casa. A missa foi celebrada em intenção das almas de todos os capitães já falecidos. Só quando termina a missa, a comida e a música invadem o espaço para dar passagem aos grupos; também é o momento dos disparos dos bacamartes no terreiro da casa. Dona Helena nos diz: “aquela missa por senhora Santana é para os chefes falecidos, que tem muitos chefes falecidos, aí eu conheci todos eles e mando celebrar a missa pra pai e pra eles”.

Desde muito tempo que a família festeja aos santos católicos São José, Santo Antônio, São João, São Pedro e Santana, contudo esta última festa é a que reúne o maior número de folgazões no sítio, que segundo D. Helena é quando eles estão mais livres dos compromissos assumidos nas apresentações do mês de junho na região, então é uma grande confraternização, o fechamento de mais um ano do folguedo.

Os brincantes cumprem rigorosamente o calendário de festejos aos santos: Santo Antônio, São Pedro, São João, Sant’ Ana, Santa Luzia. Na cidade ou na zona rural, os santos são sempre lembrados e festejados. Os compromissos ‘oficiais’ ficam a cargo da programação feita pela Fundação de Cultura, incluem o Dia Municipal do Bacamarteiro, 24 de junho, e as apresentações cívicas e políticas.

A casa onde acontece os rituais litúrgicos da Festa é uma construção antiga, de alvenaria, com uma grande sala, uma pequena capela ao lado e um terreiro de chão batido à frente com um alpendre que nos permite vislumbrar o roçado e algumas serras da região. Para Bachelard (2008) “A casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”. Nesse sentido, a casa da família do capitão Zé Benedito no Sítio Cajazeiras tem o poder de integrar através do devaneio toda a essência da tradição dos bacamarteiros.

As apresentações respeitam uma ordem, geralmente os grupos que chegaram primeiro têm preferência em deflagrar seus tiros, que é o momento mais esperado das apresentações. Cada grupo segue fazendo suas coreografias e após as quais, cada bacamarteiro é chamado pelo capitão para atirar. O público permanece ao redor, os mais corajosos, devido ao barulho produzido e pelo receio de serem atingidos pelos disparos. A banda pára de tocar, os bacamarteiros se organizam em filas e seguem as ordens do capitão, que por meio do apito ordena a sequência de tiros.

Nesse momento, alguns bacamarteiros já estão alcoolizados, e mesmo assim seguem o grupo para deflagrar seus tiros. Alguns exageram na quantidade de pólvora e o “coice”¹⁵ acaba sendo violento demais, e pelo estado de embriaguez eles acabam caindo no chão inclusive ajudei a levantar alguns e levá-los para dentro da casa grande, onde há um quarto com o chão coberto de esteiras para receber os que exageram na bebida.

Dona Helena conta que esse quarto já é reservado aos brincantes que exageram na ingestão de cachaça. Quando isso acontece são levados para o quarto e no outro dia pela manhã, acordam, tomam um café com pouco açúcar para seguir viagem.

Olhe! Tem um quarto aqui que é pros bebo. Eles tomam a caninha deles, tem muitos que num aguenta mais, aí quando num podem mais das pernas, eu peço pros menino arrastar. Aí eles traz e botam eles aqui (mostra o quarto) tá vendo, isso fica forrado de esteira. A gente guarda o bacamarte, deita eles aí, quando é de manhã que se levantam eu dou uma xicara de café com pouco açúcar (risos) pra ressaca, a gente entrega a arma e eles seguem viagem pros destinos deles, é. Todo ano é assim.

Um momento especial é quando os folgazões ficam perfilados e aguardam as ordens do capitão para disparar o bacamarte, entre 15 e 20 armas disparadas ao mesmo tempo, esse momento é chamado de *panelada*. Houve a proibição, por parte do exército, dessa prática em alguns espaços da cidade, como por exemplo, no Pátio do Forró, em momentos de grande circulação de pessoas. Por questões de segurança, só é permitido em lugares que haja um mínimo de distanciamento dos espectadores, mais ou menos dez metros.

O trio de forró pé-de-serra começa a tocar, ritmando os passos dos bacamarteiros e o grupo entra na casa, para saudar aos organizadores da festa, e segundo D. Helena,

¹⁵ Recuo da arma de fogo no momento do tiro. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda, 1975).

também os capitães já falecidos. Nesse momento há muita emoção, os mais velhos choram, pela incerteza de talvez não poder desfrutar de tais momentos novamente.

Então o grupo se dirige a uma grande mesa, já posta com um delicioso cardápio: pamonha, canjica, milho cozido, carne assada, bolachas e pães, refrigerante, café e cachaça. Depois de darem algumas voltas, ao som do forró e de homenagear os santos, dando VIVAS: “Viva o Nosso Senhor Jesus Cristo! Viva a Nossa Senhora Santana! Viva aos Bacamarteiros!” fazendo reverência, retiram o chapéu da cabeça. É hora da comilança, então as armas são “descansadas” encostadas nas bordas da mesa e na parede do aposento. Eles dançam, riem muito, bebem até o grupo se dispersar, seguir para a grande sala, onde ficam dançando e bebendo ou no terreiro para que um próximo batalhão faça o mesmo, até o último grupo que veio à festa fazer a mesma coisa. Fazem este ritual geralmente em uma hora (cada grupo).

Um costume na zona rural é o de acolher os batalhões durante os festejos. Os donos da casa que irão receber os folgazões comunicam ao capitão e, no dia marcado, o grupo vai até a casa saudar aos anfitriões. A maioria são bacamarteiros, então há uma circularidade entre as casas, a primeira é a casa do capitão. Vale ressaltar que nem todos os folgazões recebem em suas casas, pois a maioria tem poucos recursos, e muitos ficam envergonhados em chamar o grupo, já que não poderão acolher os colegas de acordo com os costumes, ou seja, oferecendo um almoço ou um lanche aos convidados.

Zacarias Oliveira do Batalhão nº 27 recorda um fato ocorrido durante uma dessas visitas às casas nos sítios:

Olhe, antigamente, no ano de 1953 saiu uma crise triste. As ordens do chefe era tão pesada que o cabra tinha que obedecer, podia passar fome. Assim, em toda casa que bacamarteiro chegar come neh! em 53(1953) ninguém tinha nada pra dar, então chegemos numa casa de um cidadão ai em taquara (zona rural do município) 4:00 horas da madrugada, eu e meus amigos que brincavam. Mas rapaz, eu disse: Eu tô com uma fome, aí a mulher do dono da casa, escorada assim na porta, ouviu neh! Isso foi lá na casa de Sebastião Fulô. Ela tava escoradinha lá na porta com um candeeiro aceso, nós tinha muita liberdade com ela sabe. O nome dela era Júlia, aí eu disse: tu tem um taquinho de bacalhau pra gente, ela disse eu num dou não porque seu João pode achar ruim, mas nós come aqui mesmo, não precisa entrar, ela disse: se é pra dar a vocês eu dou a tudo, foi lá dentro ,pegou ele cru mesmo, sem assar sem nada, picou dentro de uma bacia, de uma cuia, encheu de farinha e botou na mesa, aí nós fiquemos assim, e agora ele vai achar ruim, eu disse: tu vai ver o que ele vai dizer com a gente, entrou eu, compadre Zezé, Nane, João... O chefe viu, ele veio de lá, aí disse: Júlia, quem mandou botar? Ela falou: olhe seu João, o senhor me desculpe, (risos) só que ele tava com fome também, mas foi Zacarias e Zeze que pediram um pedaço de bacalhau, eu disse eu só dou a vocês se der a tudo, ai eu piquei as coisas e tá

aqui, pra todo mundo, todo mundo comer. Ele com fome também comeu, ficou calado, aí a bebida era uma tal de serra grande e laranjada, nós comemos e pronto. Quando ele terminou de comer ele disse, ela fez isso porque alguém mandou, foi você Zacarias? Eu disse, foi eu compadre Zezé e Nane. Ele disse foi bom que eu também tava precisando comer alguma coisa, mas num me faça outra dessa não, nós chegemos com fome e pode sair sem comer que ninguém morre não, por que eles num tinha o que dar, deu a comida deles neh! naquele tempo tinha honestidade neh! Hoje não. Isso aconteceu com a gente.

Oferecer alimento aos folgazões é comum em outras manifestações culturais do estado, como por exemplo, os *Papangus* de Bezerros, homens mascarados, os quais, segundo uma das versões que existem quanto à sua origem, receberam esse nome devido ao angu¹⁶ oferecido nas casas durante o carnaval.

De acordo com Marcel Mauss, na perspectiva da dávida, não se trocam apenas bens e riquezas, mas trocam-se gentilezas, banquetes, ritos, festas.

A vida material e moral e a troca funcionam sob a forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Além disso, esta obrigação exprime-se de maneira mítica, imaginária ou, se se quiser, simbólica e coletiva: assume o aspecto de interesse ligado às coisas trocadas. (2001, p. 93).

Com os grupos urbanos, praticamente não há essa troca. Soubemos pelos interlocutores que no passado havia visitas às casas dos capitães, era oferecido almoço. Porém esse costume, pelo menos na cidade, perdeu-se com o tempo. Os bacamarteiros se encontram geralmente nos meses de maio, junho e julho, quando há alguma apresentação. Fora desse período encontram-se apenas quando são convocados pela Fundação de Cultura e o Regimento do Exército. Na zona rural há uma maior cumplicidade dos folgazões em partilhar o bacamartismo.

Conforme preconiza Gaston Bachelard: “[...] é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas”. (2008, p. 27). A casa grande do Sítio Cajazeiras é um “depósito” de memórias e lembranças do folguedo.

Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo quando não lembramos a data exata, há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma: foi antes da guerra, quando eu era pequeno, jovem, homem feito, em plena maturidade, eu estava com tal amigo que era mais ou menos idoso, foi em tal estação do ano, quando eu preparava um trabalho, na época de tal acontecimento... Graças a uma séria de reflexões desse tipo, muitas vezes uma lembrança toma corpo e se completa. (HALBWACKS, 2003, p. 124).

¹⁶ Pirão, purê, papa: massa mole de fubá de milho ou de farinha de mandioca, feita em água e sal. (Dicionário do Folclore Brasileiro, Câmara Cascudo, 1988).

Lembrar, esquecer, cidade, zona rural, mãos calejadas, tradição, festa. Como se estivessem suspensos no ar, os folgazões irrompem pelo interior com seus bacamartes. Atirar, dançar, rezar, comer, beber, celebrar. A sede do Batalhão 41 fala de memória, que fala de tradição, que fala de família, que fala de saudade, que fala de bacamarteiros.

4.2 A herança do folguedo.

Bendito e Louvado seja São João no seu altar
Que em luta dos que vivem São João na glória está
São João na Gloria está todo coberto de véu
Dando alegria no mundo e festejo lá no céu.¹⁷

O São João tornou-se “a mais brasileira das festas”, nas palavras de Roger Bastide. As festas do mês de junho, onde São João não é o único santo, dividindo as celebrações com Santo Antônio e São Pedro, faz a alegria de todos os estados do país, cada um celebrando à sua maneira, entre fogueiras, balões, danças, brincadeiras, música e muita comida.

A festa, segundo os estudiosos, é de origem pagã, um ritual em homenagem a fertilidade da terra. O fogo, de grande simbolismo nos cultos pagãos, foi “domesticado” e transformado em uma celebração da Igreja Católica. A festa transfigurou-se ao longo do tempo e ganhou formas diferentes em cada lugar tomando a forma que tem nos dias atuais, uma festa tipicamente interiorana. Os bacamarteiros do agreste integram os festejos, provando que a tradição sempre se reinventa.

A relação do homem com o fogo é antiga e vai desde o respeito, o desejo dominador, ao medo e o fascínio que exerce no ser humano. A simbologia do fogo é percebida de maneira diferente em cada cultura. O fogo desempenha um papel central nos festejos juninos e não é diferente com os bacamarteiros: o fogo produzido durante as explosões dos bacamartes.

Durante a pesquisa percebemos uma distinção na percepção, na simbologia que o fogo representava na cidade e como é visto na zona rural. Na festa de Santana é acesa uma grande fogueira e as pessoas sentam em volta para conversar, é comum no interior durante o período junino as famílias sentarem-se em volta da fogueira para assar milho, tomar um

¹⁷ Oração de louvor a São João Batista, proferida pelo capitão do Batalhão nº 27, Sebastião Torres, durante entrevista.

café; é aconchegante. Na cidade o fogo é mais percebido como perigo, associado à destruição. Porém, os costumes não se dão de forma linear, são como os mitos, mudam com o tempo, ressinificam-se.

Também no meio rural, por meio do fogo, estabelecem-se relações sociais, sendo causador de compadrio: Há o costume de fazer voltas na fogueira e pular o fogo, duas pessoas, proferindo as seguintes palavras: “São Pedro disse, Santo Antônio afirmou, vamos ser compadres que São João mandou”, fato curioso que mostra como o fogo está presente, arquitetando também relações sociais.

São João Batista é representado na forma de menino, com cabelos encaracolados, carregando um cordeiro nos braços. Alguns batalhões possuem um estandarte, com a imagem de São João ou dos três santos católicos festejados.

O homem interiorano, ingênuo, de bom coração, com seus traços, suas roupas e seus trejeitos, assume um lugar central na festa de São João. Uma posição estereotipada pelo olhar urbano, seguindo uma tradição que vem desde Jeca Tatu, personagem do livro *Urupês* (1918) de Monteiro Lobato. Estereótipo reforçado por outros personagens, como o Chico Bento, criado por Maurício de Souza e publicado em histórias em quadrinhos.

A festa possui características de ser um evento familiar, comunitário, como sugerem as falas dos folgazões quando recordam de como era a brincadeira no passado, porém ganhou grandes proporções como é o caso do São João de Caruaru. No encerramento da festa no ano de 2012, era esperado um público de aproximadamente 120 mil pessoas, de acordo com dados oficiais da prefeitura e da polícia militar.

Nesse contexto, estão inseridos os “soldados” do agreste, onde as dicotomias aparecem como: sagrado e profano, crenças e rituais. Os interlocutores nos relatam o que estão celebrando neste período de festa. Para José Benedito, Batalhão nº 41:

É uma religião que foi Deus que deixou, Ele deixou pra nós pecador, ficar rezando e se defendendo das coisas perigosa, por isso nós tem que se pegar com os santos. Se a gente for pagão e não rezar um Pai Nosso, o Satanás toma conta de nós, nós tem que se pegar com Deus e fazer as coisas que ele ensinou, a oração de mais força no mundo é o Pai Nosso, num tem outra igual, que foi ele quem ensinou a nós.

Bento Martins, do Batalhão nº 33, confirma a relação do folguedo com o nascimento de São João Batista:

Olhe! A gente está comemorando o nascimento de João Batista, João Batista quando estava pra nascer, a mãe dele foi ganhar ele num lugar muito longe, num sítio. Então ficou naquela, como é que vai saber quando essa mulher ganhar esse filho? Era difícil saber neh! Aí ela disse vai ser muito fácil, na minha choupanazinha no nascimento do meu filho eu vou fazer uma coivara, uma fogueira, então eu faço aquela fogueira, todo mundo vê o clarão e sabe que é o nascimento do meu filho. Então quando ele nascer vai soltar um foguetão, aí isso foi feito. Quando nasceu João Batista, já teve a fogueira e soltar mais um rojão pra dar um sinal que naquela casa nasceu mais um vivente, aí nisso, ficou formado a tradição de São João Batista pra ver como que é que são as coisas, aí através de João Batista, aí a gente faz tudo isso.

O folguedo não começou com a Guerra do Paraguai, bem antes, “desde a época de Nosso Senhor Jesus Cristo”, os bacamarteiros já existiam. De acordo com José Benedito:

Nós faz esse festejo, nós estamos celebrando o nascimento de São João. Começou os festejos pelo nascimento de São João, porque minha avó tinha um livro que contava essas histórias, mas deram fim. Nossa Senhora é prima de Santa Isabel, Nosso Senhor era novinho, Santa Isabel estava grávida, então Nossa Senhora morava na cidade e Santa Isabel no sítio. Um dia Nossa Senhora disse a São José: José eu vou visitar Isabel que ela vai descansar de um menino homem, ela foi, quando chegou lá [...] O livro contava que São João quando viu o menino Deus nos braços de Nossa Senhora ajoelhou-se no ventre da mãe dele e adorou o menino Deus, eles são primos legítimos. Aí, ela disse como é que eu sei quando o menino nascer pra eu vim te visitar, foi quando Santa Isabel disse, eu faço um foguinho no terreiro e solto um foguete, que são esses foguetes que nós solta. São Zacarias, era o marido de Santa Isabel, e São José eram os homens Santo e não tinha o pecado original que nem nós. São Zacarias duvidou que ela ia ficar grávida, aí ficou mudo, duvidou do Espírito Santo e ficou mudo. Aí quando o menino nasceu, nossa senhora de cá viu o fogo lá e soltou o foguete, aí ela disse a São José, José eu vou visitar Isabel que o menino nasceu. Disse que quando ela chegou lá o pessoal começaram a comentar, bota o nome do pai, ele disse não. Então, pediu uma caneta e escreveu o nome do menino é João Batista, aí quando ele findou de escrever começou a falar, São João Batista, aí continuou esse festejo por isso, até hoje. Desde o começo do mundo, acho que o mundo se acaba e ele tá rendendo, é essa história que meu avô contava e minha vó lia no livro pra eu ver, aí eu nunca me esqueci.

A fórmula da munição dos bacamartes, causadora do fogo que ilumina, festeja, anuncia o nascimento de São João Batista, é repassada de geração a geração. Quase sempre é o capitão do batalhão quem faz a pólvora de todo o grupo, no entanto há alguns folgazões que também sabem produzi-la. Pedro Galdino dos Santos, pedreiro, 61 anos, capitão do Batalhão nº 139 aprendeu com seu pai quando ainda era adolescente e conta-nos como é o preparo:

Eu boto 2kg de salitri, 200 gramas de carvão em cada kilo, 100g de enxofre , uma colher de goma, 04 limão, cortado com casca e tudo e uma latinha de cachaça [...] mistura tudinho e pisa (no pilão) aí quando tá bem pisada, bota no sol e seca e bota uma colher dentro do bacamarte, atira se o tiro não tiver bom, bota mais uma pouquinho, ou mais ou menos neh! Até dá o tiro certo que a pessoa segure.

Alguns capitães relataram a forma de preparar a pólvora de outra maneira, porém a mais recorrente nos depoimentos foi a informada por Pedro Galdino, que nos disse também que, dependendo do tamanho da culatra, deve ser colocado até no máximo 02 colheres de sopa de pólvora, essa seria uma quantidade razoável para um disparo barulhento e bem fumacento, garantindo a segurança do bacamarteiro e dos espectadores.

O Salitre do Chile (oxinitrato de sódio) é fornecido pelo exército. Antigamente os bacamarteiros podiam adquirir o produto no comércio da cidade, hoje é proibida a sua venda e o capitão do grupo é responsável pela quantidade de pólvora que entrega aos integrantes, geralmente a quantia entregue é suficiente para cada apresentação. O carvão utilizado é o carvão vegetal, de madeira fofa, pode ser utilizado o de maniva ou macaxeira, avelóz e umburana. Esta pólvora doméstica produz muito barulho e uma nuvem de fumaça que envolve os atiradores na hora dos disparos.

O Batalhão nº 27 é um dos mais antigos do município, fundado em 1908, com 105 anos de existência, segundo relatos de Sebastião Torres, capitão. O grupo prestigia há vários anos a festa de Santana e o seu integrante mais antigo, o Senhor Zacarias Soares de Oliveira, 85 anos, agricultor, fala-nos de herança:

Quando a guerra acabou, todo mundo tinha as arma, mas não tinha batalhão, aí cada um ascendia sua fogueira no dia dos santos (Santo Antônio, São João e São Pedro) e atirava. Os outros escutava e vinha de suas casa para atirar na casa desse ou daquele vizinho, ai entrava pra tomar um café. No dia de outro Santo, era a mesma coisa, aí ia pra casa de outro, aí nasceu a tradição.

Também recorda da toada que ouvia dos mais velhos quando criança, cantadas pelos homens: “Fui para a guerra, venci a batalha, ganhei a medalha do governador”. Zacarias possui duas armas que, segundo ele, foram usadas na guerra, uma ele usa e a outra é usada pela filha, diz que elas nunca foram para o conserto, que são feitos pequenos reparos quando há necessidade, pois não quer que elas percam sua originalidade.

São comuns as “tomadas de fogueira” pelo interior do Nordeste brasileiro. No agreste pernambucano, os bacamarteiros se reuniam e andavam pela cidade na noite de São

João para tomá-las. A tradição consiste em que um grupo, ou mesmo um brincante sozinho vá ao encontro da fogueira acesa e simule um disparo, ou mesmo atirando contra a fogueira com o intuito de apagá-la. Constatamos, através dos relatos, que isso não acontece hoje em dia.

Há dois nomes que são referência no legado do bacamartismo no município: Eliel Alves de Azevedo, Capitão Eliel, e Emídio Ferreira da Silva, o Major Emídio do Ouro, comandantes do Batalhão nº 333, o mais antigo da zona urbana. Fundado em 1857 pelo capitão João Barbosa que comandou o batalhão por mais de 50 anos. Após sua morte em 1929 deixa o comando do grupo ao neto, Eliel Alves que recebeu o comando dos atiradores e durante os seus 59 anos de vida, dedicou 32 anos ininterruptos às suas responsabilidades como chefe.

A organização dos batalhões de bacamarteiros sempre foi com um “capitão”, “comandante” ou “major” à frente de cada grupo, no entanto, na época em que o Major Emídio do Ouro comandava o Batalhão nº 333 tinha o *status* de chefiar os folgazões do município, tamanho o prestígio que possuía entre as autoridades locais e os grupos.

Em conversa com Josemar Cícero de Aquino, 58 anos de idade, artesão e membro da família do ilustre bacamarteiro, foi-nos contada um pouco da história de Emídio Ferreira da Silva que era ourives e comerciante, ofícios aprendidos com o pai.

Nascido em 17 de abril de 1905, em Bonito, passou a viver em Caruaru a partir de 1927, onde fixou residência na Rua Paraná, no bairro de São Francisco, ou “rua preta”. Analfabeto, Emídio conseguiu conduzir seus negócios com maestria, vivendo confortavelmente com sua esposa, Maria de Lourdes Brito e sua única filha Sueli Ferreira de Aquino. No comércio, vendia antiguidades, era ourives e também comercializa bacamartes em uma banca no marco zero da cidade.

Iniciou suas atividades como bacamarteiro aos 17 anos de idade, era apaixonado por Caruaru e suas tradições. Torcedor do time de futebol da cidade, o Central Sport Clube, ajudou na construção do estádio “Campo do Central” - hoje Lacerdão (Luís José de Lacerda) - o que quase lhe custou a vida. Durante os trabalhos, foi picado por uma cobra e acabou ficando cego de um olho e manco de uma perna, por causa do efeito do veneno que ele tentou reverter tomando por conta própria um litro de querosene.

O pesquisador Olímpio Bonald Neto, que foi amigo do Major Emídio, nos diz que ele era um homem rígido, temido pelos seus homens que não ousavam desobedecer as suas ordens, como a proibição de consumir bebidas alcoólicas durante as apresentações, fato bem comum hoje em dia. Também foi responsável, junto ao seu grupo, por apresentar aos quatro cantos do país a manifestação cultural.

Importante destacar que a patente de “Major” foi concedida, pois ele não era militar, era amigo de muitos militares, era o único bacamarteiro da cidade que tinha autorização do Batalhão da Polícia Militar para transportar o salitre, que era levado de Recife e entregue aos chefes dos demais batalhões para o preparo da pólvora.

O historiador Caruaruense Nelson Barbalho, escreveu sobre o Major Emídio, em dois de seus livros: *Meu povinho de Caruaru* (1980) e *Vasto Mundo* (1981) foram conversas informais que teve com o comandante dos brincantes da cidade e que relevam um homem rústico e espirituoso.

O Major Emídio faleceu em 20 de abril de 1980 aos 85 anos de idade. No dia do sepultamento, no cemitério Dom Bosco, bacamarteiros de toda a região vieram-lhe prestar as últimas homenagens, todos devidamente fardados e com o bacamarte nos ombros. Antes de morrer passou o comando do Batalhão nº 333 para o amigo e companheiro de grupo Cassimiro Pedro da Silva, também um guardião das tradições do folgado. Cassimiro deflagrava ribombos com o bacamarte desde os 12 anos de idade e ficou à frente do Batalhão nº 333 a pedido do amigo por 66 anos, até o seu falecimento em 19 de março de 2009, aos 86 anos de idade.

Para Bachelard, “a memória é um teatro do passado” e nesse cenário os personagens mantêm seu papel dominante. Assim, os nomes do Capitão Eliel e do Major Emídio do Ouro ecoam por entre os batalhões de toda a região já passados mais de 30 anos de suas mortes.

O comando dos batalhões não é repassado necessariamente observando uma sucessão pelo grau de parentesco. Como constatamos na pesquisa, alguns capitães não são parentes consanguíneos do anterior, se houver interesse do filho e o capitão achar que ele está preparado para assumir a responsabilidade, ele assumirá a liderança; caso contrário pode ser ocupada por um bacamarteiro do grupo.

Os critérios utilizados na escolha do novo capitão do grupo são pessoais, e cada comandante que será substituído faz uma avaliação própria, dentro das possibilidades de familiares, amigos que participam do folguedo e, caso seja um filho, não existe um critério de idade quanto a ser ou não o mais velho, podendo ser qualquer um dos filhos. No Batalhão nº 333, a sucessão na linha do parentesco só ocorreu quando João Barbosa passou o comando para seu neto, o capitão Eliel. Os outros comandantes eram integrantes do grupo e homens de confiança dos capitães que se sucederam. O Batalhão nº 41 segue a ordem do parentesco. Há três gerações o grupo é comandado pela mesma família. Pedro Galdino do Batalhão nº 139 relata-nos a forma da transmissão de comando:

Olhe! A passagem é o seguinte, quando pai morreu, ele já dizia, quando eu morrer, você continua, num deixe meu batalhão cair. Então eu disse: deixo não, eu tomo conta. Eu era o filho mais novo, tem dois irmãos mais velhos que eu. Por que num tem essa coisa de idade não, passa pra quem ele ver que tem condições de puxar o batalhão. Porque pai passou pra mim, o outro bebia, outro não chegava na hora certa, porque isso é um negócio que tem que ser pontual, tem que ter responsabilidade. Quando eu for embora, quem vai assumir é meu neto, eu entrego a ele o apito.

O neto de Pedro Galdino é ainda uma criança, mas ele já expõe sua vontade de ver o comando do batalhão permanecer na família, e caso seu neto não queira assumir, terá que escolher outro capitão, pois a “tradição não pode parar”. Há um comprometimento com o folguedo, algo de responsabilidade expresso nas palavras de Seu Pedro:

[...] se você marca uma festa, num tem esse negócio de você dizer, eu num posso ir não, pode morrer um bacamarteiro agora, num tem esse negócio de parar a festa não. Olhe, meu irmão morreu no dia que teve a festa da comemoração de Vitalino (homenagens feitas na cidade ao aniversário de 100 anos da morte do artesão), eu fui no carro com os bacamarteiros pra o velório, arrudiei lá com os bacamarteiros tudinho, o sanfoneiro tocando e ele ficou lá no caixão. Eu não podia ir pro enterro, porque eu estava com a responsabilidade lá na festa, que eu tinha marcado, uma reponsabilidade pra levar 20 homens pra lá, eu ia me torar? Porque meu irmão morreu num ia não era, ia deixar a festa sem bacamarteiro, num podia neh! É uma responsabilidade assim, se o chefe morrer também num tem problema não, o que tá vivo vai simhora, só morreu um, só fica o que tá morto, o resto vai simhora pra festa, quando terminar a festa vai pro enterro, num tem esse negócio porque morreu um não vai não. Quando entra o cabra no meu batalhão, eu digo logo a ele, não tem esse negócio porque pai morreu ou mãe morreu não, num é você quem vai enterrar, num é o coveiro que enterra? Pronto! Se quiser entrar é assim, eu digo logo assine aqui. Na hora de nós partir pode morrer cinquenta, num tem esse negócio morreu fulano e morreu sicrano não. Nós tem que fazer a festa.

O “exagero” na fala de Pedro Galdino nos faz pensar nas exigências impostas muitas vezes pelo poder público, uma agenda com hora marcada, apresentações para os turistas, emissoras de TV, impondo-se regras que nem sempre levam em consideração “o tempo” do folgado, que pode ter outra lógica que os organizadores dos grandes eventos desconhecem, ou não se importam.

Nesse sentido, é pertinente uma reflexão sobre a ‘hierarquia’ econômica nas diversas expressões culturais do país, em que a cultura tradicional ocupe um lugar de “inferioridade”. Isso fica claro nas diferenças nos cachês pagos aos mestres ou mestras da tradição e aos artistas de outras expressões, quanto vale a cultura da tradição na visão do estado.

Everaldo Silva, capitão do Batalhão nº 40, nos fala de valores: “Rapaz! O ano passado eles pagaram quatrocentos reais, aí com muita pejeja, a gente reclamou, eles pagaram quinhentos reais. Isso é pelo grupo todo, pode ter cinquenta pessoas, e pode ter vinte, então me diga o que a gente faz com esse valor? É difícil”.

Em Caruaru, as apresentações dos bacamarteiros era um evento público local e foram transformadas em espetáculo, uma ‘espetacularização’. De acordo com José Jorge de Carvalho:

Defino ‘espetacularização’ como a operação típica da sociedade de massas, em que um evento, em geral de caráter ritual ou artístico, criado para atender a uma necessidade expressiva específica de um grupo e preservado e transmitido através de um circuito próprio, é transformado em espetáculo para consumo de outro grupo, desvinculado da comunidade de origem. (2010, p. 47).

Assim, na espetacularização, dentre outras coisas, é dissolvido o sentido do que é exibido para o prazer do espectador. Esse processo de expropriação das culturas da tradição é algo ‘perigoso’ e precisamos ficar atentos a esse processo, o envolvimento do ‘mesmo’ com o ‘outro’.

4.3 Entre o sagrado e o profano.

Émile Durkheim ao analisar os ritos representativos ou comemorativos oferece duas reflexões sobre estas práticas coletivas: há ritos que são realizados com a pretensão de produzir algum efeito sobre a natureza; e existem ritos que são cumpridos unicamente para preservar uma tradição. Acentuando, no entanto, a dimensão social do rito, Durkheim

explica-o como um “conjunto de cerimônias que se propõe unicamente redespertar certas ideias e certos sentimentos, ligar o presente ao passado, o indivíduo à coletividade”, ajudando a “manter a vitalidade das crenças, para impedir que elas se apaguem das memórias, para revivificar os elementos mais essenciais da consciência coletiva”. Afirma ainda que “os ritos, são antes de tudo, os meios pelos quais o grupo social se reafirma periodicamente”. A religião é percebida a partir de sua função social. (DURKHEIM, 1996).

Assim, como sugere Mircea Eliade “O homem das sociedades tradicionais é, por assim dizer, um *homo religiosus*, mas seu comportamento enquadra-se no comportamento geral do homem” (1992, p. 20). Nesse sentido, é importante salientar que o sagrado, a veneração aos santos, e o profano - a dança, a bebida - estão presentes na festa de Santana e no folguedo. Contudo, o profano e o sagrado não se anulam, eles aparecem entremeados nas festas.

Ressalto que na festa de Santana há homenagens prestadas a divindades, sendo a mais cultuada São João Bastista, então teríamos a realização de um culto, e dentro dessa cerimônia de culto, compõem-se os rituais praticados pelos bacamarteiros.

Durante a pesquisa, todos os interlocutores expressaram de alguma maneira sua religiosidade, fazendo-nos perceber que o sentido do folguedo está diretamente ligado à veneração aos santos católicos. Todos rezam e pedem bênçãos, agradecem a Deus, São João, Santo Antônio, São Pedro, Santana por graças alcançadas, por estarem vivos. Mesmo que durante uma apresentação não tenha um momento com a celebração da missa ou recitação do terço, como acontece na festa do Sítio Cajazeiras, os bacamarteiros incluem no roteiro visitas a igrejas ou capelas, fazem coreografias na frente destes espaços sagrados e dão vivas aos santos, às vezes entram, retiram seus chapéus e em silêncio fazem suas preces.

Sebastião Torres, capitão do Batalhão 27, relata que sempre que sai de casa faz suas orações pedindo proteção e que não haja nenhum acidente, que voltem todos bem para casa. “Sempre a gente faz uma oração, reza aquele terço, acende uma vela e bota a foto daquele (Santo) que tá festejando naquele tempo. Digamos, tem São José, aí faz a fogueira de São José e faz o festejo, aí se junta uns dois ou três vizinhos com a família e vai festejar aquele santo”.

Há uma organização dos eventos na festa. A abertura é feita com a celebração de uma missa, a recitação do terço de Nossa Senhora. Nesse momento os folgazões estão na sala da casa, sem os chapéus, bacamartes encostados nas paredes do alpendre esperando o final da celebração. Quando a missa acaba, a sala dá espaço ao forró e os batalhões fazem suas coreografias no terreiro. A mesa está sendo posta e, um por um, os grupos entram. Dentro da casa, ao som do forró, os brincantes executam evoluções em volta da mesa, saúdam aos donos da casa e os santos dando vivas, e começam a degustar as comidas preparadas por D. Helena e suas ajudantes, sem dispensar um gole de cachaça; e são várias garrafas sobre a mesa.

Quando estão saciados, cada grupo permanece em média uma hora na sala de jantar da casa, eles saem em direção ao terreiro, é o momento que irão se preparar para efetuar os disparos com os bacamartes. Alguns bacamarteiros já estão embriagados, mesmo assim eles estavam na fila, esperando as ordens do capitão para atirar. Todos os batalhões da festa fazem o mesmo roteiro, depois todos estão “liberados” das obrigações com o grupo e podem ficar à vontade para comemorar cada qual à sua maneira.

Chovia muito na noite do dia 26 de julho de 2011 no Sítio Cajazeiras, isso fez com que o acesso a casa ficasse difícil. Porém, não percebemos nenhuma hesitação por parte dos folgazões já presentes que aguardavam pacientemente a chegada do padre para a celebração da missa, pois mesmo que ele não viesse, seria recitado o terço ou o ofício de Nossa Senhora pelas mulheres da casa. As festividades só começariam quando o “tempo sagrado”, a presença de atividades divinas fosse realizado. “O homem religioso sente necessidade de mergulhar por vezes nesse Tempo sagrado e indestrutível. Para ele, é o tempo sagrado que torna possível o tempo ordinário, a duração profana em que se desenrola toda a existência humana”. (ELIADE, 1992, p. 79).

Logo após o ritual de celebração aos santos, abre-se espaço para a programação profana: danças, comidas, bebidas. Entregues aos “prazeres da carne” os folgazões e todos os participantes da comemoração aproveitam a noite inteira. Fomos informados por D. Helena que há uma capela, distante um quilômetro da casa, que foi construída por seu pai. A capela é dedicada a Santana, e é costume dos grupos, no raiar do dia seguinte à festa, por volta das 6 horas da manhã, irem até o local prestar homenagens. Mas, como chovia muito neste dia, esse ritual não foi realizado.

O homem religioso vive assim em duas espécies de Tempo, das quais a mais importante, o Tempo sagrado, se apresenta sob o aspecto paradoxal de um Tempo circular, reversível e recuperável, espécie de eterno presente mítico que o homem reintegra periodicamente pela linguagem dos ritos. (ELIADE, 1992, p. 64).

A festa faz parte do calendário do folgado no município. Todos os anos, após o mês de junho, os bacamarteiros já sabem do compromisso de celebrar a São João através da comemoração ao dia de Santana e fechar o calendário de apresentações. Dona Helena nos relata que aquela casa, a casa em que vive e pertenceu aos seus pais, não é dela, mas de Nossa Senhora da Conceição e São João Batista. Fala sobre a religiosidade das festas em sua casa.

Ave Maria! Meu filho da minha alma, meus santos são tudo pra mim, meus santos do céu e da terra. Frei Damião, Nossa Senhora da Conceição, São João Batista, tudo me proteja a mim e a nós todos. Todo ano dia 12 de fevereiro eu mando celebrar a missa de mamãe (falecimento) aqui nessa sala, no dia 10 de agosto é a de meu pai, e no dia da festa de Senhora Sant' Ana, tem a missa dos chefes que já foram falecidos. O padre vem celebrar a missa pra poder continuar a festa.

Há celebrações religiosas também fora do período junino, em outros locais, que alguns batalhões de Caruaru participam. De acordo com Antônio Bezerra, do batalhão nº 27.

Dependendo do batalhão e do dono, pode festejar outros santos, o chefe decide. Em janeiro se festeja São Sebastião, então tem batalhões que vão as festas dele. Por exemplo, nós já fomos convidados a participar de festas do padroeiro de Altinho e outras cidades onde São Sebastião é o padroeiro, quando chega o dia 19, dia de São José, que é o padroeiro do agricultor, é um dia muito forte também. Então, às vezes a gente recebe algum convite, ali se faz uma fogueira, se reza o terço, até na capela do Murici (distrito do município) tem essa tradição, então começa por ai. Aí vamos dizer que já é uma prévia para o São João, um ensaio para o São João. Agora, São João é o principal neh! São João você sabe que é o forte mesmo.

É difícil precisar, em poucas palavras, o que representa para os bacamarteiros a fé, a devoção aos santos e especificamente a São João Batista. Está ligada à sua própria existência. Mircea Eliade (1992) observa que “Seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real”.

Porém, ainda de acordo com ELIADE “o homem moderno a-religioso assume uma nova situação existencial: reconhece-se como o único sujeito e agente da História e rejeita todo apelo à transcendência”. Nesse sentido há uma oposição, contudo: “o homem a-

religioso desce do *homo religiosus* e, queira ou não, é também obra deste, constituindo-se a partir das situações assumidas por seus antepassados”. Assim, “o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos”. O que houve foi uma dessacralização da existência humana. (ELIADE, 1992, p. 79).

Sagrado, profano, tradição, contemporaneidade, é nessa teia de relações, que procuramos compreender a dinâmica sociocultural do folguedo, por isso a “religação dos saberes” é “[...] fundamental para o pensamento complexo, pois, [...] é sempre biodegradável, redefine-se a todo momento, funda-se na dialogia, na recursividade e no holograma, operadores cognitivos a serem simultaneamente acionados em qualquer pesquisa, ensaio, tese, conferência” (CARVALHO, 2003).

4.4 Tradição e Contemporaneidade.

O conceito de tradição é apresentado neste trabalho em consonância com o ideário de Georges Balandier (1997) no qual a tradição não se encontra aprisionada no passado, a tradição é ‘viva’, muda e permanece, ela “renasce sem cessar”. Nesse sentido, partimos da premissa de que “[...] todo e qualquer saber é construído no vivido, na experiência; por isso o pesquisador deve focalizar seu olhar na ação: é na *práxis* que os integrantes dos grupos socioculturais criam seus próprios balizamentos.” (NOGUEIRA, 2010, p. 131).

Segundo Claude Lévi-Strauss (2008, p. 317), “no nível da observação, a regra principal – poder-se-ia mesmo dizer a única – é que todos os fatos devem ser observados e descritos, sem permitir que os preconceitos teóricos alterem sua natureza”. Assim, descrevemos o que vimos e ouvimos durante as observações, deixando-nos influenciar minimamente.

Durante o início da pesquisa, quase todos os interlocutores fizeram referência à festa realizada no Sítio Cajazeiras. Por ser uma festa ‘tradicional’, esta era a palavra usada, lá poderíamos observar à essência do folguedo, a religiosidade, as danças, diferenças entre os grupos urbanos e rurais. Nas falas fica evidente a diferença nas apresentações, a apresentação para turistas na cidade e a festa dos folgazões em ‘casa’.

No que tange as diferenças entre os grupos urbanos e rurais, podemos apontar alguns aspectos. A roupa usada é a mesma, os adereços, a religiosidade está presente no folquedo, independente de ele ser urbano ou rural, também as coreografias, a diferença está na forma como a celebração acontece, o ritual é mais ‘completo’ há uma liberdade para exercitar a celebração que nas apresentações urbanas não acontece. Devido ao espaço físico e no formato que os festejos juninos estão sendo organizados atualmente na cidade, uma apresentação para turistas.

A curiosidade cresceu e nos dirigimos até a ‘famosa’ celebração. Então, em uma tarde de raios e trovões, com dificuldade em conseguir um transporte até o local, eis que surge uma moto-táxi e o condutor nos informa que conhece o lugar e que todo o ano vai à festa. A observação foi feita das 16h do dia 26 às 8h do dia 27 de junho de 2011. Pode-se constatar que o tradicional e o contemporâneo estão presentes na festa.

O tradicional e contemporâneo não se anulam, e ao trazer à discussão tal reflexão temos o intuito de demonstrar as tensões ocorridas na festa, no que tange especificamente ao que seria tradicional e contemporâneo, a partir da visão dos folgazões e dos frequentadores. Não é intenção deste trabalho traçar a origem de tais tensões, o que seria pertinente em estudos posteriores, com uma análise mais detalhada.

A festa acontece em três setores: a casa, onde é realizada a missa, servida as comidas e bebidas aos brincantes e o forró pé-de-serra “o povo diz que esse é o forró dos veio, mas aqui dança tudo novo e veio” (Zé Benedito); o terreiro em frente a casa que abriga as barracas onde são comercializadas as comidas e bebidas e funciona como um espaço de circulação de pessoas, e das apresentações dos batalhões; e uma pequena construção onde os jovens delimitaram seu espaço de sociabilidade, para namorar, paquerar e ouvir o forró estilizado, é nesse espaço que a banda enviada pela Prefeitura de São Caetano se apresenta, nesse ano especificamente não houve apresentação.

O contemporâneo estaria representado pelos jovens, com seu estilo de se vestir, nas preferências musicais que acabam influenciando na dinâmica da festa e também pela espetacularização; enquanto o tradicional seria os brincantes, nas roupas, pelo forró pé de serra. No entanto, o diálogo do ‘novo’ com o ‘velho’ é constante. Há uma circularidade entre os espaços, evidenciando que a tradição é viva.

O gosto pelo ritmo do forró é comum entre os bacamarteiros. Durante a Festa de Santana não há só o forró tradicional, “forró de velho”, nas palavras de José Benedito, também há espaço para o forró estilizado. Esta “abertura” aos novos ritmos que agrada aos jovens da região que frequentam a festa, não agrada a Bento Martins, capitão do Batalhão nº 33, que frequenta a festa desde os dezessete anos de idade.

Ah! sem o trio de pé-de-serra não é São João não. Fui fazer uma visita a ele (José Benedito) que ele está operado, e ele falou pra mim: Seu Bento, vamos ver se nós acaba com isso (com o forró, estilizado). A festinha da Cajazeiras de seu Zé Benedito, é uma tradição pra sanfoneiro pé-de-serra, eu já cheguei a brincar alí. Eu conheço aquilo a muitos anos, 1956 eu comecei a brincar lá, rapazinho, jovem, porque eu via que ali era tradição pra sanfoneiro pé-de-serra, depois que o tempo vai passando e trazendo mais coisas, muito diferente do que era antigamente, aí já tão botando alí, coisas diferentes, eu disse olhe aquilo num presta, num dá certo, aquilo tem que ser uma tradição de pé-de-serra, eu digo, eu sei disso, eu já falei isso. Era tão bom, quando era de primeiro, a gente chegava lá, cada uma barraca daquela era um sanfoneiro, um bacamarteiro, 8 ou 10 batalhões de bacamarteiro, era 8 ou 10 forró que tinha lá. Numa barraca daquela, sentava um sanfoneiro e dizia vamos dançar. Mas hoje em dia num tem mais isso, ninguém quer saber mais a tradição de sanfona. Tem um teclado, com essas musicas, tão [...] é o que a malandragem quer, aquilo alí num é pra gente que dá valor ao forró pé de serra, quem dança uma coisa daquela não sabe o que é o forró pé-de-serra. Você olhe uma dança daquela e vá pra um forró pé de serra que você vai ver a diferença, então aquilo alí atraí muita coisa que não presta, o maconheiro, como eu falei pra Zé Benedito, segunda feira agora fez 15 dias, eu disse pra ele em Maniçoba, fui fazer uma visita a ele, falei pra ele, eu digo olhe Zé, enquanto existir esse tipo de música lá eu não vou. Eu só faço parte de sua festa e lhe ajudo como eu venho ajudando todo ano, no que eu puder ajudar, por que eu levava bolo, refrigerantes, caixas e fardos de bebidas, isso é seu pra sua festa, nunca me ajudou com nada, mas eu ajudo a festa dele. Enquanto existir uma coisa daquela que a gente não possa entrar com uma família, umas dança escandalosa, é um nojo, cabra de bermuda e camiseta, outros sem camisa, cheio de tatuagens, um boné [...] pelo amor de Deus rapaz isso aí num faz parte do que é bom não. Aí ele disse que esse ano, vai acabar com isso, disse que ia a São Caetano, ia pedir ao Prefeito de lá, o prefeito é quem manda uma banda pra lá, uma banda não, uns cabra safado, disse que ia dizer que não mande mais essas bandas fuleiras pra festa dele não, que lá, quem manda é ele, e ele não quer, ele quer a tradição pé-de-serra, eu digo aí tá certo, aí conte comigo Zé, aí conte comigo que eu dou apoio a você.

Existe a preocupação em organizar a festa, inclusive por parte de Zé Benedito, essa organização acabaria possivelmente com o espaço delimitado pelos jovens, mas não por causa da música, e sim por questões de segurança, problemas com o álcool, Dona Maria Helena, 49 anos, que comercializa no local, nos conta que:

Essa festa é tão boa, todo ano eu venho vender umas coisinha aqui, desde que eu vim morar no Alto do Moura, eu venho com meu filho, é muita gente, tem jovem, os bacamarteiros são animado neh! É bom que a gente vende umas coisinha, tem ano que tem até banda, aí é que dá gente mesmo, mas esse ano num veio neh! [...] agora devia ter uma segurança neh! Porque tem muita gente,

gente jovem que bebe neh! Aí fica por aí, as vezes faz besteira, tem confusão, e os dono daqui já estão velhinho , não aguenta mais isso.

Constatamos que não há nenhum tipo de segurança, fomos informados que é feita a solicitação a Fundação de Cultura, e que às vezes um carro da polícia militar vai até o local para algum tempo e depois vai embora. Nesse dia presenciamos duas brigas causadas exatamente entre jovens, um deles estava armado, felizmente os amigos e parentes conseguiram contornar a situação e não aconteceu nada mais grave.

Os jovens que frequentam o local tem em média dezoito a vinte e cinco anos, e são a maioria vizinhos, filhos e parentes dos folgazões, alguns vêm de São Caetano e Caruaru por conhecerem a festa ou mesmo serem amigos dos frequentadores. Conversamos com Henrique Neto, 20 anos, estudante.

Essa festa eu conheço há uns dois anos, eu sempre ouvi dizer que era boa, mas também diziam que só tinha velho (risos), mas como eu moro perto, aqui no Alto do Moura, aí eu disse vou ver lá, e chamei uns amigos e a gente veio, gostou, e todo ano, se eu tiver por aqui eu venho, é massa! [...] Agora tem muita gatinha também, neh! A gente paquera, vem pra cá e namora um pouquinho, dança forró que é bom. Esse ano num tá muito bom porque não tem banda e também choveu muito, quase que nos num chega aqui, é lama lá embaixo.

Também ouvimos o relato de Junior, 22 anos, estudante que mora em São Caetano.

Rapaz, essa festa é boa, eu vim com uns amigos, tem muita gente neh! Tem forró, a gente dança e tudo, é bom. Toma uma cervejinha gelada, como um espetinho, tem muita menina bonita aí, curtir a vida neh! [...] com essa coisa de segurança, isso depende neh! Tem confusão em todo lugar que tem bebida, todo forró geralmente dá briga, tem uns cara aí que bebe demais e começa fazer besteira, mas nos vem pra se divertir, tem o forró daqui (pé-de-serra), tem o forró ali (estilizado), eu vou nos dois, pra mim tanto faz, tem os tiros aí que é legal neh, é cada pipoco, tem véi ai com 80 anos dando tiro, (risos) é bonito.

Estes frequentadores não estão muito preocupados com o conceito de tradicional ou contemporâneo, nem o que os bacamarteiros estão fazendo, consomem a festa de maneira livre, apenas como um espaço para se divertir, beber, quem sabe conseguir uma namorada, a festa tem esse poder agregador.

Falando em tradição, até o momento não foi explorado no trabalho a temática de patrimônio imaterial, no entanto faz-se pertinente abordar o tema, visto que o folguedo está

inserido dentro dos conceitos de patrimônio imaterial formulados pelos órgãos institucionais e pela relevância enquanto expressão cultural na região agreste do estado.

Há um movimento recente de estudiosos da área de patrimônio e instituições do estado ligadas ao tema que tem se preocupado em proteger bens culturais que apresentam as diversas expressões formadoras da identidade nacional buscando formas legais de preservação e salvaguarda desses bens e de um instrumento técnico que estabelece uma identificação sistemática, por meio da implantação do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais.

Nesse contexto, os batalhões de bacamarteiros do agreste são percebidos neste trabalho como estando “simbolicamente associados às ideias de “identidade” e “memória” nacional”. E de acordo com a ideia de “aura” formulada por Walter Benjamin, há nos grupos uma ênfase na “singularidade” e na “permanência”, pois “a aura de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado”.

O conceito de patrimônio cultural está intimamente relacionado ao conceito de cultura, tal como preconizado por Tylor, ou seja, como tudo o que caracteriza uma população humana ou como um conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de cada formação social.

De acordo com Aloísio Magalhães “entre os bens imóveis e móveis preservados pelo valor histórico e os bens culturais particulares de criação espontânea individual que compõem nosso acervo artístico, existem bens e manifestações populares que não são reconhecidos, nem pela primeira nem pela segunda categoria que, no entanto, é a alma viva que faz pulsar a nação” (1985).

Ressalto que não é a proposta do trabalho apresentar o folguedo como patrimônio imaterial nacional, no entanto, parece-nos pertinente refletir sobre, abrindo espaço para trabalhos futuros. Aqui, apontamos que os grupos de bacamarteiros de Caruaru fazem parte de uma grande quantidade de manifestações culturais ainda a ser desvendada e reconhecida sua importância em nível nacional.

O prazer em ouvir os relatos, em acompanhar algumas apresentações, perceber sobretudo a ‘paixão’ que os move, ser bacamarteiro é uma honra para os brincantes,

ostentam com orgulho esse *status* e com um brilho no olhar, com ar sereno, eles seguem protegendo a todos nós, são os ‘soldados’ brincantes do interior do Brasil.

O prazer de deflagrar os tiros de bacamarte, dançar forró, festejar em homenagem aos santos, o que é *Ser Bacamarteiro*? Estes depoimentos falam mais do que de uma tradição, eles dizem sobre a vida desses personagens fascinantes: “Até hoje acompanhei e tô até essa data que tô, e só deixo quando não puder mais, quando eu não poder sair mais eu fico na minha cama sentindo, sentindo (risos), isso é bom demais, num tem festa melhor.” (Zacarias Oliveira, Batalhão nº 27).

Olhe! ser um bacamarteiro, é a pessoa gostar da tradição que vem de raiz, raiz é família, se você tem um pai que é atirador, um irmão que é atirador, ele morreu, deixou aquele bacamarte e você tem que continuar que é pra provar que é um bacamarteiro de verdade. Eu gosto sabe por quê? Porque desde pequeno que eu atiro, eu não gosto de outra festa, a minha festa é só o bacamarte, quando tiver um negócio com bacamarte eu já tô lá. Às vezes eu não viajo com o grupo todo, porque todo mundo trabalha e eles não podem largar o serviço pra ir, então vai outro chefe e eu fico como bacamarteiro, em outro batalhão, até Seu João, do Batalhão nº 333 também só foi como atirador, porque não dava pra levar um batalhão. É bom demais. (Pedro Galdino, Batalhão nº 139).

Na tarde em que estávamos na Festa de Santana, chegou um carro trazendo um bacamarteiro, soubemos que era José, 68 anos, compadre de Zé Benedito. Ele ficou paraplégico e todos os anos, a sua esposa, Dona Angélica, o veste com sua farda, e ele fica em uma cama em um quarto com vista para a sala onde pode ouvir e ver o que acontece, mas infelizmente não pode mais participar como antes. “É pelo prazer que ele quer vir, desde que ele ficou assim que eu venho com ele, arranjo um carro para trazê-lo e venho” relata sua esposa. É um sentimento que vai além de explicações lógicas, racionais. Ângela Souza, do Batalhão nº 27 relata que:

Olhe! pra falar a verdade eu me sinto a rainha dos bacamarteiros. Não vou mentir (risos) tá entendendo. Mesmo me vestindo de homem, fazendo papel de homem, mas sempre fica a mulher dentro de mim neh! E todo mundo que vê, nas festas fica olhando, é legal porque onde você chega chama a atenção, eles dizem: Oxi!, olha uma mulher! (risos). É legal, eu me sinto nas alturas, eu sempre falo, ei! chegou a rainha, eu sou a rainha dos bacamarteiros. (Ângela, Batalhão nº 27).

Ao falar sobre como se sentem sendo bacamarteiros, os folgazões fitam o olhar ao longe e param por alguns segundos, como que procurando uma resposta que abarcasse a emoção e o sentimento de prazer em *Ser Bacamarteiro*.

Eu não sei nem explicar, pra mim é uma grande tradição, é uma grande coisa, porque sem os bacamarteiros eu não sou nada, eu sozinho com esses treco no meio da rua o povo diz: aquele homem é doido. O que dá força a gente é os bacamarteiros, a gente ser uma boa pessoa e continuar festejando nessa tradição. (Zé Benedito, Batalhão nº 41).

[...] pra mim é uma coisa que eu gosto, é um folclore que eu gosto, essa tradição é antiga. Eu me criei vendo aquilo, o pessoal brincar dia de São João, quando eu fui crescendo já fui tendo aquela vontade de atirar com um bacamarte, não só eu como os rapazes da minha época, aí é uma coisa que eu gosto mesmo, é um folclore que eu gosto mesmo de brincar, não importa o quanto eu gasto ou deixei de gastar, não! Eu estando brincando pra mim tá bom, é bom demais. (João Saturnino, Batalhão nº 333).

No final da festa, por volta das sete horas da manhã, os grupos que ainda estavam no sítio, incluindo o Batalhão nº 27, ficam juntos no terreiro e se despedem de todos. A música da despedida, composta por Zacarias, do Batalhão nº 27, é cantada por todos. “Fui eu que fiz, todo ano, onde a gente tá todo mundo pede, é muito bonita”.

Adeus, Adeus, Adeus que eu me vou
Adeus, Adeus, Adeus que eu me vou
Diga até para o ano se nós vivo for (Refrão)

Cadê a Dona da casa que eu não vejo ela falar
Cadê a Dona da casa que eu não vejo ela falar
Está debaixo da roseira coberta de roseira

Senhora dona da casa queira me desculpar
Se o nosso festejo não foi de lhe agradar

Vou-me embora, Vou-me embora pedir a Deus soberano
Vou-me embora, vou-me embora pedir a Deus soberano
Meu senhor dono da casa adeus até para o ano.
(Domínio Público).

‘Adeus que eu me vou, até para o ano se nós vivo for’, o verso de despedida cantado pelos folgazões fala de incertezas, de estar novamente na festa no ano vindouro. No entanto o folguedo é mantido através desses ‘narradores’ que têm a responsabilidade de transmitir a tradição por meio de histórias, que alimentam o sonho, a fantasia, e fortalecem a identidade cultural de seu povo.

Tudo está relacionado, conforme preconiza Edgar Morin (2000) e sua epistemologia da complexidade: “todas as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas

são mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um laço que conecta umas as outras, inclusive as mais distanciadas”. O rural e urbano, tradicional e contemporâneo, sagrado e profano, arte, performance: Bacamarteiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os grupos de bacamarteiros da cidade de Caruaru não foi uma tarefa fácil, haja vista a complexa teia de significados que envolvem o folguedo. No entanto, a incursão no campo foi reveladora de muitas inquietações que foram objeto deste estudo. A oralidade foi o fio condutor, reveladora dessa ‘tradição viva’ que produz conhecimentos sobre o passado, que dialoga com o presente e forja o futuro. A história, os ‘causos’, as lembranças, tornaram a palavra viva e visível (NOGUEIRA, 2010).

Assim, recorreremos à história oral, à memória dos ‘sábios da tradição’ para compor os dados ora apresentados, buscando os elementos mais recorrentes nas narrativas para uma análise mais segura. Mesmo considerando a limitação imposta à pesquisa, por não haver documentos históricos sobre a origem da manifestação cultural, atestamos não haver prejuízo, pois ‘[...] as narrativas míticas não são histórias que voltam as costas à realidade, mas uma estratégia de ver, pensar e ordenar o mundo’ (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 31).

Dentre as versões sobre a origem do folguedo, destacamos a Guerra do Paraguai e o nascimento de São João Batista, eventos recorrentes nas falas dos interlocutores. É importante ressaltar que a citada guerra imprimiu indeléveis marcas no país, o que se convencionou chamar de ‘O ciclo folclórico da grande guerra’ que pode ter influenciado estes homens, bem como a forte tradição de festejos juninos pelo interior do Nordeste. Por isso, diante dos dados coletados, somos levados a crer que o folguedo foi criado por pessoas da zona rural que acabaram por agregar diversos elementos culturais provenientes dos mitos da região.

Ao longo deste trabalho, tentamos mostrar a trajetória dos bacamarteiros do agreste que trazem em si uma religiosidade que faz do folguedo uma celebração aos santos festejados no período junino, com ênfase a São João Batista. Para tanto, poderíamos mesmo sugerir que o significado que os folgazões atribuem a esta tradição é religioso, é a festa do nascimento do profeta do rio Jordão. Também celebram o inverno, quando generoso, agradecendo pela colheita do milho, do feijão, pelas chuvas nas terras ressequidas do interior do Nordeste.

O estudo serviu também para evidenciar várias insatisfações por parte dos bacamarteiros com relação à atuação do poder público municipal. Pudemos constatar quais as ações desenvolvidas pela Fundação de Cultura, a política cultural direcionada ao folguedo. Nesse sentido, os argumentos aqui defendidos podem servir como base para uma política mais efetiva do poder público com a Associação dos Bacamarteiros em benefício dessa tradição tão expressiva na cultura regional.

Dominados pelo mito e pela paixão, Zé Benedito, Zacarias Oliveira, João Saturnino, Bento Martins, Pedro Galdino, personagens anônimas, são responsáveis, verdadeiros guardiões dessas tradições no agreste no estado. Nossa intenção foi também realizar um estudo que fosse além das belas apresentações, dos ritos do folguedo, mas sobretudo inserir a vida dos folgazões no texto.

A intenção deste trabalho, reservados seus devidos limites, é portanto, de contribuir, no conjunto da literatura que trata do tema, para mostrar a força com que esta manifestação da tradição se mantém no município e de fornecer subsídios para o debate teórico em antropologia acerca de como a tradição se atualiza, adapta-se e resiste na contemporaneidade.

“As definições precisas empobrecem a realidade e de algum modo a desumanizam”. (BARRIO, 2005). Esta dissertação é um trabalho inconclusivo. Os dados aqui compilados irão se somar às pesquisas já existentes. Portanto, faço apenas algumas considerações com o intuito de abrir possibilidades para outras análises e outras interpretações sobre a manifestação cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. (1985). **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: J. Zahar.

ALBERNAZ, Lady Selma; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. (orgs). (2010). Dossiê: Cultura Popular. Ano 14, v. 21 (1), **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPE. Recife: Bagaço.

ANDRADE, M. (1982) As Danças Dramáticas no Brasil In: **Danças Dramáticas no Brasil** – Tomo I, 2a. ed., Belo Horizonte: Itatiaia / Brasília: INL.

BACHELARD, Gaston. (2008). **A poética do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes. 242 p.

_____, (2004). **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 316 p.

_____, (1991). Prefácio para Dois Livros: A Imaginação Material e a Imaginação Falada. In: **A Terra e os Devaneios da Vontade: Ensaio sobre a imaginação das Forças**. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

BAKHTIN, Mikhail. (2008). **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 6. Ed. São Paulo: Hucitec.

BALANDIER, Georges. (1997). **A Desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BARRETO, Jose Ricardo Paes; PEREIRA, Margarida Maria de Souza. (2002). **Festejos Juninos: uma tradição nordestina**. Recife: Nova Presença. 148 p.

BENJAMIM, Walter. (1994). **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense.

BOSI, Ecléa. (2007) **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 14. Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

BONALD NETO, Olímpio. (2004). **Bacamarte, pólvora e povo**. 3. Ed. Recife: Bagaço.

_____. (1965). **Os Bacamarteiros**. Recife : IJNPS.

_____. (1987). Os Bacamarteiros. In: **Ciclo Junino**. Leny de Amorim Silva (org.). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.

CANCLINI, Nestor Garcia. (1983). **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2011). **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Edgard de Assis. (2003). **Enigmas da Cultura**. São Paulo: Cortez.

CARRIERE, Jean-Claude. (2004). **O Circulo dos Mentirosos: contos filosóficos do mundo inteiro**. São Paulo: Ed. Conex.

CASCUDO, Luis da Câmara. (1988). **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia.

COSTA, Maria das Graças Vanderlei da. (2009). **Os caretas de Triunfo: a força da brincadeira**. Recife: Ed. do Autor.

CUNHA, Euclides da. (2005). **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo: Martin Claret.

DURAND, Gilbert. (2001). **O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel.

DURKHEIM, Émile. (1996). **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes.

ELIADE, Mircea. (1992). **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. (2010). **História da Antropologia**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, Jerusa P. (2003) Cultura e Memória In: **Armadilhas da Memória e Outros Ensaio**. São Paulo: Ateliê Editorial.

GOLDEBERG, RoseLee. (2006). **A arte da performance: do futurismo ao presente**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.

GROSSI, Miriam Pillar. (1992). Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: **Trabalho de Campo e Subjetividade**. Florianópolis: UFSC.

HALL, Stuart. (2005). **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HALBWACHS, Maurice. (2003). **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro.

HERÁCLITO. (2002). **Heráclito – Fragmentos Contextualizados**. Trad. Alexandre Costa. Rio de Janeiro: Difel. 288 p.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). (1997). **A Invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HUIZINGA, Johan. (2008). **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva.

LABURTHE-TOLRA, Philippe; JEAN-PIERRE, Warnier. (1997). **Etnologia – Antropologia**. Trad. Anna Hartmann Cavalcanti. 3. Ed. Petrópolis: Vozes.

LAPLANTINE, François. (2007). **Aprender Antropologia**. Trad. Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense.

LATOUR, Bruno (1994). **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 149p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (2008) **Antropologia Estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify.

_____. (1997). **Olhar, escutar, ler**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

MAGALHÃES, Aloísio. (1985) **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MAUSS, Marcel. (1974). **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU.

_____, (2001). **Ensaio sobre a dadiva**. Lisboa: Edições 70.

MILLS, C. Wright. (2009). **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MORIN, Edgar. (2005). **Cultura de Massas no Século XX: Neurose**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2009). **Cultura de Massas no Século XX: Necrose**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2002). **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 6. Ed. São Paulo: Cortez.

MARCUS, George E., **O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 16 out. 2012.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. (2002). **O Cabreiro Tresmalhado: Ariano Suassuna e a universalidade da cultura**. São Paulo: Palas Athena.

_____. (2008). **Almanaque toda a oficina da vida**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife.

PEIRANO, Mariza. (2003). **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2002). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais** (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

PITTA, Danielle Perin Rocha. (2005). **Iniciação à Teoria do Imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica.

SILVA, Paula Bezerra da. (2007). **Bacamarteiros: um tiro de guerra que se fez arte**. Caruaru: Monografia [Curso de Jornalismo] - Faculdade do Vale do Ipojuca.

SILVA, Vagner Gonçalves da. (2006). **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. 1. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SUASSUNA, Ariano. (2009). **Iniciação a estética**. 10. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 396 p.

TURNER, Victor W. (1974). **O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura**. Petropólis: Vozes.

ZUNTHOR, Paul. (1997). **Tradição e Esquecimento**. São Paulo: Hucitec.

_____. (2007). **Performance, recepção, leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. 2. Ed. São Paulo: Cosac Naify.

ANEXOS

ANEXOS:

1. Lista de instituições pesquisadas.
2. Lista dos entrevistados.
3. Lei Municipal Nº 2.536 de 21 de maio de 1979, que institui o Dia Municipal do Bacamarteiro.
4. Lei Municipal Nº 3.926 de 05 de julho de 1999, que institui o Dia Municipal do Bacamarteiro: Antônio José do Nascimento.
5. Guia de Tráfego coletiva do batalhão nº 333, expedida pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro – Delegacia do Serviço Militar de Caruaru.
6. Fotografia de batalhões nas décadas de 1960/70, com destaque para o Capitão Eliel Alves de Azevedo e o Major Emídio do Ouro.
7. Fotografias.
8. Mapa do estado de Pernambuco.
9. Mapa da cidade de Caruaru.

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Biblioteca Central da UFPE.

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação da UFPE.

Biblioteca Pública de Caruaru-PE.

Fundação de Cultura e Turismo – Prefeitura Municipal de Caruaru.

Casa de Cultura José Condé, Caruaru –PE.

Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE.

LISTA DOS ENTREVISTADOS:

- NETO, Olímpio Bonald. Entrevista realizada em Olinda, jun. 2011;
- VASCONCELOS, Djair. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 28 julho 2011;
- FERREIRA, Rosa. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 28 julho 2011;
- EUZÉBIO, Josué. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 16 fevereiro 2012;
- BEZERRA, Paula. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 29 julho 2011;
- SILVA, Pedro Galdino. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 15 fevereiro 2012;
- BEZERRA, Manoel. Entrevista realizada em Caruaru, julho 2011;
- TORRES, Sebastião. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 24 junho 2012;
- OLIVEIRA, José Zacarias. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 11 abril 2012;
- AQUINO, Josemar. Entrevista realizada em Caruaru, junho 2012;
- SANTOS, José Manoel. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 24 junho 2012;
- SILVA, Everaldo. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 20 março 2012;
- SANTOS, Helena Severina. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 11 junho 2012;
- SILVA, Bento Martins. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 20 março 2012;
- SILVA, Antônio Bezerra. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 11 abril 2012;
- SOUZA, Ângela Maria. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 11 abril 2012;
- MORAIS, Alexandre. Entrevista realizada em Caruaru, aos dias 20 março 2012.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU

Administração Drayton Nejaim
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.536

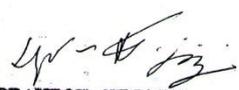
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU,
"Faça saber que a Câmara Municipal
desta cidade decretou e eu sancionei
a seguinte Lei":

ARTIGO 1º - Fica criado o dia de Bacamarteiro, em Caruaru, que será no último domingo do mês de junho de cada ano.

ARTIGO 2º - A Secretaria de Turismo e Esporte do Município de Caruaru, fica obrigada a promover um festival folclórico, participando não só a classe dos Bacamarteiros, mas sob todo modo, todas as agremiações que façam parte do nosso folclore, com a finalidade de apresentar aos turistas e ao povo em geral, as tradições de nossa terra.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU, em 21 de maio de 1979.


BEL. DRAYTON NEJAIM

- PREFEITO -

rga/.



LEI N° 3.926

EMENTA: Dá nova redação a dispositivo da Lei n.º 2.536/79 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 1º, da Lei n.º 2.536, de 21 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** - Fica criado, em Caruaru, o Dia do Bacamarteiro ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO, que será comemorado no dia 24 de junho de cada ano, concomitantemente com o Dia de São João”.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU, em 05 de julho de 1999.


João Lyra Neto
Prefeito



*Arquivado
Fun celt*

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO LOGÍSTICO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS**

GUIA DE TRÁFEGO COLETIVA Nº 002/2012 – SFPC/8ª Del SM/21ª CSM

VALIDADE: 18 MAR 12.

Dados do Proprietário: João Saturnino Filho
NOME DO PROPRIETÁRIO: 333º Batalhão de Bacamarteiros de CARUARU
NÚMERO DO REGISTRO: Bacamarte (Arma de fogo obsoleta)
NÚMERO DE IDENTIDADE-RG: Conforme relação anexa
NÚMERO DO TELEFONE: 81/92678498
 Local de origem: CARUARU-PE

DATA E LOCAL DE DESTINO: Dia 18 MAR 12- RECIFE/PE

Permissão para tráfego de arma obsoleta (bacamarte), para uso exclusivo em apresentações do grupo folclórico.

Produto	Nº Série	Espécie	Calibre	Qtidade	Marca
Réplica de Arma obsoleta	-	- Bacamarte	.10	17	-
Cart pólvora e espoleta	-	- Munição	-	100 Cart	Fab caseira

<p>SELO DE AUTENTICIDADE</p> <p>SELO DE AUTENTICIDADE DE GUIA DE TRÁFEGO</p> <p>PESSOA FÍSICA MINISTÉRIO DA DEFESA EXERCITO BRASILEIRO COLOGIDFPC</p> <p>Nº 00.834.531</p>	<p style="text-align: center;"><i>Ribamar Juvino Bandeira</i></p> <p style="text-align: center;">RIBAMAR JUVINO BANDEIRA – 1º TEN Delegado de Serviço Militar – 8ª Del SM/21ª CSM</p> <p style="text-align: center;">Caruaru-PE, 13 de Março de 2012.</p>
--	--

Instruções:

- 1) No caso de transporte aéreo, apresentar mais 3(três) vias ao Comando da Aeronáutica/Empresa aérea
- 2) As alterações devem ser anotadas no verso;
- 3) Amparo Legal Art. 24 da Lei 10.826, de 22 de Dezembro 2003.

NÃO VALE COMO PORTE DE ARMA

✓CHOCALH

BATALHÃO 333 CARUARU
Chefe: Cassimiro Pedro da Silva

Nº	NOME	DOCUMENTAÇÃO	
		RG	CPF
	João Saturnino Filho	5.585.717 SSP-SP	560.682.128-15
	José João da Silva	1.422.481 SSP-PE	358.805.704-87
	José Tomé da Silva Neto	1.243.026 SSP-PE	008.797.064-30
	Luiz do Amaral Ramos	2.142.635 SSP-PE	212.137.044-72
	Manoel José de Andrade	710.303 SSP-PE	
	Pedro José da Silva	1.150.496 SSP-PE	153.334.854-53
	Severino Fabrício de Oliveira	2.563.301 SSP-PE	358.805.114-72
	Elifas Lima Cavalcante	6.520.291 SSP/PE	040.571.754-74
	Reginaldo Mendes da Silva	7.517.743 DS/Pe	066.343.064-00
	Inácio Gomes da Silva	1.672.158 SDS/PE	900.418.954-87
	Williane Nair da Silva	8.573.918 SDS /PE	098.656.874-02
	Antonio Veríssimo Subrinho	4.655.589 SDS/PE	900.506.224-04
	José Ferreira da Silva	5.575.015 SSP/PE	027.949.604-40
	João Sebastião da Silva	3.612.593 SSP/PE	655.331.594-72
	Daniel Pereira de Lima	3.087.225 SSP/PE	170.799.242-20
	Roseli Tavares da Silva	3.261.851 SSP/Pe	475.075.434-04


 RIVALDO JURINO BANDEIRA - 1º TEN
 Delegado da 8ª Det. SMZ 1ª CSM





ELIEL ALVES DE AZEVEDO
(CAPITÃO ELIEL)
* 11-02-1909 + 08-02-1964



EMÍDIO FERREIRA DA SILVA
(MAJOR EMÍDIO DO OURO)
* 17-04-1905 + 20-04-1980



Foto 01: Voluntários da Pátria
Fonte: Internet, julho/2012.



Foto 02: Cabo desconhecido que pertencera ao 1º Batalhão de Infantaria de Voluntários da Pátria.
Fonte: Internet, julho/2012.



Foto 03: Desfile no dia do Bacamarteiro.
 Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2012.



Foto 04: Dia do Bacamarteiro.
 Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2011.



Foto 05: Dia do Bacamarteiro.
Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2011.



Foto 06: Dia do Bacamarteiro.
Fonte: Acervo particular do autor, 2011.



Foto 07: Sede do batalhão nº 41, sítio cajazeiras – Caruaru/PE.
Fonte: Acervo particular do autor, julho de 2011.

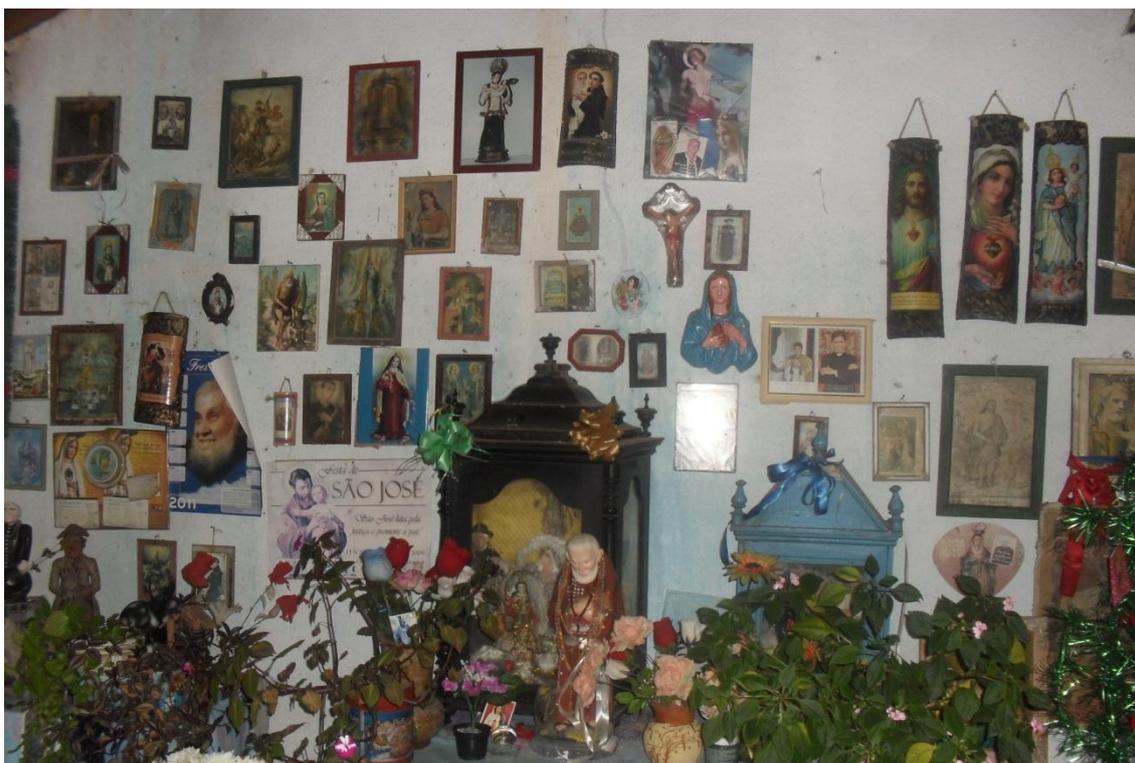


Foto 08: Capela da sede do batalhão nº 41, sítio cajazeiras – Caruaru/PE.
Fonte: Acervo particular do autor, julho de 2011.



Foto 09: Dia do Bacamarteiro.

Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2011.



Foto 10: Dia do Bacamarteiro.

Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2012.



Foto 11: Abertura do São João de Caruaru.

Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2011.



Foto 12: Dia do Bacamarteiro.

Fonte: Acervo particular do autor, junho 2012.



Foto 13: Festa de abertura do São João de Caruaru.
Fonte: Acervo particular do autor, junho de 2011.



Foto 14: Disparo do Bacamarte.
Fonte: Internet, julho de 2011.



Foto 15: Festa de Santana, sede do batalhão nº 41.
Fonte: Acervo particular do autor, julho de 2011.



Foto 16: Largo da coletoria, encerramento do desfile e a entrega das homenagens.
Fonte: Acervo particular do autor, julho de 2011.



Fonte: Google.



Fonte: Google.